



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Saron do Amaral Gomes

Uma máquina de fazer marginais: representações da violência em Infância dos mortos, de José Louzeiro, e Querô: uma reportagem maldita, de Plínio

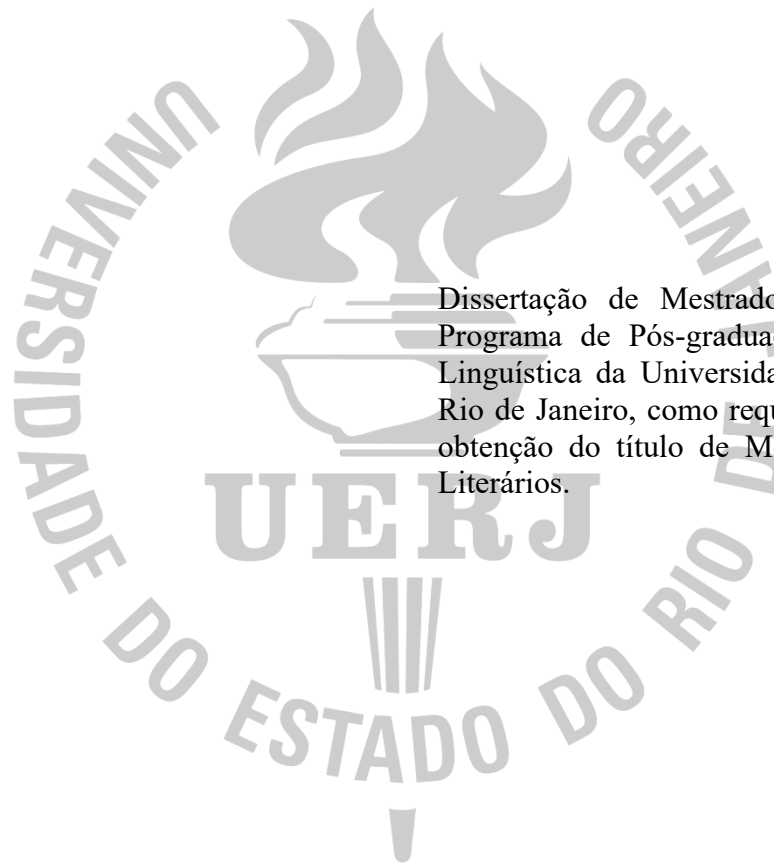
Marcos

São Gonçalo

2023

Saron do Amaral Gomes

**Uma máquina de fazer marginais: representações da violência em Infância dos mortos,
de José Louzeiro, e Querô: uma reportagem maldita, de Plínio Marcos**



Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Eloisa Porto Corrêa Allevato Braem

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

G633
TESE

Gomes, Saron do Amaral.

Uma máquina de fazer marginais : representações da violência em Infância dos mortos, de José Louzeiro, e Querô: uma reportagem maldita, de Plínio Marcos / Saron do Amaral Gomes. – 2023.

111f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eloisa Porto Corrêa Allevato Braem.

Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Louzeiro, José, 1932-2017 – Teses. 2. Marcos, Plínio, 1935-1999 – Teses. 3. Literatura comparada – Teses. 4. Violência na literatura – Teses. 5. Reportagem na literatura – Teses. I. Braem, Eloisa Porto Corrêa Allevato. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 – 6150

CDU 82.091

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Saron do Amaral Gomes

**Uma máquina de fazer marginais: representações da violência em Infância dos mortos,
de José Louzeiro, e Querô: uma reportagem maldita, de Plínio Marcos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Aprovada em 14 de novembro de 2023.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Eloisa Porto Corrêa Allevato Braem (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Iza Terezinha Gonçalves Quelhas
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Fabianna Simão Bellizzi Carneiro
Universidade Federal de Goiás

São Gonçalo

2023

DEDICATÓRIA

Ao chão da minha terra, com carinho e raiva; com a mais pura candura e a mais pura cólera.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Anair Cristina do Amaral Gomes e Almir Laurentino Gomes, que são raros e incomparáveis, e cuja módica inscrição nesta página não contempla a relevância que têm em minha trajetória.

À Professora Eloisa Porto Corrêa, minha orientadora, pela crença dispensada ao meu potencial e o prestígio dado às minhas realizações, nas quais a sua participação foi crucial; pela disponibilidade dispensada e pelas incontáveis recomendações, que foram preciosas tanto para a conclusão desta monografia quanto para o alargamento do meu capital teórico-científico.

Às professoras Iza Terezinha Gonçalves Quelhas e Fabianna Simão Bellizzi Carneiro que emprestaram seu tempo e seu conhecimento à leitura deste trabalho e contribuíram de forma significativa para sua realização.

Ao meu companheiro Fernando Ferreira Cerqueira, cúmplice dos sacrifícios feitos e das angústias sofridas para que fosse possível chegar até aqui, e que emprestou seus olhos e seus ouvidos aos meus delírios, seu ombro e seu sono às noites em que as dúvidas e as inseguranças me consumiram.

A todos os seres iluminados que toparam comigo, dentro e fora da academia, nesse ínterim, e que, de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação pessoal e profissional.

Ao tempo que passou exatamente como tinha que passar.

É verdade que não eram dos melhores, mas você precisa levar em conta a língua do mundo e o modo de acusar do diabo. [...] É verdade que eles praticaram atos vergonhosos, mas é preciso levar em conta a pobre e triste condição do homem. A carne implica todas essas coisas turvas e mesquinhas. Quase tudo o que eles faziam era por medo. Eu conheço isso, porque convivi com os homens: começam com medo, coitados, e terminam por fazer o que não presta, quase sem querer. É medo.

Ariano Suassuna
(Trecho da peça *O auto da compadecida*)

RESUMO

GOMES, S. A. *Uma máquina de fazer marginais: representações da violência em Infância dos mortos*, de José Louzeiro, e *Querô: uma reportagem maldita*, de Plínio Marcos. 2023. 111f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

O objetivo deste trabalho é analisar os romances *Infância dos Mortos*, de José Louzeiro (1977) e *Querô: uma reportagem maldita* (1977), de Plínio Marcos, em consonância com outras ciências, como, por exemplo, os estudos sobre Sociedade e História, para investigar o trato dado pela literatura aos sujeitos que, historicamente, figuram à margem da sociedade. As obras, que têm forte inspiração na realidade, ficcionalizam a violência exercida no período da ditadura civil-militar brasileira, e nesse processo, fornecem novas possibilidades de análise dos fatos históricos. Assumindo, então, que a literatura está intrinsecamente ligada aos fenômenos sociais de diferentes formas, e como expressão artística repleta de historicidade, dialoga de maneira direta com outras manifestações humanas, pode-se discutir, a partir dela, sobre temas caros às sociedades contemporâneas. Entre eles, a distância abissal entre as classes sociais, a questão da violência e seu caráter multimodal, os mecanismos de repressão e controle social, a degeneração das instituições punitivas e seu hipotético caráter ressocializador, entre outros. Pretende-se, também, com base em aporte teórico, apontar itinerários possíveis para reconfigurar essas estruturas, que como máquinas, produzem em larga escala, desigualdade e marginalização.

Palavras-chave: violência; marginalização; literatura; romance-reportagem; José Louzeiro; Plínio Marcos.

ABSTRACT

GOMES, S. A. *A machine and making outcasts: representations of violence in Infância dos Mortos* by José Louzeiro, and *Querô: uma reportagem maldita* by Plínio Marcos. 2023. 111f. Dissertação (Mestrado em Letras e Língua) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

The objective of this work is to analyze the novels *Infância dos Mortos* by José Louzeiro (1977) and *Querô: uma reportagem maldita* (1977) by Plínio Marcos, in conjunction with other fields of study, such as, for example, studies on Society and History. The aim is to investigate how literature represents individuals who historically find themselves on the margins of society and how the violent processes to which they are exposed are configured. These works, strongly inspired by reality, fictionalize the violence exerted during the period of the Brazilian civil-military dictatorship, providing new possibilities for analyzing historical events. Assuming that literature is intrinsically linked to social phenomena in various ways and, as an artistic expression full of historicity, directly engages with other human manifestations, one can discuss, through literature, topics important to contemporary societies. Among these are the abysmal gap between social classes, the issue of violence and its multimodal nature, mechanisms of repression and social control, the degeneration of punitive institutions and their hypothetical resocialization character, among others. With this in mind, the goal is also to understand how the historical context influences literary production and to identify possible points of connection between literary text and historical events. Additionally, the intention is to explore possible routes to reconfigure these structures that, like machines, produce on a large scale inequality and marginalization.

Keywords: violence; marginalization; literature; romance-reportagem; José Louzeiro; Plínio Marcos.

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| | CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 9 |
| 1 | UMA NECESSÁRIA REVISÃO HISTÓRICA | 12 |
| 2 | A LITERATURA NOS ANOS DE CHUMBO | 21 |
| 2.1 | Alguns apontamentos sobre gêneros textuais | 21 |
| 2.2 | O romance-reportagem e o jornalismo literário | 25 |
| 3 | PLÍNIO MARCOS E JOSÉ LOUZEIRO: DOIS PERDIDOS NUMA NOITE SUJA | 38 |
| 3.1 | Plínio Marcos: entre o teatro e a literatura | 38 |
| 3.2 | José Louzeiro: entre o jornalismo e a literatura | 43 |
| 4 | VIOLÊNCIAS, NO PLURAL | 52 |
| 4.1 | Pixote e Querô: dois meninos (quase) sem nome | 56 |
| 4.2 | Outros meninos, outras violências | 63 |
| 5 | POR UMA CIDADADE IDEAL: A VIOLENTA “LIMPEZA” DOS ESPAÇOS URBANOS | 69 |
| 5.1 | Meninos jogados fora | 70 |
| 5.2 | Um lugar onde morrer mil mortes (ou uma máquina de fazer marginais) | 83 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 105 |
| | REFERÊNCIAS | 108 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inúmeras são as possibilidades de debate acerca das relações entre a arte em geral e o contexto histórico e social no qual ela é produzida. Com o texto literário não é diferente. A literatura, mesmo que não tenha como objetivo a análise crítica do comportamento humano e suas formas de organização, auxilia de maneira relevante no estudo e na compreensão dos fenômenos sociais. Literatura não é história. Sabe-se. No entanto, como manifestação artística impregnada de historicidade, pode proporcionar ao fato histórico nuances analíticas que pouco provavelmente seriam alcançadas por um percurso mais pragmático.

É, então, assumindo que a literatura está intrinsecamente ligada aos fenômenos sociais de diferentes formas e, que por isso mesmo, configura-se como uma fonte expressiva para a análise da História e da Sociedade, que se pretende realizar este trabalho. Para tanto, numa perspectiva dialógica, a relação entre o histórico e o literário será confrontada a partir de áreas de estudos afins, como, por exemplo, o Direito, a Sociologia e a Filosofia, o que possibilitará um exame diligente das obras, bem como dos modos através dos quais os indivíduos representam e atribuem sentido aos fatos históricos, explorando sua correlação com a institucionalização de determinadas práticas tratadas nas narrativas, tais como a violência, o encarceramento e a morte de jovens em conflito com a lei ou em situação de rua.

Em *Querô: uma reportagem maldita* (1977), nós observamos a trajetória de um menino e de sua tentativa cíclica de fugir da exploração, da marginalidade e da miséria. Querô, narrador e protagonista da obra de Plínio Marcos (1935-1999), é filho de pai desconhecido e órfão de uma prostituta que, diante da incapacidade de lidar com as mazelas que a cercam, renuncia à própria vida. Sua trágica história começa quando é abandonado pela mãe na porta do prostíbulo em que trabalhava para ser criado pela mulher que agenciava seus programas. Quando cresce, para escapar da relação abusiva mantida com a mulher que o criou e da violência decorrente dela, o garoto foge do bordel onde passou a infância e tenciona sua autonomia. Todavia, o que essa fuga proporciona é o contato com o submundo da delinquência e da marginalidade. Perambulando pela zona portuária da baixada santista da década de 1970, sem moradia fixa e sem acesso a serviços e direitos essenciais, Querô recorre a atividades ilícitas para subsistir, fato que o expõe a situações degradantes como, por exemplo, exploração, prisões, ameaças, tortura, entre outras.

Já em *Infância dos Mortos* (1977), de José Louzeiro (1932-2017), acompanhamos a odisséia de um bando de meninos que enfrenta situações similares às de Querô. No grupo de

abandonados que vadeia pelas ruas do Rio de Janeiro, Pixote é um dos personagens mais marcantes, sendo o mais novo entre eles, com onze anos. Sem uma história clara e definida, sem família e sem ninguém que zele por ele, o menino vive na rua com os amigos. Juntos, os garotos se organizam para mendigar, prestar serviços, cometer pequenos delitos e tentar sobreviver a um Brasil truculento, na mais pesada fase da Ditadura Militar, onde o imperativo era limpar o país, sobretudo os centros urbanos, de pessoas como eles. A política higienista do Regime expôs meninos como esses a um sem-número de violências, todas, em maior ou menor medida, passando pelo crivo do Estado.

As obras de Marcos e Louzeiro articulam-se ideologicamente dando voz e direcionando luz aos excluídos, explorados e invisibilizados, escancarando a farsa de uma sociedade supostamente justa e igualitária. Seus personagens representam indivíduos que historicamente foram colocados à margem, como se não integrassem o corpo social. Ao torná-los protagonistas e atribuí-los um enunciado, instauram-se novas possibilidades de análise, que os humaniza e capacita para perceber e criticar a própria realidade. Movimento que reflete uma tomada de consciência também nos leitores e espectadores. Essa postura adotada pelos autores no desenvolvimento das narrativas em questão é percebida em diversos momentos de suas vidas. A biografia de ambos resguarda inúmeras circunstâncias que certamente contribuíram para a constituição dos romances que serão examinados no decorrer este trabalho.

A semelhança entre os enredos, mesmo à primeira vista, é notória. Somam-se a isso outros traços constitutivos que as obras compartilham, tais como, implicações referentes ao gênero literário e ao contexto histórico, entre outros. O intuito é trabalhá-los não apenas de forma complementar, mas também os confrontando a partir de suas diferenças. E com isso, criar espaços para debater a dicotômica relação entre realidade e ficção, o caráter intergenérico da produção literária dos autores, além, claro, a questão da violência e da vulnerabilidade social. Sendo assim, este estudo contemplará referências literárias e não literárias, explorando as relações que elas mantêm, resguardando a relevância do texto literário tanto como meio de denúncia e resistência quanto como fonte histórica capaz de oferecer recursos significativos para o estudo da sociedade e do comportamento humano.

A metodologia usada neste estudo é majoritariamente qualitativa, de caráter exploratório, tendo em vista a sua natureza subjetiva e interpretativa. Os dados coletados são, em sua maioria, descritivos, e foram levantados através de pesquisa bibliográfica. O aporte teórico dispõe da contribuição multidisciplinar de HOLLANDA e GONÇALVES (1980); COSSON (2001); BULHÕES (2007); PENA (2007); HARVEY (2010); GONÇALVES

(2013); SCHOLLHAMMER (2013); NETTO (2014); BORGES (2014); BECHER (2016); PAVIANI (2016); FOUCAULT (2017); NADER (2017), entre outros.

1 UMA NECESSÁRIA REVISÃO HISTÓRICA

Um dos traços mais marcantes que as obras em análise compartilham é, sem dúvidas, o corte temporal em que estão inseridas. Tanto os protagonistas de Louzeiro quanto os personagens de Marcos percorrem a narrativa em cenários que remontam o Brasil da ditadura militar, período em que a violência e a censura assolaram o país de incontáveis formas. Ao que as artes em geral e, entre elas, a literatura, resistiram como puderam, assim como a música, o teatro, o cinema, as artes plásticas, etc.

Em seu *Pequena história da ditadura brasileira (1964 – 1985)*, José Paulo Netto (2014) fornece-nos uma síntese do que foram essas duas décadas em que os militares estiveram no poder, o que nos situa e nos insere no contexto das narrativas. De acordo com Netto, o golpe civil-militar, que liquidou o regime democrático em vigência no país desde 1945, derrubou o presidente João Goulart em 1º de abril de 1964, data que se contrapõe à ideia mais difundida que considera para esse feito o dia 31 de março. É explorando as controvérsias que Netto elabora sua sùmula. Nela, o professor questiona também o conceito de *ditadura militar*, substituindo por *ditadura civil-militar*, evidenciando a participação popular no golpe. Segundo ele,

Levado a cabo pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira (a fina flor da burguesia industrial e financeira, os grandes proprietários de terras e as cúpulas militares) e com significativo apoio inicial da alta hierarquia católica e de largas camadas da pequena burguesia, o golpe — que se autoproclamou “revolução”, para ocultar seu caráter reacionário, e “de março”, para escapar à ironia do dia da mentira — contou com a mais ativa colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas que atuavam no país. E instaurou uma ditadura que perduraria por duas décadas (NETTO, 2014, p. 16).

Nas duas décadas que se seguiram, os brasileiros foram dominados pelo temor, pela alienação política e pelo silenciamento. Para isso, o Regime

oprimiu (através dos meios mais variados, da censura à onipresença policial-militar), reprimiu (chegando a recorrer a um criminoso terrorismo de Estado) e deprimiu (interrompendo projetos de vida de gerações, destruindo sonhos e aspirações de milhões e milhões de homens e mulheres) (NETTO, 2014, p. 16).

A nova configuração operou, obviamente, mudanças profundas no país, não só no âmbito político, mas em todos os setores da sociedade. Netto explica que

No domínio da economia, a ditadura instaurou um “modelo econômico” que, a serviço do grande capital (tanto dos monopólios estrangeiros — sobretudo, mas não

exclusivamente, norte-americanos — quanto dos nativos, que ela fomentou) e superexplorando os trabalhadores, operou um expressivo crescimento do parque industrial; ademais, com o seu “modelo”, realizou a modernização das atividades agropecuárias, porém mantendo o caráter oligárquico da propriedade da terra (isto é: impedindo a reforma agrária). De fato, esse “modelo” — de que emergiu um “milagre econômico” — indica que a ditadura brasileira promoveu um significativo desenvolvimento das forças produtivas (à diferença, por exemplo, da ditadura implantada na Argentina em março de 1976); a inserção do nosso país na divisão internacional do trabalho, entretanto, alterou-se de forma a agravar ainda mais a nossa dependência (NETTO, 2014, p. 16-17).

O que o autor nos proporciona com esse excerto é a possibilidade de desconstruir a hegemonia discursiva dos entusiastas do Regime, revelando as contradições das façanhas que ele avocava, como, por exemplo, a modernização e industrialização do país e o famigerado “milagre econômico”. Nele, ainda que de forma breve, verificamos que os “avanços” obtidos durante o período ocorreram à custa de trabalhadores superexplorados, do impedimento da reforma agrária e da entrega das nossas forças produtivas a grandes monopólios nacionais e estrangeiros, tornando-nos ainda mais dependente. Isso só para citar alguns exemplos.

Sonia Regina de Mendonça e Virginia Maria Fontes (1994), em trabalho intitulado *História do Brasil recente 1964-1992*, oferecem, para além de um olhar econômico, um olhar histórico às bases do golpe de 64 e da “milagrosa” economia usada posteriormente para legitimá-lo. Para as autoras, ao contrário do que argumenta o professor José Paulo Netto na citação anterior, a ditadura não instaurou nenhum novo modelo econômico, apenas aperfeiçoou e consolidou um modelo já existente. De acordo com elas, “o golpe de 64, sob o ponto de vista estritamente econômico, não representou nenhuma mudança radical, sendo responsável pelo aprimoramento e consolidação de um modelo implantado desde 1955” (MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 21).

Mendonça e Fontes (1994), analisando os acontecimentos históricos que antecedem o golpe 64, percebem que o caráter oligárquico, responsável por concentrar capital e renda, já se fazia presente desde o início do processo de industrialização brasileiro, que segundo elas, “processou-se num quadro conflitivo entre o setor urbano-industrial e o setor agroexportador” (p. 7-8). Esse conflito consistia, resumidamente, em utilizar a produção agroexportadora para financiar a industrialização, desviando os recursos gerados pelo primeiro setor para o segundo. Embora o fortalecimento do setor industrial trouxesse alguns benefícios para o setor rural, como, por exemplo, a “facilidade de escoamento de sua produção” e a manutenção da “estrutura da terra e do trabalho no meio rural” (p.8), com o tempo, essa relação se desgastou, porque se privilegiava um em detrimento do outro, ocasionando condições desiguais no que se refere à remuneração e direitos. (MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 7-8). De acordo com as autoras,

A partir da década de 1950 - com o deslanchar do capitalismo e a industrialização da agricultura - acelerou-se a expulsão da população rural. Esse contingente deslocado para as regiões urbanas, não encontrava imediatamente ocupação nos setores já estabelecidos (indústria, comércio), sobrevivendo de ocupações domésticas, biscates, subempregos em suma, cuja remuneração era ainda inferior ao salário mínimo. Isto favorecia duplamente a expansão capitalista: a) pela formação de gigantesco exército industrial de reserva, contribuindo para rebaixar o valor dos salários e dificultar a organização dos trabalhadores (Kowarick, 1977); e b) pelo exercício de funções de suporte da rede industrial que então se montava, aliviando as grandes empresas de custos para o estabelecimento de pontos de reparo e de venda. Inseriam-se nessa lógica as oficinas de "fundo de quintal" e a legião de vendedores ambulantes, abundantes nos anos 50 e 60 (Oliveira, 1976, p. 27). (MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 16).

Nesse ponto, verifica-se que antes mesmo da implantação de um regime de exceção, o cenário econômico consolidado posteriormente pela ditadura já se configurava como tal. O desfecho militar, no entanto, deu-se no sentido de frear os movimentos sociais que se fortaleciam a partir da percepção da gravidade desse cenário e dos efeitos da recessão da economia brasileira. A grande novidade na seara econômica, segundo as autoras, foi a institucionalização do processo de concentração de capital e renda, “que já vinha ocorrendo, só que de modo desordenado e caótico”. Para tanto, “o favorecimento da grande empresa era seu objetivo. O arrocho salarial, sua estratégia. O combate à inflação, sua justificativa legitimadora. O ‘milagre’ econômico veio a ser seu resultado” (MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 21).

E de fato, houve crescimento. Antes do início da década de 1970, a economia do país “recuperou-se da crise que chegara ao auge em 1963- 1964 e teve uma taxa média de crescimento anual da ordem de 6,01%, crescimento de fato significativo” (NETTO, 2014, p. 129). No entanto, relata o autor, “A massa da população não foi favorecida; a concentração da renda se acentuou [...] e o Estatuto da Terra não travou o processo de concentração fundiária” (p. 129). Ainda que tenha crescido durante os seis primeiros anos do Regime, é na década de 1970 que as mudanças ocorrem de forma mais profunda. Segundo o autor, “foi de enorme magnitude o conjunto de transformações que alterou profundamente a sociedade brasileira, resultado do que foi impropriamente chamado de ‘milagre econômico’” (p. 129), período que coincide com o governo de Garrastazu Médici (outubro/1969-março/1974), quando o Brasil se tornou uma das dez maiores economias do mundo.

Nesse aspecto os autores concordam. Tanto Mendonça e Fontes (1994) quanto Netto (2014), mesmo com 20 anos de intervalo entre suas produções, enxergam que a falácia do crescimento só se sustenta se, exclusivamente, adotarmos uma visão parcial dos fatos. Por trás da “prosperidade” e da “forte retomada da economia”, estava, como vimos, o sacrifício das camadas mais populares e mais empobrecidas do país, o que na época ficou conhecido como *recessão calculada*, “que funcionava como a ‘racionalização’ dos esforços necessários para

uma futura expansão” (MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 22). Tal esforço “nada mais significou senão a garantia de lucros mirabolantes às empresas oligopolistas nacionais e estrangeiras” (p. 22). Esse processo, como reintera Netto (2014), “teve objetivos e causas bastante definidos, sujeitos e beneficiários nitidamente identificados e também um enorme contingente de prejudicados suficientemente conhecidos” (p. 130). Os objetivos aos quais o autor sugere no fragmento anterior são esclarecidos adiante. Segundo ele, para construir um Estado forte, adequado à ideologia da segurança nacional

não estava em jogo o atendimento das necessidades básicas da população, que, em resumidas contas, consistiria num epifenômeno, num subproduto do crescimento; daí o empenho dos condutores do regime com o desenvolvimento das forças produtivas, enquadrado no marco de relações capitalistas de produção e com vigorosa intervenção estatal. Construiu-se um “modelo econômico” com forte investimento do Estado em setores não lucrativos ou de baixa lucratividade inicial, mas imprescindíveis ao crescimento (energia, estradas, siderurgia, telecomunicações) e garantidores de alta lucratividade para o grande capital, assim como a maior abertura possível do país ao capital estrangeiro (com a inevitável desnacionalização da economia). Um tal “modelo” implicava instrumentos de financiamento e de poupança interna eficientes e processos de concentração de renda muito significativos, uma vez que contemplava a criação de um mercado interno dirigido fundamentalmente para os estratos sociais mais altos (a grande burguesia, seus executivos e quadros gerenciais, camadas urbanas altas e segmentos das camadas médias); no caso de um país cuja população se aproximava dos 100 milhões de habitantes, um mercado interno que cobrisse em torno de 15-20% da população já era algo adequado aos limites desse “modelo” — afinal, um contingente de quase 20 milhões de consumidores, para a época, era mais que suficiente para os objetivos do Estado de segurança nacional. (NETTO, 2014, p. 130).

Empenho similar foi empreendido para privilegiar apenas uma narrativa, obviamente aquela que expunha unicamente as conquistas do modelo econômico do Regime. Conquistas de fato exitosas, se consideramos, claro, apenas um lado da moeda. Dados como os que se destacam a seguir foram eficazmente explorados pela publicidade do governo e usados para afiançar a sensação de crescimento e dar legitimidade à política ditatorial:

De uma parte, entre 1968 e 1973, a taxa anual de inflação estabilizou-se em torno de 20%. De outra, entre 1969 e 1973, o PIB per capita aumentou em 51%; o crescimento econômico se processou a taxas muito altas: 9,5% em 1969, 10,4% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972 e 14,0% em 1973. Se a agricultura, como vimos, cresceu anualmente em torno de 4%, os números da indústria foram extraordinários em 1968-1973 em todos os setores: na indústria manufatureira, 12,7%; na construção civil, 10,9%; na indústria de bens de consumo duráveis, 23,6%; na de bens de consumo não duráveis, 9,4%; na de bens de capital, 18,0%; e na de bens intermediários, 13,4%. E, entre 1969 e 1974, o valor das exportações saltou de 1,9 para 8 bilhões de dólares. Não é surpreendente, pois, que o emprego tenha crescido, entre 1968-1973, a uma taxa média anual de 4,3% (no mesmo período, o crescimento demográfico anual brasileiro era estimado em 2,9%) (NETTO, 2014, p. 133).

Os mesmos veículos utilizados para divulgar em larga escala as conquistas do regime, subnotificavam os fracassos ou os efeitos colaterais das medidas adotadas, alguns compelidos pela censura; outros, porém, por conviência. Do outro lado do “milagre” o país não se desenvolvia tão bem assim.

Falamos anteriormente em “desnacionalização da economia” que nada mais é que o resultado lógico, segundo o autor, de uma abertura desenfreada do país ao capital estrangeiro, oportunizada pelas facilidades oferecidas pelo Regime ao grande capital, a partir de mudanças feitas nas condições institucionais desde 1964, no governo de Castelo Branco. Tais alterações atraíram muitos investimentos de fora, sobretudo “indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital” (NETTO, 2014, p. 131), mas a presença do capital estrangeiro foi sentida em todos os setores e áreas, dominando muitos deles.

Na primeira metade da década de 1970, “tomando-se, em termos de faturamento, as 200 maiores empresas industriais que operavam no país, constata-se que 41,6% delas eram estrangeiras, 35,3% estatais e 23,1% nacionais” (NETTO, 2014, p. 131). Tal fenômeno também foi sentido no campo: “Em 1972, dos imóveis rurais recenseados com área superior a dez mil hectares, 33% pertenciam a pessoas jurídicas estrangeiras” (p. 131). O custo de tanto investimento transitou entre “arrocho salarial; concentração de riqueza; financiamento do capital por meio de subsídios; correção monetária como mecanismo de controle inflacionário; garantia de altas taxas de lucro para os monopólios” (p. 133), entre outros. Arcando com todos esses “incentivos”, a dívida externa e a dívida pública interna cresceram rapidamente:

a dívida externa, que era de 3,7 bilhões de dólares em 1968, ascendeu a 12,5 bilhões de dólares em 1973 — em outros números: se, em 1968, a dívida externa correspondia a 7% das reservas do país, em 1973 já chegava a 51%. Por outro lado, o crescimento da dívida pública interna foi notável: saltou (em milhões de cruzeiros) de 5.881 em 1969 para 38.394 em 1973 — noutros números: em 1969, ela correspondia a 3,6% do PIB; em 1973, a 7,9% (NETTO, 2014, p. 131).

Além disso, a superexploração do trabalho agravou-se ainda mais. Com o passar dos anos, a quantidade de horas trabalhadas em troca de um salário, de acordo com Netto (2014), passou de 105 horas e 16 minutos, em 1967, para 163 horas e 32 minutos, em 1974, sem contar a considerável perda de compra do salário mínimo durante o período (p. 137). O aumento da carga horária de serviço não coincidiu com o aumento da remuneração. Ao menos não para todos. Mesmo mantido o arrocho, diversificou-se largamente a remuneração dentro do próprio proletariado, “diferenciando-se um imenso contingente malpago de uma aristocracia operária

(operários especializados e quadros técnicos)” (p. 136), em que se destacavam cargos de chefia e mão de obra especializada.

O autor cita pesquisas que mostram que “a remuneração de assalariados em nível de direção e de gerência, entre 1967 e 1974, teve aumento real de até 138%”, em contrapartida apontam que, no mesmo período, “a remuneração dos operários semiqualeificados e não qualificados cresceu apenas 14% entre 1966 e 1974” (NETTO, 2014, p. 136). Essa conduta, para Netto, contribuiu significativamente para o fenômeno ao qual ele se refere como o mais claro traço constitutivo do modelo econômico da ditadura civil-militar brasileira: a concentração de renda. Renda cuja distribuição foi “reorientada” para cima, o que comprova “com transparência cristalina, que o regime de abril atendia aos interesses dos grandes proprietários e dos grupos monopolista” (p. 136).

O resultado, de fato, não poderia ser outro: um distanciamento paulatino entre a classe trabalhadora e a elite, e até mesmo entre a classe trabalhadora e a camada média da sociedade, como demonstra o quadro a seguir:

Figura 1 - Concentração da renda no Brasil (1960 – 1976)

| População Economicamente Ativa/PEA | Percentual do PNB por ano | | |
|------------------------------------|---------------------------|--------|-------|
| | 1960 | 1970 | 1976 |
| Os 50% mais pobres | 17,71% | 14,91% | 11,6% |
| Os 30% imediatamente acima | 27,92% | 22,85% | 21,2% |
| Os 15% da camada média | 26,20% | 27,38% | 28,0% |
| Os 5% mais ricos | 27,69% | 34,86% | 39,0% |

Fonte: NETTO, 2014, p. 138.

O contraste entre os 5% mais ricos e os 50% mais pobres já é alarmante. Mas, se hierarquizarmos essas classificações em metade inferior e metade superior, os números assustam ainda mais. A soma dos que declinam economicamente durante a vigência do regime chega à casa dos 80%, enquanto os 20% restantes registram ascensão, que só é expressiva de fato dentro dos 5% mais ricos. Mesmo com o crescimento tímido, a camada média da sociedade parecia satisfeita. E enquanto uma pequena parcela da população expandia ou mantinha seu poder de compra e seus privilégios, “cerca de um terço das famílias brasileiras permaneciam abaixo da linha de pobreza absoluta” (NETTO, 2014, p. 138).

Somente 20% da população (os 15% da “camada média” e os 5% “mais ricos”) tinha possibilidade de sobreviver em tais condições, podendo suportar, inclusive, “a crescente mercantilização dos serviços públicos” (NETTO, 2014, p. 138), área na qual se concentraram, senão os maiores, os mais danosos descasos do período. “É no domínio da educação e da saúde”, diz Netto, “— dois serviços públicos essenciais —”, realça, “que se constata o efetivo descaso das políticas sociais do Estado de segurança nacional em relação às necessidades fundamentais da população” (p. 138). O orçamento destinado à educação passa dos 7,74% em 1968, para 0,99% em 1974. O autor ainda destaca que “para além das constatações imediatas, [...] a concentração da renda expressa também uma concentração da propriedade e mudanças substanciais na estrutura de classes da sociedade brasileira” (p. 140), configurando um sintoma mais profundo e menos visível.

O esgotamento de um modelo econômico que superexplora a classe trabalhadora, concentra riquezas, sucateia serviços públicos essenciais e favorece a manutenção dos monopólios era mesmo uma questão de tempo. Mendonça e Fontes apontam um duplo impasse no que parecia ser a exaustão do padrão de acumulação vigente:

Por um lado, o “milagre” dava os primeiros sinais de seu esgotamento em decorrência das inúmeras **contradições internas** que exacerbava e que estavam presentes na sua própria construção. Por outro, a queda das elevadas taxas do crescimento econômico retirava do regime político o precário “chão” de legitimidade popular que buscava mobilizar (MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 52, grifo nosso).

Somado a fatores externos, mas, sobretudo por conta dos seus próprios traços constitutivos, na década de 1970 o Regime prenuncia, então, a sua crise. A expressão *crise do “milagre econômico”* (NETTO, 2014, p. 140, grifo do autor), designa o final da primeira metade dos anos 1970, com o Executivo já nas mãos de Ernesto Geisel. Netto descreve, o que foi chamado pelas autoras de **contradições internas**, esclarecendo que a crise do “milagre”

[...] se apresentou na desproporção (desequilíbrio, assimetria) entre a produção de bens de produção (máquinas, equipamentos, bens intermediários) e a produção de bens de consumo (duráveis e não duráveis) e da construção civil. Entre 1970 e 1973, enquanto a produção de bens duráveis praticamente dobrou (cresceu em 97%), a de bens intermediários aumentou em menos da metade (45%). À medida em que o “milagre” avançava, essa desproporção comprometia o seu próprio avanço, provocando estrangulamentos ponderáveis nas cadeias produtivas. Ademais, o privilégio concedido pela política governamental às atividades agropecuárias voltadas para a exportação fez com que a produção agrícola para o mercado interno se mostrasse insuficiente em face da demanda provocada pelo crescimento da indústria e da massa salarial — entre 1967 e 1973, a disponibilidade de alimentos básicos para o mercado interno reduziu-se em 3%. De toda forma, o recurso às importações (que praticamente dobraram entre 1963 e 1974, saltando de 6,192 para 12,641 bilhões de

dólares) não se revelou eficaz — na medida em que não solucionavam o desequilíbrio interno (NETTO, 2014, p. 140-141).

É no contexto da crise que o Regime começa a perder parte dos seus apoiadores e os movimentos políticos e artísticos de resistência ganham novo fôlego. Com o fracasso econômico descortinado, não era mais só a censura, a violência e o autoritarismo do Estado que incomodavam. Apesar de essa tríade ter sido crucial para a implantação do “modelo”. De acordo com Netto, “Foi o Estado terrorista, o *Estado de segurança nacional*, que propiciou essas condições, sem as quais a implementação do “modelo econômico” seria inviável — [...]” (NETTO, 2014, p. 141-142, grifo do autor). Para ele,

Somente em condições políticas absolutamente excepcionais — ou seja: num quadro político em que imperavam uma máquina repressiva funcionando sem limitações, promovendo a eliminação física da oposição clandestina e aterrorizando a oposição tolerada, uma rede de agentes policial-militares e de delatores vigiando e amedrontando os segmentos da sociedade capazes de vocalizar quaisquer demandas, uma censura draconiana operando sobre todos os meios de comunicação —, somente em tais condições políticas (instauradas pelo AI-5, como vimos) foi possível impor ao país um “modelo econômico” de efeitos socialmente tão perversos e corrosivos (NETTO, 2014, p. 141).

Evidentemente, as questões que rondam a ditadura civil-militar brasileira suplantam o que vimos até agora. O período deixou para o país uma herança nefasta nas mais diversas áreas e setores, com a qual, em muitos aspectos, a sociedade brasileira convive até hoje.

Começamos este capítulo com uma revisão histórica que, embora tenha se apresentado como pequena, auxilia-nos enormemente. Muito se demorou em análises de dados estatísticos quase que exclusivamente econômicos. Mas afinal, pode-se perguntar, o que o levantamento e a análise de tais dados têm, de fato, a ver com as obras que pretendemos analisar? O corte que privilegiamos, ao menos até o momento, incide com mais ênfase em aspectos econômicos porque, para que possamos proceder a análise das obras, é fundamental compreender da forma mais ampla possível a influência do poder militar no período.

Em síntese, carece-nos entender as modulações de um país que não só estava à mercê da censura, da perseguição e da tortura, mas também da desigualdade, da miséria e da fome. Um país que além de manter seus opositores políticos reféns em calabouços, relegava à maioria do seu povo à pobreza sistemática, terreno aonde o “progresso” não chegava. Um Estado que não só era violento a partir da sua força e dos seus agentes, mas também das suas políticas, dos seus órgãos e das suas instituições. Um modelo que embora não tenha inventado a concentração de renda e as situações desiguais de sobrevivência, atuou de forma coordenada, consciente e sistematizada para acentuar exponencialmente esses fenômenos.

Diante dessa configuração, os modos de se organizar social e culturalmente exigiram revisão. A produção do pensamento, sobretudo nos campos da arte e da cultura, ganhou novos contornos, novos formatos e novos meios. Literatura, música, teatro e cinema, por exemplo, partilhando de uma temática mais ou menos homogênea, assumem funções mais objetivas e intenções mais imediatas, traços comumente ligados a outras categorias e gêneros. É nesse cenário, em que as manifestações artísticas e a livre manifestação do pensamento enfrentam mudanças e adaptações, que se encontra a produção de Plínio Marcos e José Louzeiro. Ambos de numerosa contribuição para o acervo cultural brasileiro, nas mais diversas áreas. Contribuição essa que marcou circunstancialmente a produção artístico-literária do período, que, como veremos no próximo capítulo, estrutura-se de formar muito particular.

2 A LITERATURA NOS ANOS DE CHUMBO

Com o que vimos até agora, podemos afirmar com clareza que o contexto sociopolítico do período em que as obras foram produzidas e publicadas, como não poderia deixar de ser, interfere diretamente no conteúdo delas. Mas, além de uma influência temática, notamos também outras alterações. A necessidade de driblar a censura e a repressão exigiu adaptações de toda ordem, tanto na produção cultural quanto intelectual. Adaptações essas que acabaram por caracterizar de forma muito marcante a produção desse período, como veremos mais detalhadamente no decorrer deste capítulo.

O que tentaremos entender daqui para frente é que traços constituem de fato essa produção, de que forma foram implementados e quais transformações derivam efetivamente desse movimento. Interessa-nos, sobretudo neste ponto, compreender as especificidades do já mencionado romance-reportagem, gênero resultante da aproximação entre o texto jornalístico e o texto literário, tão produzido e consumido durante a ditadura militar brasileira. Todavia, para que possamos debater essa relação dicotômica, é interessante pensarmos antes nas definições que recaem sobre o termo *gênero*, ao falarmos em modos de organização textual.

2.1 Alguns apontamentos sobre gêneros textuais

Durante o processo de evolução histórica dos estudos literários, o termo *gênero* suportou inúmeras definições antes de atingir a definição contemporânea quase consensual de que representa formas relativamente estáveis de enunciados determinados historicamente. Em um panorama diacrônico sintético, as noções de gênero instituem-se na Antiguidade Clássica, e, desde então, enfrentam alterações tanto em seus elementos constitutivos e distintivos quanto nos mecanismos que assistem a sua investigação, variando de acordo com o corte temporal feito ou corrente teórica adotada.

Nesse percurso, as noções de gênero passam de uma concepção mais estática, extraída do pensamento aristotélico, onde os gêneros são divididos a partir de fronteiras mais nítidas, para uma concepção relativamente menos rígida, ainda que referenciada nas definições clássicas, até que, por fim, assumem, a partir do século XIX, aspectos nocionais altamente dinâmicos, assim como conhecemos hoje. O dinamismo desses aspectos nocionais foi o que

permitiu, de certo modo, reconhecer a relação interativa entre os aspectos de cada gênero, assinalando sua heterogeneidade e sua mutabilidade. Bakthin, nesse ponto, é categórico ao afirmar que

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (BAKTHIN, 1997, p. 279).

Dentro desse conjunto de variedades, cujas especificidades caracterizam cada gênero, Bakthin sinaliza que, mesmo diante de uma estabilidade relativa, os aspectos genéricos se modificam, evoluem, inclusive, a partir de outros gêneros. É na esfera dessas (re)definições que a teoria dos gêneros avança. Assim, é possível compreender um gênero como o resultado de processos dinâmicos, onde um surge a partir de outro, seja pela proximidade deste, pela distância daquele, ou ainda, pela similaridade entre ambos. É através dessa mobilidade que os novos gêneros se configuram e ganham consistência.

Se, como vimos, cada gênero é determinado socio-historicamente, entender sua dinâmica requer reconhecer sua ligação com a cultura de determinado espaço e em tempo. Para esse movimento há que se sublinhar o contexto em que são produzidos, visto que as conjunturas podem impulsionar ou até mesmo exigir este ou aquele comportamento, esta ou aquela configuração.

À noção bakthiniana dos gêneros, somam-se outros desdobramentos acerca da intergenericidade. A linguista alemã Ulla Fix, que se dedicou a observar a “transgressão de limites” entre gêneros literários e não-literários, refere-se ao fenômeno como “intertextualidade tipológica”, entendido como a “montagem de padrões textuais, da mistura de padrões textuais e da transgressão deles” (FIX, 2006, p. 264).. De acordo com a teórica, essa transgressão aparece cada vez com mais frequência nos textos contemporâneos, e partem de misturas textuais e estilísticas que pressupõem a “dissolução do cânone” (p. 264). O termo *cânone*, nesse sentido, não parece estar ligado puramente à noção de consagrado, mas, também, à definição bakthiniana de enunciados relativamente estáveis, padronizados. É sobre a estabilidade, ou seja, sobre o padrão estabelecido.

A autora organiza o seu pensamento a partir de pares de signos antepostos que, entre afirmação e negação, movimentam-se no intuito de transgredir. É com o apoio desses pares de signos que ela destaca algumas características das produções na pós-modernidade, que além de misturar, violam padrões e normas. Notamos, então, “*indeterminação* em vez de *determinação*,

fronteiras opacas no lugar de *fronteiras nitidamente contornadas*, *estilos turvos* em vez de *estilos apurados*; *relatividade* no lugar de *autonomia*, *heterogeneidade* em vez de *uniformidade*” (FIX, 2006, p. 263).

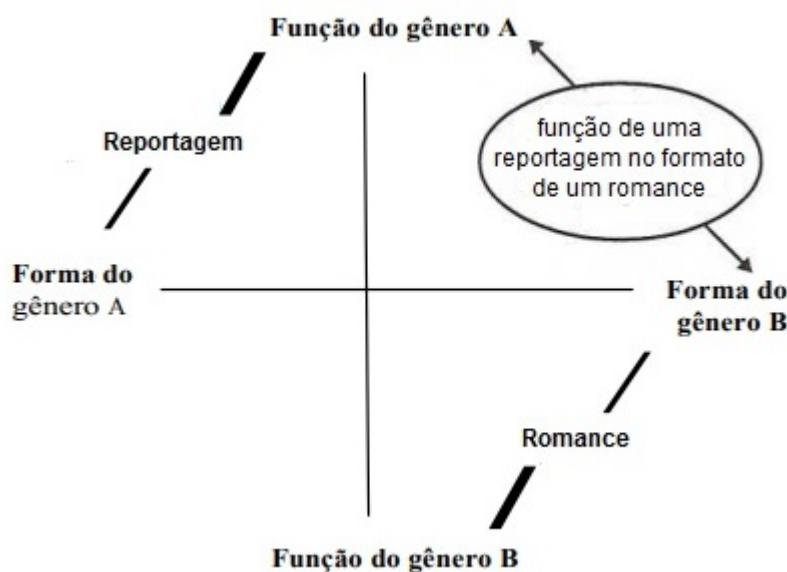
Fix também chama atenção para o aspecto da motivação. Os processos de transgressão e violação, segundo ela, não se dão ao acaso. Quer dizer, “as palavras básicas transgressão e violação já sinalizam que estamos falando de alguma coisa intencionada” (FIX, 2006, p. 263). Em geral, a finalidade mais latente é chamar a atenção do público. Por isso mesmo é muito comum em textos publicitários e jornalísticos, por exemplo.

Até aqui, podemos afirmar, então, que o entrecruzamento de gêneros textuais, dá-se a partir da transgressão dos padrões de gêneros canônicos e atendem a objetivos específicos. O padrão textual é compreendido por Fix como uma “unidade que pode ser descrita em termos da ilocução, da proposição e da locução textuais” (2006, p. 264), o que, em seguida, ela explica:

Assim, pois, uma montagem de padrões de textos poderia ser descrita como um acoplamento de vários exemplares de textos (tokens) que pertencem, cada um, a outro tipo de padrão (type), mas que seguem uma única intenção textual. No que diz respeito a um texto que se distingue por uma mistura de padrões de texto, deveria ser possível descrevê-lo como um exemplar de texto (token) com ilocuições, proposições e locuções predominantes que mantém relações com vários padrões de texto (types) com suas predeterminadas dominâncias padronizadas. O que está no foco, então, é a relação com características canonizadas de textos, ou seja, a relação com os “textos sistemáticos” no sentido de Holthuis (1993, p. 53 seg.). Uma transgressão de padrões de textos ocorre quando um exemplar de texto (token) tem as características de um padrão de texto (type) e, além disso, traços que não podem ser associados, inequivocamente, com nenhum padrão de texto (FIX, 2006, p. 264-265).

A partir dessa concepção de Fix, que, a priori, parece complexa, o professor e também linguista brasileiro Luiz Antônio Marcuschi desenvolve um esquema que facilita a compreensão das questões levantadas pela autora. O que, para Fix, é definido como intertextualidade tipológica, Marcuschi define como intertextualidade inter-gêneros. Ambos os conceitos se referem a um gênero que, na sua estrutura, detém outros tipos textuais, cuja presença reorganiza e reestrutura o enunciado. Para o ele, o processo que subverte o modelo global de um gênero poderia ser entendido como este diagrama:

Figura 2 - Intertextualidade tipológica



Fonte: MARCUSCHI, 2008, p. 18 (adaptado).

Basicamente, o fenômeno da intertextualidade inter-gêneros dá-se quando um determinado gênero, para cumprir sua função, recorre à forma de outro gênero. A cerca das funções e das formas, o teórico ainda tece algumas considerações. Função e forma, embora sejam, sim, constituintes de um gênero textual, não incidem, para o professor, do mesmo modo e nem com o mesmo grau de determinação na sua categorização. Para ele, “o predomínio da função supera a forma na determinação do gênero, o que evidencia a plasticidade e dinamicidade dos gêneros” (MARCUSCHI, 2008, p. 18). Ele explica:

Os gêneros não são entidades naturais como as borboletas, as pedras, os rios e as estrelas, mas são artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano. Não podemos defini-los mediante certas propriedades que lhe devam ser necessárias e suficientes. Assim, um gênero pode não ter uma determinada propriedade e ainda continuar sendo aquele gênero. Por exemplo, uma carta pessoal ainda é uma carta, mesmo que a autora tenha esquecido de assinar o nome no final e só tenha dito no início: "querida mamãe". Uma publicidade pode ter o formato de um poema ou de uma lista de produtos em oferta; o que conta é que divulgue os produtos e estimule a compra por parte dos clientes ou usuários daquele produto (MARCUSCHI, 2008, p. 17).

Marcuschi diferencia também “intertextualidade inter-gêneros” de “heterogeneidade tipológica”, onde o primeiro se configura como “um gênero com a função de outro” e o segundo como “um gênero com a presença de vários tipos” (2008, p. 18), sendo este último o fenômeno mais comum. E é justamente a maleabilidade intrínseca no segundo exemplo que atribui aos gêneros enorme capacidade de adaptação. Considerando o gênero uma “ação social”, o autor ressalta que uma definição correta de um gênero “não deve centrar-se na substância nem na

forma do discurso, mas na ação em que ele aparece para realizar-se" (MARCUSCHI, 2008, p. 18 *apud* MILLER, 1984, p. 151). Mesmo considerando o alto poder de organização das formas composicionais dos gêneros, o aspecto funcional é o que “vai ser central na designação de muitos gêneros que são definidos basicamente por seus propósitos (funções, intenções, interesses) e não por suas formas” (p. 18).

Vimos, então, com apoio do nosso tripé teórico, Bakhtin (1997), Fix (2006) e Marcuschi (2008) que, mesmo com alguma estabilidade, os gêneros estão em constante evolução e mutação, muitas vezes a partir da influência de outros gêneros. Fato que corrobora a ideia de que são resultados de processos dinâmicos. Percebemos, também, que o fato de serem classificados como enunciados relativamente estáveis e determinados sócio-historicamente não é o suficiente para determinar um gênero. A parte isso, incidem fatores como a situação comunicativa e a intencionalidade. Todo esse dinamismo, portanto, que permite o trânsito dos aspectos genéricos, em contrapartida, dificulta sua identificação imediata, sobretudo na contemporaneidade.

Desse modo, prosseguiremos esta análise levando em conta não só as aproximações temáticas, mas, também, as particularidades genéricas compartilhadas entre as obras literárias em análise e o contexto no qual foram produzidas. Tentaremos examinar a aproximação entre o texto jornalístico e o texto literário a partir de duas perspectivas: o romance-reportagem e o jornalismo literário. Dois conceitos que se avizinham, mas nutrem também elementos distintivos. Embora ambos se configurem como bons exemplos do que vimos neste capítulo, colocando-se como fronteiros em sua concepção. Com isso em mente, sigamos.

2.2 O romance-reportagem e o jornalismo literário

Nitidamente impulsionados pela atmosfera política da época, os modos de se organizar social e politicamente sofreram muitas alterações. Ao contrário do que parece ter acontecido em outras áreas, como na música, por exemplo, que recebeu muita influência da cultura americana e inglesa, na literatura os preceitos aparentam ser de outra ordem. A influência exercida pelos Beatles sobre os movimentos musicais no Brasil, vide jovem guarda e tropicalista, atribuem à cena um caráter experimentalista. O estranhamento causado pelos tropicalistas, com suas guitarras sendo implementadas a instrumentos e ritmos tipicamente brasileiros, conferem ao movimento uma estética claramente hibridizada, o que se configura como seu grande traço.

No cinema e no teatro o curso é semelhante. A subversão como método é o grande imperativo. Na literatura, no entanto, embora também se note o apagamento ou embaralhamento das fronteiras, o surgimento de novos gêneros não tem no impulso experimentalista sua força maior. Mas, sim, na necessidade de atender às demandas sociais e políticas do período, cuja visibilidade estava sendo, a todo modo, encoberta. É nesse sentido que o texto literário se abre para receber influências de outros gêneros.

Na busca por desvendar a gênese da aproximação entre o texto jornalístico e o texto literário, Bianchin (2001) constata que

Por alguma razão a literatura estava sendo levada a desempenhar uma função e um papel que não era exatamente o seu: contar a história imediata, reconstituir acontecimentos do cotidiano, desvendar a realidade, é um papel delegado, usualmente, ao discurso jornalístico mas este, naquele momento, não o estava desempenhando livremente e de modo satisfatório (BIANCHIN, 1994, p. 24).

A razão a qual a autora se refere é, como vimos, a situação política em que o país se encontrava, o auge da Ditadura Militar. O regime em exercício, instaurado pelo golpe de 1964, já demonstrava, desde então, posições autoritárias e antidemocráticas, mas foi intensamente embrutecido pela publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no final da década de 1960, que impôs censura rígida à imprensa, com atenuada ênfase aos jornais e periódicos.

Com o objetivo de evitar publicações que pudessem ir de encontro às posturas adotadas pelo Regime e por seus governantes ou expor episódios que os militares preferiam manter ocultos, a imprensa passou a ter suas matérias previamente “vistoriadas”. E com os jornais sendo alvo constante de censuras, inclusive através da criação de órgãos oficiais destinados exclusivamente a esse fim, o texto jornalístico é empobrecido de crítica e perde parte da capacidade de divulgar e questionar a realidade e os fatos significativos para a população do país.

É claro que isso não significa dizer que inexistiram, durante o período, jornalistas e jornais que tecessem e publicassem críticas à ditadura. No entanto, é inegável o enfraquecimento do setor nesse momento. E para que tais afirmações não pareçam taxativas, é preciso considerar que entre o final do século XIX e o início do século XX, grandes mudanças ocorreram na imprensa brasileira. É quando o jornalismo se configura como atividade profissional, submetida a uma agenda empresarial.

É nessa fase que Nelson Werneck Sodré (1999, p. 261) sinaliza a passagem de uma “pequena imprensa” para uma “grande imprensa”. Nesse cenário, de acordo com o autor,

Os pequenos jornais de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se for assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. (SODRÉ, 1999, p. 275).

Essas alterações, evidentemente, mantém estreita relação com o processo de industrialização brasileiro e com o estabelecimento do capitalismo como modelo econômico. Mas o fato é que, como se nota no excerto, produção e circulação aumentaram consideravelmente, o que consolida o jornal e confere a ele um papel social, muitas vezes responsável por formar opiniões. Sobretudo nas capitais e principais cidades do país.

Quando falamos em um jornal ou em um jornalismo enfraquecido, referimo-nos à asfixia imposta pelo regime após um período de grande expansão. Já na segunda metade do século XX, a chamada “grande imprensa”, enfrenta dificuldade de se expressar livremente, não apenas por imposição de um regime autoritário, mas também porque atende agora a interesses capitalistas.

É dessa dificuldade do jornal de se manifestar que surge, segundo Hollanda e Gonçalves (1980), a aproximação com o texto literário

Num momento em que o jornal parece não poder mais informar, noticiar e muito menos se pronunciar, cresce por toda a parte o desejo aguçado do testemunho, do documento, da exposição da realidade brasileira, o que, de certa forma, promove uma quase insatisfação com a narrativa literária (HOLLANDA e GOLÇALVES, 1980, p. 53).

É nesse contexto que surge, tanto para saciar a sede de informação do público leitor como para redirecionar a matéria jornalística rejeitada pela imprensa oficial, a proximidade entre a literatura e o jornalismo, entre o romance e a reportagem, que, driblando a censura imposta pelo regime militar, deu lume à barbárie promovida pelo Estado, sobretudo, no caso deste estudo, a questão da violência e seus múltiplos desdobramentos.

Nem a temática da violência nem a relação do literário com o real são — ou eram na década de 1970 — novidade na literatura brasileira. No entanto, a intensificação desses aspectos foi, como dito antes, diretamente estimulada pela repressão e pela censura. É possível, em períodos democráticos, conduzir o fazer artístico, o fazer literário, a partir, também, de questões sociais e políticas. Porém, em períodos ditatoriais, as artes, entre elas, a literatura, assumem um papel crucial no questionamento da sociedade e de seus mecanismos estruturantes.

Embora a questão da violência, em suas mais diversas formas, encontre reflexo na literatura brasileira desde o período colonial, segundo Schøllhammer (2013), é na literatura

contemporânea, que tem início entre as décadas de 1960 e 1970, que a realidade social, numa perspectiva urbana, repercute com mais força na produção literária, sobretudo nos textos em prosa. Schøllhammer, a partir da perspectiva de Dorfman, diz que

[...] a violência tem sido a matéria própria da cultura latino-americana, sua verdadeira essência social e, em diferentes modalidades, o tema núcleo da sua literatura. Desde o naturalismo até a década de 1940 a literatura girou em torno da violência cometida contra o continente: a conquista, a ocupação e exploração, a aniquilação da cultura indígena, a escravidão, o imperialismo, a luta pela independência etc.; enfim, uma literatura que denunciou o sofrimento e simbolizava os gestos de resistência como indicadores de uma cultura autóctone (SCHØLLHAMMER, 2013. p. 112).

Numa ótica contemporânea, há, de acordo com Schøllhammer, um deslocamento da temática para uma literatura urbana, que reflete uma condição social nova, acarretada pela iminência de um modelo econômico que transforma o Brasil em um país industrial, cuja população concentra-se nas grandes metrópoles. Nessa transformação, diz o autor, “testemunhamos o surgimento de uma prosa à procura de uma expressão mais adequada à complexidade da experiência dessa realidade” (SCHØLLHAMMER, 2013. P. 113).

Schøllhammer dedica algumas páginas para esclarecer e exemplificar de que maneira a violência é representada na literatura desde o quinhentismo até os dias atuais. Constatando, em síntese, que a violência é matéria recorrente na literatura brasileira, esteja ela circunscrita à colonização, à escravidão, aos regionalismos ou à brutalidade do realismo contemporâneo. Contudo, distingui-se dentro desse apanhando histórico o que ele chama de “realismo documentário”, que em grande parte debruça-se em uma modalidade de violência que, no contexto de um regime de exceção, associa-se de modo profundo às instituições públicas e às forças da ordem, sistemática e organicamente. À questão da violência voltaremos mais adiante. Por hora, empenharemos esforços para apurar o que Schøllhammer chama de “realismo documentário”, conceito em que está inserido o romance-reportagem.

O romance-reportagem é, como a nomenclatura já prenuncia, resultado do entrelaçamento entre a literatura e o jornalismo. Mas, se por um lado, o binômio que caracteriza o gênero, de certo modo, intui sua definição, por outro, não dá conta dos múltiplos desdobramentos acerca desse vínculo, o que faz com que sua conceituação não seja assim tão simples como aparenta. Parte dessa dificuldade é gerada a partir da sua natureza dicotômica, já que “por um lado, não é jornalismo, uma vez que é romance; por outro, não é literatura, uma vez que é reportagem” (COSSON, 2001, p. 9).

Ser visto como uma coisa ou outra é o que impede, segundo Cosson (2001), um exame adequado do gênero.

O saldo de tal ambiguidade é o fato de as narrativas assim denominadas terminar por ser lidas não no que elas são (romance-reportagem), mas naquilo que não conseguiram ser (romance ou reportagem). É por essa razão que [...] [é necessário] ler o romance-reportagem a partir de seus próprios traços, e não apenas em comparação a ou como negação de outras produções culturais (COSSON, 2001, p. 9, grifo nosso).

Apesar de situado entre dois tipos de discursos, o literário e o jornalístico, o romance-reportagem possui aspectos próprios, não sendo pura e simplesmente a soma dos gêneros nos quais tem origem. Em seu *Romance-reportagem: o gênero*, Cosson (2001), realiza, antes de propor discussão sobre as marcas definidoras do gênero, um balanço bibliográfico acerca do tema, onde constata que os seus meios de compreensão, ao longo do tempo, não são consensuais.

A primeira menção ao termo, diz o autor, “[...] aparece, simplesmente, como o título de uma coleção publicada pela Editora Civilização Brasileira no final da primeira metade da década de 1970” (COSSON, 2001, p.11), sendo assim denominada por compreender obras de ficção cujo enredo tomava por base eventos e personagens reais. Mais adiante, a expressão “[...] avança para a caracterização do romance-reportagem como um modo mais específico de narrar que parece ser, também, a própria imagem da sua época: a década de 1970” (COSSON, 2001, p.12). Outra posição destacada é encontrada na obra de Antônio Hohlfeldt, que utiliza o termo *romance-reportagem* como o modo de se referir ao romance daquela época. Mas é em Heloísa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves que Cosson encontra uma posição que chama de mais explícita sobre o tema, na qual dois sentidos sobressaem.

Ao lado do romance político e das memórias, o romance-reportagem pode ser compreendido em dois sentidos, um mais estrito e outro mais amplo. O primeiro é o romance-reportagem como uma forma mais específica de narrar o qual poderia ser uma “reportagem romanceada”, isto é, uma reportagem em forma de livro, em que estão combinadas “a objetividade jornalística” e “uma certa intervenção do subjetivo, aquilo que o elevaria ao estatuto de literatura” [...] O segundo sentido considera o romance-reportagem como decorrente da expansão do jornalismo em direção à ficção ou da invasão da literatura pelos repórteres, a “migração jornalística”, que segundo a palavra dos dois autores é “a literatura de olho no jornalismo, a reportagem de olho na literatura” (COSSON, 2001, p.13 apud HOLLANDA e GONÇALVES, 1980, p. 55-58).

Essa dupla definição, que não são antagônicas, mas complementares, são as que norteiam a maior parte dos estudos sobre o romance-reportagem. É com a influência das já tão citadas condições sociopolíticas da época que o gênero estabelece, no Brasil, sua fase inaugural, constituindo um marco na literatura nacional. Parte considerável da produção do período se dedicou a representar a violência basicamente em dois aspectos: 1) violência física, onde a tortura tem grande destaque e 2) violência política, onde se enfatiza a perseguição direta aos

opositores políticos. Todavia, vale lembrar, que, como frisado por Schøllhammer (2013), a temática da violência já marcava presença na produção literária brasileira antes desse período. Assim como a convivência entre gêneros, formatos e meios de publicação.

As considerações feitas por Hollanda e Gonçalves (1980), Bianchin (2001) e Cosson (2001), são, em grande medida, convergentes. Para os autores, como ficou claro até este ponto, a proximidade entre a literatura e o jornalismo surge por impulso de uma atmosfera política autoritária e antidemocrática, que pôs a imprensa sob rígida censura. Essa aproximação deu origem ao que chamamos de romance-reportagem. Há que se considerar, entretanto, que esta análise tem como pressuposto um recorde estrito, tanto em relação ao estabelecimento do gênero quanto ao corte temporal. Uma análise mais abrangente nos mostra que essa aproximação, na verdade, é anterior. Esse movimento que impulsionou a literatura na direção do jornalismo ou vice-versa, Felipe Pena (2007) chamou de jornalismo literário.

Para Pena, jornalista e professor na Universidade Federal Fluminense (UFF), esse fenômeno ocorre em duas fases, denominadas *Primeiro jornalismo* (1789 a 1830) e *Segundo jornalismo* (1830 a 1900). O primeiro momento é “Caracterizado pelo conteúdo literário e político, com texto crítico, economia deficitária e comandado por escritores, políticos e intelectuais” (PENA, 2007, p. 47). Já a segunda fase, “Chamada de imprensa de massa, marca o início da profissionalização dos jornalistas, a criação de reportagens e manchetes, a utilização da publicidade e a consolidação da economia de empresa” (p. 47). Nesse período, de acordo com o autor,

[...] escritores de prestígio tomaram conta dos jornais e descobriram a força do novo espaço público. Não só comandando as redações, mas, principalmente, determinando a linguagem e o conteúdo dos jornais. E um de seus principais instrumentos foi o folhetim, um estilo discursivo que é a marca fundamental da confluência entre jornalismo e literatura (PENA, 2007, p. 47-48).

Pena destaca que o termo francês *feuilleton*, que, no Brasil chamamos de folhetim, não tinha originalmente relação com romances que eram publicados em jornais. Quando foi introduzido no *Journal des Débats*, ele designava um tipo de suplemento destinado à análise crítica de literatura e a assuntos diversos. No entanto, ocorrem mudanças a partir das décadas de 1830 e 1840, visto que

[...] a eclosão de um jornalismo popular, principalmente na França e na Grã-Bretanha, mudou o conceito, incorporando-o à nova lógica capitalista. Publicar narrativas literárias em jornais proporcionava um significativo aumento nas vendas e possibilitava uma diminuição nos preços, o que aumentava o número de leitores e assim por diante. Para os escritores, também era um ótimo negócio. Não só porque

recebiam em dia dos novos padrões, mas também pela visibilidade que ganhavam a partir da divulgação de suas histórias e de seus nomes. E o último elemento desse tripé, obviamente, eram os anunciantes, que, com o aumento das tiragens, pagavam mais caro pelo espaço publicitário e ajudavam a consolidar a lógica capitalista dos jornais (PENA, 2007, p. 48).

Embora esse fragmento se refira ao contexto da França, esse cenário, apesar de tardiamente, é percebido também no Brasil, como já verificado anteriormente em Sodré (1999). Contudo, não adentremos na seara brasileira, sem antes explorar as definições dadas por Pena para o jornalismo literário.

Para dar conta da amplitude do gênero, Pena explora a figura alegórica de uma estrela de sete pontas, sendo cada uma delas, apesar de distintas, essenciais para composição do todo. Para o jornalista e professor,

Não se trata apenas de fugir das amarras da redação ou de exercitar a veia literária em um livro-reportagem. O conceito é muito mais amplo. Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos (PENA, 2007, p. 48).

Da primeira à sétima ponta da estrela, o autor argumenta que o jornalismo literário não descarta os princípios fundamentais do jornalismo convencional, como apuração rigorosa, observação cuidadosa, ética e clareza na expressão. Em vez disso, ele os desenvolve e adapta para criar novas estratégias profissionais. Em segundo lugar, vai além da necessidade de cumprir prazos rigorosos e da ênfase na atualidade, buscando oferecer uma compreensão mais completa da realidade. Em terceiro, a abordagem busca contextualizar as informações de forma abrangente, relacionando-as a outros eventos, perspectivas e considerando um contexto temporal mais amplo. Em quarto, promove a cidadania ao escolher temas que contribuam para a formação do cidadão, o bem comum e a solidariedade. Em quinto lugar, rompe com as estruturas rígidas do estilo de escrita jornalística e aplica técnicas literárias para construir narrativas mais ricas e envolventes. Em sexto, evita depender excessivamente de fontes oficiais e busca ouvir fontes menos convencionais, incluindo o cidadão comum. Por fim, a busca pela perenidade é uma característica fundamental do jornalismo literário, pois visa criar obras que resistam ao teste do tempo, influenciando as gerações futuras e oferecendo uma perspectiva duradoura da realidade (PENA, 2007, p. 48-51).

Ao voltar ao caso brasileiro, Pena ressalta que no contexto nacional o jornalismo literário é classificado de diferentes formas, e segue argumentando que

Para alguns autores, trata-se simplesmente do período da história do jornalismo em que os escritores assumiram as funções de editores, articulistas, cronistas e autores de folhetins, mais especificamente o século XIX. Para outros, refere-se à crítica de obras literárias veiculada em jornais. Há ainda os que identificam o conceito com o movimento conhecido como *new journalism*, iniciado nas redações americanas da década de 1960. E também os que incluem as biografias, os romances-reportagem e a ficção jornalística. Eu considero todas as opções acima. Mas trato-as como subgêneros do jornalismo literário (PENA, 2007, p. 56).

Muitas das características que vimos anteriormente estão presentes nos traços constitutivos do romance-reportagem, ainda que o autor o trate como um subgênero. Notamos, também, influências que remetem à França do século XIX e aos Estados Unidos do século XX. Embora Pena aponte Balzac, Victor Hugo e Stendhal, todos franceses, como escritores que podem ser considerados como os precursores do jornalismo literário. Em relação ao Brasil, é Marcelo Bulhões (2007) quem melhor nos auxilia na compreensão desse itinerário, cujo percurso é impulsionado pela obra de João do Rio (1881-1921).

Para Bulhões, “A obra de João do Rio constitui um objeto indispensável para a reflexão acerca do desenvolvimento dos gêneros jornalísticos no Brasil” (BULHÕES, 2007, p. 78). O autor concorda com o visto em Sodré (1999) e em Pena (2007) no que se refere ao período e às condições nas quais os textos jornalísticos e literários se aproximam, e sinaliza também as já mencionadas alterações no modo do fazer jornalístico.

Acrescenta ainda que além do modelo de produção em massa, marcadamente industrial e comercial, a transição também destaca a passagem de um jornalismo de doutrinação política para se configurar como um bem de consumo. E, uma vez visto como produto “estará cada vez mais destinada a incitar a curiosidade do público e ao mesmo tempo aplacá-la, trazendo ‘satisfação’ a seus clientes, os leitores do jornal diário” (BULHÕES, 2007, p. 79). Tratava-se também de um símbolo civilizatório. Na passagem do “primeiro jornalismo” para o “segundo jornalismo”, como analisado por Pena (2007), ou de uma “pequena imprensa” para uma “grande imprensa”, como designado por Sodré (1999),

Assistia-se ao sepultamento das esclerosadas folhas do velho jornalismo do tempo da Monarquia, as quais, segundo o delicioso testemunho de Luiz Edmundo (1938), possuíam paginação sem movimento ou graça, um alinhamento monótono de colunas, desconheciam manchetes e outros procedimentos jornalísticos, isso quando não traziam um soneto na primeira página dedicado ao próprio diretor do jornal. Tratava-se também da prevalência de um jornalismo de doutrinação política, em que o velho artigo de fundo comparecia, com ares de austeridade e imponência. No lugar disso, o advento de um jornalismo de caráter comercial significará dinamismo e captação do interesse das massas urbanas (BULHÕES, 2007, p. 79).

Logo, de acordo com Bulhões, a notícia evolui gradualmente para adotar a conotação de um bem comercial, inserindo-se entre uma variedade de produtos de consumo urbano e competindo pela atenção do público leitor junto com outros gêneros jornalísticos, como a entrevista, a crônica e a coluna de variedades. Neste cenário, é compreensível que o componente informativo, que envolve o registro de eventos, se expanda e enriqueça. Consequentemente, o gênero noticioso estrito, que se caracteriza por um registro breve e factual, um relato quase telegráfico e uma simples notificação dos acontecimentos, parece ceder espaço para uma forma de notícia mais atrativa, dinamizada por meio de atributos discursivos convidativos, como é o caso da reportagem. Modalidade que, segundo o autor, encontra na produção de João do Rio “a maior expressão desse jornalismo novo” (BULHÕES, 2007, p. 79).

A perspectiva explorada por Bulhões, acerca de João do Rio (ou Paulo Barreto, seu verdadeiro nome) está intrinsecamente atrelada a esse movimento, situando-o como “o cronista da nossa *Belle Époque*” e como “o iniciador do jornalismo investigativo no país” (BULHÕES, 2007, p. 78). O autor aponta que a imagem de João do Rio reflete sua notável capacidade de compreender e adaptar-se às transformações na imprensa jornalística brasileira, demonstrando habilidade em reposicionar-se, afastando-se da figura tradicional do jornalista e direcionando-se para atender às necessidades emergentes da época. Essa flexibilidade e adaptabilidade o tornaram um pioneiro na integração entre o mundo do jornalismo e da literatura. A partir dele,

o escritor veste o figurino do jornalista e, mais particularmente, do repórter. É de fato com João do Rio que se desenvolve, no Brasil, a reportagem em sentido pleno, ou seja, a que faz da atuação do repórter em seu ofício de ir à cata da informação a condição fundamental sem a qual não se elabora a informação jornalística. Pode-se dizer que com ele enfatiza-se o próprio jornalista, ou seja, o profissional a partir de cuja ação se desenvolve o acontecimento noticioso. E os textos de João do Rio são reportagens em que a própria ação de reportar é evidenciada. Se pode sempre haver dúvida de que teria sido ele o primeiro repórter brasileiro, não se pode negar que seus textos são os primeiros a demonstrar a consciência sobre o ofício do jornalista, na revelação do comportamento do repórter (BULHÕES, 2007, p. 79).

É nesse contexto que se torna possível a identificação do que Bulhões chama de “tensão entre tendências opostas”, que além de estabelecer dicotomias ao próprio fazer jornalístico, estabelece também às questões fronteiriças entre o texto jornalístico e o texto literário.

Se por um lado ele é visto como aquele que consagrou a imagem do jornalista como um profissional, por outro lado paira sobre ele a imagem de um dândi e, nesse sentido, do anti-profissional, o eterno diletante; se por um lado sua produção em jornais é vista como reportagem, por outro se atribui a ela a classificação de crônica, o que a associa à realização literária: se por um lado dá-se credibilidade e acredita-se na veracidade de suas reportagens, afirmando-se serem elas fruto de apuração rigorosa de jornalismo moderno, por outro já se considerou que possuem muito de ficção, produtos da

fantasia e da imaginação; se por um lado ele é o jornalista, por outro é o escritor ficcionista (BULHÕES, 2007, p. 79-80).

Essa tensão que impera entre ser uma coisa ou outra, notamos também na ocasião em que debatemos o romance-reportagem enquanto gênero. E nesse sentido, Bulhões se aproxima de Cosson ao entender que aquilo que aparentemente se configura como dicotomia, deveria ser visto como ambiguidade, substituindo a ideia de conflitos e contraposições pela concepção de uma coexistência concomitante e indissociável de elementos. Vista assim, “uma escrita em que os termos do factual e do ficcional não se separam ou se excluem; em que o jornalístico, assumindo já o padrão moderno que se baseia no trabalho de apuração dos acontecimentos, ao mesmo tempo convive com procedimentos próprios da representação literário-ficcional” (BULHÕES, 2007, p. 80).

Outra característica assinalada por Bulhões em João do Rio e que muito pode contribuir para este trabalho é admissão de duas posturas aparentemente antagônicas: a do *flâneur* e do jornalista profissional. Existe na obra de João do Rio, um misto da figura aristocrata do *flâneur*, esse sujeito “despreocupado que vagueia pelas ruas, aberto às contingências do acaso”, com a figura do jornalista, “alguém investido de uma atitude profissional, que realiza entrevistas e apura os fatos”. Fato que se relaciona, de acordo com Bulhões, “pela convivência de um amorismo persistente, presente na atitude do *flâneur*, com o arrojo do profissionalismo exigido pelas demandas empresariais que se apresentavam, presente na postura do repórter” (BULHÕES, 2007, p. 82).

Esse novo jornalista, que também é repórter, cronista e escritor é alguém que muitas vezes “desce aos infernos”, que se desloca no espaço, frequenta ambientes perigosos, que “vai ao campo degradado dos acontecimentos e de lá retorna, restituindo-se para o mundo “alto” da cidade” (BULHÕES, 2007, p. 82). Mas é importante dizer que suas incursões têm como propósito central a busca por informações. Contudo, é crucial ressaltar que a informação não se limita simplesmente à exposição de um evento; em vez disso, ela envolve um processo narrativo que revitaliza os acontecimentos, dotando-os de subjetividade. Isso permite que o leitor, além de tomar conhecimento dos fatos, acompanhe o desenvolvimento dos eventos por uma perspectiva analítica. Tornando “compatível, no fim das contas, o caráter informativo com o traço ficcional” (p. 83).

Quando *Infância dos mortos* e *Querô*: uma reportagem maldita são publicados, em 1977, a figura do jornalista ou do repórter, em comparação ao período analisado por Bulhões, já está estabelecida. No entanto, facilmente notamos certa similaridade biográfica entre João do Rio, José Louzeiro e Plínio Marcos. Sobretudo no ofício, nesse fazer jornalístico-literário que

“vai ao campo degradado dos acontecimentos” (como Louzeiro no caso dos meninos de Camanducaia) e que “desce aos infernos”, que mergulha no submundo (como Marcos em muitas de suas obras). Bulhões avista em João do Rio a gênese desse movimento, pois foi ele quem

[...] dinamizou a atividade jornalística, renovou-a; lançou o repórter na rua, lançou-o à vida vertiginosa e encantadora da cidade. Desapegado dos limites da sala de redação, vivenciou uma experiência textual também sem limites, assumindo o contexto de dinamismo dos novos tempos, com a convivência ambígua entre gêneros e fazendo também do jornalismo expressão literária (BULHÕES, 2007, p. 83).

Cabe ainda uma última consideração feita no trabalho de Marcelo Bulhões: a de que a marca fundamental da aproximação entre o texto jornalístico e o texto literário encontra-se no interior da configuração narrativa. O autor considera que esse repórter (que também é cronista, jornalista e escritor), e “que vai ao palco dos acontecimentos como um *flâneur* é, na verdade, uma entidade da narrativa” (BULHÕES, 2007, p. 83), tratando-se ele mesmo de um personagem, que é também narrador. Bulhões acredita, observando o legado de João do Rio, que a convergência entre a literatura e a imprensa se materializa ao se examinar de perto a maneira como esse narrador se comporta. Ele explica:

Mais precisamente, a postura do narrador é a de um personagem de ficção investido da ação própria do profissional da imprensa, repórter ou cronista; e, especialmente, de um ente que se movimenta no espaço urbano e vive “de dentro” a aventura da própria reportagem ou crônica a ser escrita. O repórter-cronista assume no texto o estatuto de personagem de ficção. Mais: em muitos casos, as narrativas processarão as aventuras de um personagem narrador-repórter na aventura de colher o material jornalístico. Com isso, não há um efeito discursivo de separação entre o narrador-personagem e o fato narrado (BULHÕES, 2007, p. 83).

Tais aspectos são percebidos também em *Querô*: uma reportagem maldita. Embora Plínio Marcos estruture sua voz narrativa em primeira pessoa, notadamente através do seu protagonista, quando a obra encaminha-se para o final, encontramos, oculta em um discurso personalíssimo, a figura de um repórter. Descobrimos, então, que o relato que acabamos de ler foi coletado no leito de morte do menino. Em discurso direto, Querô reporta-se ao novo personagem, questionando o porquê da presença dele ali e apresentando-o ao leitor.

- Ô, do gibi, por que toda ora para essa merda?
- Pra trocar a fita.
- Porra, eu falei pra caralho.
- Quatro fitas dos dois lados.
- Pra que tu quer isso? Tu vai pôr no gibi minha vida? Essa merda toda?
- Se pudesse pôr tudo o que você falou, eu punha.

— Não pode, né?

— Não.

— Tô sabendo. É tudo um puta de um jogo sujo. [...] Mas, porra, pra que tu quer saber essas merdas todas da puta da minha vida? Na bosta do teu jornal, eu to fazendo e acontecendo. Sei como é. [...] No jornal a gente pinta de perigosão. Matador. Fudido. Tu e outros filhas da puta como tu preparam o presunto pros ratos fritarem a gente (MARCOS, 1977, p. 87).

Esse episódio clarifica o que foi dito por Bulhões acerca desse narrador-repórter-personagem que na busca de colher o material jornalístico, produz também um material literário. No questionamento do garoto, está presente também o nosso, visto que ele mesmo não consegue entender a razão de contar a vida dele para um repórter, se no jornal só o descrevem como uma figura perigosa. E mesmo com a expectativa de já termos respondido essa questão, valem alguns apontamentos finais.

O romance-reportagem, enquanto gênero estabelecido, surge realmente circunscrito ao período do regime militar brasileiro, como apontam os críticos e teóricos. O problema talvez esteja na sugestão de que um dos seus traços constitutivos mais importantes, a aproximação entre literatura e jornalismo, esteja também atrelada a esse momento histórico. Dizer isso seria desconsiderar tudo o que vimos em Sodré (1999), Pena (2007) e Bulhões (2007). Seria desconsiderar, inclusive, a contribuição de João do Rio para a construção daquilo que se configuraria, na década de 1970, como um modo de narrar próprio do seu tempo.

Se, por um lado, não parece assertivo alegar que o surgimento do romance-reportagem se justifica unicamente pelo contexto sociopolítico, por outro, talvez seja possível dizer, ainda que com certo risco, que a aproximação dos gêneros observada nesse contexto atende a necessidades e interesses específicos, distintos dos sinalizados na produção de João do Rio. E ainda, aproveitando o risco em curso, talvez possamos identificar uma reestruturação temática, embora a questão da violência não seja novidade, vide os folhetins e sua afeição em relatar crimes e outros assuntos polêmicos. No entanto, Em *Infância dos mortos* e em *Querô: uma reportagem maldita*, os autores ficcionalizam a maneira como a ditadura tratou os sujeitos que estavam à margem da sociedade. Entre eles crianças e adolescentes em situação de rua ou em conflito com a lei, negando-lhes uma vasta gama de direitos, encarcerando, torturando e matando aqueles os quais deveriam cuidar. É para elas que estão voltados os olhos de José Louzeiro e Plínio Marcos, mesmo antes de darem início às suas produções artísticas.

De certa forma, desde muito cedo, seja por identificação pessoal ou por empatia, Marcos e Louzeiro, frequentemente estiveram envolvidos ou muito próximos ao submundo dos marginalizados. Daí o olhar sensivelmente treinado às questões sociais. Com isso, abre-se espaço para que possamos considerar alguns aspectos biográficos em relação aos autores. Pois

se é verdade que suas obras podem nos fornecer uma espécie de retrato da época, a biografia deles pode nos colocar a par das demandas e desafios impostos a quem decidiu romper o silenciamento do Regime. Essa ruptura fez com que os dois fossem considerados por muitos, durante aquele período, os porta-vozes daqueles que não tinham voz.

3 PLÍNIO MARCOS E JOSÉ LOUZEIRO: DOIS PERDIDOS NUMA NOITE SUJA

O título deste capítulo pede emprestado à obra plínio-marquiana o nome dado a uma das muitas peças escritas pelo dramaturgo durante as duas décadas de ditadura. *Dois perdidos numa noite suja* é considerado um dos textos mais encenados de Plínio Marcos, mesmo tendo passado por um longo e extenuante processo de censura. No entanto, não se pretende tecer aqui uma análise do texto teatral que dê conta da sua integridade, mas conjurá-lo apenas o suficiente para que se possa compreender a referência em seu caráter metafórico.

O termo *noite* é recorrente na literatura relacionada ao regime militar brasileiro. Dos textos de ficção aos textos científicos é habitual que a palavra apareça fazendo referência não apenas à noite específica do golpe, mas ao intervalo de tempo em que o Regime esteve em vigor. E é levando em conta esse aspecto que o evocamos. Perdidos, no seio dessa longa noite que durou vinte e um anos, Marcos e Louzeiro buscam maneiras de minar o obscurantismo que os ronda, escrutinando, entre outras coisas, condutas e práticas comumente adotadas pelo Regime. Nesse sentido, esta etapa destina-se a explorar o aspecto relacional entre a vida e a obra dos autores, refletindo não só acerca do produto artístico, mas também da experiência pessoal a partir da qual essa produção se organiza.

3.1 Plínio Marcos: entre o teatro e a literatura

Considerado versátil e de potencial extraordinário por parte da crítica da época, Plínio Marcos, durante sua vida, desempenhou diversas funções. Porém, foi como palhaço de circo que teve início a sua carreira artística. De acordo com a biógrafa Lucinéia Contiero, “Em 1949, com 14 anos, Plínio deixa a casa dos pais para trabalhar no Circo Rubi, um entre outros em que trabalharia, com algumas pausas, até 1959.” (CONTIERO, 2019, p. 74). A partir daí solidificou sua carreira também como escritor, ator, dramaturgo, diretor e jornalista.

Plínio Marcos de Barros nasceu na cidade de Santos (SP), em vinte e nove de setembro de 1935 e morreu em São Paulo (SP), em dezenove de novembro de 1999. A criação no litoral paulista foi fundamental para traçar o percurso que percorreria posteriormente. Muito do que produziu, encontra claro reflexo em seu “período santista” (CONTIERO, 2019, p. 33), ciclo que vai de 1935 a 1960 e abrange infância e juventude do escritor.

Desde pequeno desbravava a cidade e tinha seus primeiros contatos com os cenários e os tipos que constituiriam parte considerável da sua produção. Plínio, como nos conta sua biógrafa, “Conhecia bem a cidade. Ainda menino vagou de ponta a ponta, circulando por becos e orlas. Cedo conheceu a vagabundagem e a malandragem da gente que vivia a margem, no porto” (CONTIERO, 2019, p. 34).

Muito levado e desinteressado pelos estudos, o aspirante a artista deu aos seus pais bastante trabalho. Embora tenha tido uma infância feliz e até “despreocupada”, como ele mesmo chegou a dizer,

Sua maior dificuldade, quando garoto, e mesmo adolescente, era com os estudos. Simplesmente não suportava escola e deu muito trabalho aos pais. Sua recusa era tanta, logo nos anos escolares iniciais, que a mãe se obrigava a arrasta-lo para a escola, esforçando-se para fazê-lo entrar [...] Ia pouco à escola. Saía de casa, acompanhado dos irmãos menores, por quem era responsável no trajeto escolar, mas não avançava para o mesmo destino (CONTIERO, 2019, p. 59-60).

Um dos resultados de tanta resistência foi a demora de quase dez anos para concluir o primário. Na adolescência, a preocupação não diminuía. Por volta dos treze anos, “Plínio preocupava os pais por três motivos: costumava vadiar por lugares suspeitos, onde reinava a malandragem e a violência; demonstrava absoluta falta de vocação para estudar; e não demonstrava qualquer interesse profissional sério”. A esse último ponto, muitos esforços foram empregados. O pai, “Seu Armando, liberal mas cioso da honestidade, tentou enfiá-lo ‘em todas as profissões possíveis’” (CONTIERO, 2019, p. 64).

Como era possível prever, nenhuma tentativa de Seu Armando foi capaz de dar cabo da inquietude do menino. No bojo das suas variações profissionais estão ocupações como ajudante de caminhão, funileiro, contínuo de banco, camelô, aprendiz de encanador, mensageiro, ajudante de caminhão, vendedor de livros e jogador de futebol. Ocupações que dividiam espaço com o seu fascínio pelo circo, o que motivara a sua fuga de casa aos quatorze anos, embora tenha voltado pouco tempo depois. No entanto, “Em 1952, depois de abandonar o emprego de mensageiro [...], entrega-se à vida circense. Tinha então 16 anos” (CONTIERO, 2019, p. 75). Tinha início uma longa parceria com o picadeiro que, além de educá-lo para os palcos, colocou seu nome para circular no meio artístico e o apresentou a importantes ícones da cena. Para Contiero (2019, p. 78), é na vida circense, que sua carreira de dramaturgo encontra o seu primeiro estágio prático.

Na segunda metade da década de cinquenta, por volta dos vinte anos de idade, é que nosso dramaturgo em formação conhece as pessoas que mudariam a sua vida, entre elas, Patrícia

Galvão, a Pagu. Embora haja na história alguns ruídos sobre o momento exato desse encontro, não há dúvidas, no entanto, que se pode dividir a vida e a obra de Plínio Marcos em antes e depois do contato com a escritora, que, assim como ele, era múltipla: jornalista, poetisa, diretora de teatro, tradutora, desenhista, cartunista e ativista política. Consta em sua biografia que

Nos anos em que participava ativamente do teatro amador santista, como ator e como diretor, e ainda como autor de duas peças (*Barrela* e *Os Fantoques*), de 1957 até o começo dos anos 60, Plínio integrou um grupo livre-pensante e boêmio de que fazia parte Patrícia Helder Galvão, a responsável, ao que parece, pela mudança de vida do jovem circense. Em 1957, esta distinta senhora, então com 47 anos, adentrou os bastidores do Circo Pavilhão Teatro Liberdade procurando o palhaço Frajola (**como Plínio era conhecido**). Dirigia um grupo e queria que o rapaz trabalhasse com ela [...]. Esse encontro parece ter sido, de fato, determinante para a carreira teatral de Plínio, ou pelo menos para o início dela (CONTIERO, 2019, p. 104-105, grifo nosso).

Sua biógrafa, todavia, não ignora que “Praticamente todas as indicações bibliográficas apontam 1958 como tendo sido o ano que Pagu e Plínio se conheceram e pela primeira vez teriam trabalhado juntos [...]”, o que ela caracteriza como um equívoco, pois “pelos informes d’*A Tribuna* (citados em ‘Plínio Marcos no cenário do teatro amador santista’), em junho de 1957, Plínio já integrava o GETI, sob direção de Pagu” (CONTIERO, 2019, p. 104). O convite feito por Patrícia Galvão na ocasião da visita aos os bastidores do Circo Pavilhão Teatro Liberdade foi para pedir que ele substituísse um ator na peça que dirigia. Convite esse que proporcionou a entrada de Plínio em seu círculo de amizade e, com isso, a participação de “um grupo de intelectuais e artistas que ajudaria a amadurecer seu senso crítico e influenciaria seu trabalho” (p. 107).

Já morando na capital paulistana, Plínio viveu a década que mudaria a sua vida definitivamente. Os anos 60, com todos os seus percalços, projetou o nome do dramaturgo santista para o território nacional. Ainda no litoral santista, chegou a alcançar algum prestígio entre a classe artística local com a estreia de *Barrela*, sua primeira peça, escrita em 1956 e montada oficialmente pela primeira vez em 1959. Mas, o sucesso de *Barrela* foi sucedido por tentativas fracassadas de repetir o feito, o que culminou na sua mudança para São Paulo. Contiero nos conta que

Em 1962, quando Plínio chegou a São Paulo, o país vivia ainda os sobressaltos da renúncia espetacular de Janio Quadros, ocorrida no ano anterior. O governo Goulart precisou desdobrar-se para assimilar as inovações herdadas do governo JK [...] Investimentos de infraestrutura (estradas, energia e transportes), segundo ainda esse otimismo progressista herdado, proporcionavam grande mobilização populacional rumo aos centros urbanos, e fizeram crescer, na sua face econômica, um surto consumista marcado por novos anseios e comportamentos. A cultura, bastante ativa,

viveu o bom clima de liberdade política do período pré-1964 (CONTIERO, 2019, p. 141).

Mesmo assim, da chegada à cidade até ao reingresso na carreira, Plínio “Até que se arranjasse, que se estabelecesse, até que chegasse a fama, enfrentaria um pouco de tudo (as ‘virações’, como dizia) para sobreviver” Sem dinheiro e sem emprego, “Passou as primeiras noites na antiga rodoviária da capital”. Ainda em 1962, “morando então em pensões baratas e cavando bicos para sobreviver, saiu à cata de pessoas ligadas ao meio artístico” (CONTIERO, 2019, p. 142 - 145). É quando surge o nome de Cacilda Becker, atriz respeitada e bem relacionada com ícones da cena paulistana. Assim como foi Pagu, em Santos, foi Cacilda em São Paulo. Ela quem facilitou o contato de Plínio com os profissionais do teatro paulistano. Nesse ínterim, foi camelô, ator, roteirista e técnico da TV Tupi. No tempo livre entre essas ocupações, escreveu *Dois perdidos numa noite suja*, que seria responsável por colocar seu nome entre os grandes do teatro da época.

A peça, que estreou em 1966, já depois da virada militarista, contou com cinco espectadores e o próprio Plínio como ator, e foi encenada à revelia de muitas dificuldades financeiras e estruturais, em um bar no centro de São Paulo. Com a ajuda de colegas que ajudaram a propagar comentários sobre o espetáculo, entre eles Alberto D’Aversa, que escreveu artigos sobre a experiência de assistir *Dois perdidos numa noite suja*, a montagem despertou rapidamente o interesse do público e “as apresentações passaram a ser realizadas no Teatro de Arena”. Em 1967, segundo Contiero, o espetáculo já passava do sexto mês ininterrupto em cartaz e com data marcada para estrear no Rio de Janeiro. Plínio tornou-se “figurinha carimbada” e “ficou famoso em quase todo o país” (CONTIERO, 2019, p. 254 - 256).

A temática que já estava presente em *Barrela* e que se tornaria uma marca da sua produção, agora, ganhavam novas interpretações e novo fôlego no contexto de um regime de exceção. Em *Dois perdidos numa noite suja*, lembra Contiero

dois homens, Paco e Tonho, discutem num paupérrimo quarto de pensão sobre a difícil arte da sobrevivência num quadro de fortes antagonismos. A aspereza do diálogo atinge contornos absurdos, intensificando a briga desencadeada por causa de um par de sapatos. O clima de desamparo e desespero crescentes explode na agressão física e, por fim, leva ao assassinato de Tonho (CONTIERO, 2019, p. 247).

Com diálogos tensos e agressivos,

A apresentação incorporaria definitivamente os marginais à galeria brasileira de personagens cênicas, e com tal contundência no tema e no diálogo que a crítica registraria o fato como uma contribuição dramaturgica de peso, nova, autêntica,

vigorosa, radical. A peça provocaria, uma vez na mídia, e com o acirramento dos debates, a ascensão definitiva do “novo dramaturgo, Plínio Marcos” (CONTIERO, 2019, p. 250).

Com a exposição, além de prestígio e dinheiro, vieram também críticas e perseguições ideológicas e políticas. Chamado de comunista por escrever sobre aquilo e aqueles que estavam à margem, o dramaturgo, a certa altura, teria seu trabalho automaticamente censurado, apenas por levar sua assinatura. Contiero (2019, p. 270) revisita uma edição da Folha de São Paulo que, em 03/08/1969, dizia: “A situação de Plínio Marcos é a seguinte: trabalho dele que chega em Brasília, antes mesmo de ser lido, os censores dizem: Plínio Marcos? Proibido”. Inúmeros foram os embates com a censura, de sessões suspensas a prisões. Os motivos que levavam o público para ver o espetáculo levavam também os censores a ver Plínio como um inimigo do Estado. Contiero argumenta que

O realismo imediato de *Dois Perdidos*, afundado na contemporaneidade histórica, responsabiliza o sistema político-econômico pelas dificuldades e pelas revoltas coletivas e individuais. Este foi certamente um dos motivos que mais chamou a atenção do público para a peça, sem que se negligencie outros, como a discussão nua e crua das misérias psicológicas do homem acuado (CONTIERO, 2019, p. 265).

Barrela, que despertava interesse devido o sucesso recente, teve sua remontagem imediatamente censurada, dez anos depois da sua criação, ocasião em que também teve sua execução proibida. “Em 1968, *Barrela* completava dez anos de criação e dez anos de proibição” (CONTIERO, 2019, p. 270). Fato que não impediu, no entanto, nem que algumas apresentações clandestinas fossem realizadas, nem que o dramaturgo recém-caído nas graças do público e da crítica continuasse a escrever.

Considerado um fenômeno produtivo, “Entre 1967 e 1968, em um período de seis meses, Plínio colocava em cartaz quatro peças: além de *Dois Perdidos Numa Noite Suja* e *Navalha na Carne*, *Homens de Papel* e *Quando as Máquinas Param*, ambas de 1967.” (CONTIERO, 2019, p. 272 - 273). Entre elas, *Navalha na Carne* seria a grande responsável por ratificar o nome de Plínio como um dramaturgo de peso. Não sem antes, evidentemente, incomodar alguns censores. Como era de se esperar, “A junção de violência e obscenidade, também presente em *Dois Perdidos*, e que tanto trabalho dera ao autor, fazia antever novas dificuldades” (p. 279). Mas, “A censura à *Navalha*, diferentemente do que se deu com *Dois Perdidos*, ocorreu antes mesmo da finalização da primeira montagem” (p. 280). Após custoso processo de negociação, “a peça foi liberada, em outubro de 1967, para maiores de vinte e um anos” (p. 285), até ser proibida novamente em 1972.

O que muda entre 1967 e 1972 reflete uma alteração muito pontual no Regime Militar. Com a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, a imprensa e a cultura de uma forma geral, foram impostas a um rígido protocolo de censura. O decreto serviu de base para a fase mais violenta da ditadura e, durante a década de 1970, intimidou a produção cultural do país. O teatro foi um dos setores que mais sentiu. Sua peça seguinte, *O abajur lilás*, escrita em 1969, foi prontamente proibida. Fato que se repetiu em 1975, numa segunda tentativa de montagem. “Censurada em 1970 e em 1975”, como alega Contiero, “*O Abajur Lilás* teve sua exibição de estreia somente em 25 de junho de 1980...” (2019, p.302). É durante esse período, cansado de tanto lutar contra a censura, que “Plínio avisa que vai desistir da carreira de dramaturgo” (p.346). Desistência que, no entanto,

[...] não implicou abandono daquilo que mais forte marcou sua dramaturgia, essa mistura de violência e linguagem exacerbada, em contextos de miserabilidade social. Em 1976, *Querô, uma Reportagem Maldita*, recebeu o prêmio de melhor romance, pela APCA (Associação Paulista de Críticos de Artes). A intenção inicial, em *Querô*, era escrever um texto para teatro, mas, temendo a censura, **Plínio achou mais passável o gênero romance** (CONTIERO, 2019, p. 346, grifo nosso).

Interessante notar que essa reorientação, destacada no excerto acima, altera o suporte, mas não mensagem ou a temática. Veremos, inclusive, no decorrer deste trabalho, que esse foi um recurso usado por muitos artistas da época como uma maneira de encriptar o conteúdo da produção para que esta passasse com mais facilidade pelo crivo da censura. No caso da música, a reorientação era feita através da própria linguagem, como uso de alegorias e metáforas que ajudavam a dizer o que não podia ser dito. Todavia, não é este o caso de Plínio em *Querô*. Ainda estavam presentes a questão do universo prisional e da delinquência juvenil vistos em *Barrela*, a miséria e o desamparo vistos em *Dois perdidos numa noite suja*; a violência e a crueldade vistas em *Navalha na carne* e a degradação humana vista em *O abajur lilás*. Características que se destacam da mesma forma em *Infância dos mortos*, obra de José Louzeiro, cuja biografia também auxiliará o desenvolvimento deste trabalho.

3.2 José Louzeiro: entre o jornalismo e a literatura

Maranhense de São Luiz, José de Jesus Louzeiro nasceu em 19 de setembro de 1932 e morreu em 29 de dezembro de 2017 vítima de uma parada cardiorrespiratória, no Rio de

Janeiro. Seu nome carrega o crédito de ser um dos precursores na publicação de livros-reportagens ou romances-reportagens, gênero popularizado durante a ditadura militar brasileira. Feito que certamente foi influenciado pela sua carreira jornalística, como repórter policial.

É bom que se diga, em adiantamento, que, diferente do que vimos com Plínio Marcos, a vida e a obra de José Louzeiro, não foram, até o último levantamento para a produção deste trabalho, organizadas em um único volume biográfico. Fator que implicou no aumento considerável do referencial teórico desta etapa, em sua maioria entrevistas, artigos e dissertações. Por esse motivo, em momentos específicos, há, embora poucos, alguns pontos divergentes. Pontos esses que, no entanto, de maneira geral mais se complementam do que se contrapõem.

André Gustavo de Paula Eduardo (2013) afirma que o nome de Louzeiro “está entre os mais famosos e importantes repórteres da crônica policial no país, começando sua vida como jornalista na década de 50 e se destacando nos decênios seguintes”. Eduardo acrescenta ainda que “Louzeiro passou por distintas redações, transitando basicamente entre Rio de Janeiro e São Paulo, com passagens pela *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, dentre outros” (EDUARDO, 2013, p. 71).

Entretanto, antes do prestígio e do extenso currículo, ainda em São Luís, os rumos que sua carreira tomaria já dava alguns indícios. A pesquisadora Roseane Arcanjo Pinheiro afirma que Louzeiro

[...] começou na profissão de jornalística aos 16 anos, meio que por acaso, na função de aprendiz de revisor. Na condição de repórter, na companhia do colega Moacir de Barros, uma sina teve início na sua vida: ir a delegacias, conversar com presos, narrar mortes trágicas. Aquele universo ora humano ora perverso instigou no repórter José Louzeiro um tino para as narrativas, contar histórias sobre homens e mulheres e o complexo elo entre o lícito e ilícito, o bem e o mal, a vida e a morte (PINHEIRO, 2008, p. 62).

Embora o acaso apareça como responsável pelo impulso inicial da carreira de José Louzeiro, o mesmo não pode ser dito do itinerário que ela seguiu. Um episódio surge como fator determinante na vida e na carreira do jornalista no início da década de 1950: sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro. Porém, a ida para a capital carioca não foi voluntária. Louzeiro deixa São Luiz ameaçado de morte. Fato que os professores José Ferreira Junior e Anderson Roberto Corrêa Pinto esclarecem. Segundo eles, Louzeiro

Desde os primeiros anos como repórter de polícia em São Luís, denunciou as mazelas sociais e abusos políticos, a ponto de sofrer perseguição por parte do grupo político liderado pelo senador Victorino Freire, após constantes publicações de reportagens

que envolviam os guarda-costas (capangas, na linguagem local) que dominavam a cena política com violências e desmandos no Estado do Maranhão (FERREIRA JUNIOR; PINTO, 2017, p. 79).

Com a chegada ao Rio, em 1954, e os trabalhos como jornalista investigativo, Louzeiro começa a conhecer o cenário profissional da cidade. A partir de então seu destino estaria selado. Desse momento até o dia de sua morte, o compromisso com a luta por mudanças sociais profundas seria constantemente renovado, fosse como repórter, como roteirista ou como escritor. Quando a ditadura se instaurou no Brasil, sua obra ganhou importância redobrada, denunciando os abusos cometidos pelo Regime e ajudando a desconstruir a imagem que o Estado tentava projetar de si mesmo, como uma sociedade justa e em constante e rápido desenvolvimento. Coisas com as quais nem sonhava o pequeno José, que, quando criança, “queria ser motorista de caminhão ou aviador”, como declarou em entrevista à TV Cultura.

Para Aline Ferreira Durães (2012), o que influenciou a vida e a carreira de Louzeiro é anterior ao primeiro trabalho no jornal e esteve presente desde a sua infância, desde que pretendia pilotar aviões. Quando criança, explica a professora, a avó materna do jornalista “era a ponte entre o mundo das Letras, através da leitura de histórias e incentivo aos estudos, e a vida de privações que determinava o lar conduzido por um pedreiro e uma dona de casa” (DURÃES, 2012, p. 36). A ocupação exercida pelo pai também foi crucial para afiar a curiosidade do futuro jornalista investigativo. Visto que,

Ainda criança, seu pai foi convidado a trabalhar como mestre de obras em um empreendimento de reforma do calçamento das ruas de São Luís. A obra era realizada por presidiários, que na hora do almoço, ocasião em que o pequeno Louzeiro deixava a marmita do pai, conversavam sobre os delitos que haviam executado (DURÃES, 2012, p. 36).

Esses instantes, nos quais ouvia as histórias dos prisioneiros, já estariam, então, preparando o menino para a função que ocuparia no jornal, como repórter das páginas policiais, depois de rápida atuação como revisor. Por conta da experiência adquirida na obra em que o pai trabalhava, “A rotina de ida às delegacias, conversas com detentos, narração de crimes horrendos e mortes trágicas, já não era um mundo tão desconhecido...” (DURÃES, 2012, p. 37).

Somam-se a esse fato, outros. Pinheiro (2008) relembra que o pai de Louzeiro, além de pedreiro, era pastor protestante, e que por isso “sua devoção pelos livros começou pela Bíblia, lida em voz alta porque o pai, analfabeto, não conseguia ler”. Devoção que extrapolou as escrituras sagradas e “despertou a vontade de desbravar novos livros, mais outros e mais

outros”. Por outro lado, as histórias contadas por sua avó, D. Dorotéia, eram “contos de terror”. Contos nos quais “os bandidos vinham da floresta para matar e destruir os demais” (PINHEIRO, 2008, p. 62). Entre as escrituras sagradas e a redação do jornal, entre os contos de terror e o contato com as histórias dos prisioneiros é que a base do jovem jornalista é formada. Toda essa bagagem serviu muito bem à vida que construiria na capital carioca. Embora sua chegada tenha sido permeada de problemas.

Marcado por desafios, o início da carreira exigiu muitos esforços. Bruna Maria Paixão Castelo Branco (2019) afirma que “Sem conhecer o Rio de Janeiro, nem o mercado profissional na capital carioca, passou por dificuldades financeiras e conciliava o trabalho na redação com outros afazeres temporários” (CASTELO BRANCO, 2019, p. 19). De acordo com ela, “Quando atuava em *O Jornal*, devido à baixa remuneração, além do trabalho na redação tinha um emprego na função de office-boy em uma empresa de artes gráficas” (p. 19). Situação que foi agravada quando a empresa de artes gráficas fechou e ele passou a viver em estado de mendicância. Nessa época, Louzeiro

[...] dormia nas ruas, rodoviárias e aeroporto e, paralelo à degradante condição financeira, seguia atuando em revistas, desempenhando função de tradutor e assistente comercial em paralelo às atividades com o jornalismo. Devido à sua própria referência de comiseração, passou a ter outra perspectiva sobre o tema (CASTELO BRANCO, 2019, p. 19-20).

Só em 1958, quando começou a trabalhar como repórter investigativo no *Correio da manhã*, importante jornal da época, é que sua carreira alcança estabilidade. Inclusive, é de 1958 também o registro da sua primeira obra literária, com a publicação do livro de contos *Depois da luta*, considerado por Castelo Branco como um “ingresso ainda tímido na literatura” (2019, p. 20).

Se a carreira literária fluía com timidez, a jornalística ia a bom ritmo. Nessa função aprofundou a sua tão primordial relação com o dito “submundo”, atuando como

[...] uma espécie de “repórter subterrâneo”, com a missão perigosa de penetrar o universo de figuras marginalizadas. Deriva daí seu contato com prostitutas, cafetões, bandidos, bicheiros, e toda uma seleta “fauna” que costuma concentrar-se em ambientes um tanto distantes dos olhares das classes mais abastadas (EDUARDO, 2013, p. 71).

É através do contato com esse mundo que Louzeiro “pôde compreender como eram definidas as funções dos atores sociais presentes naquele contexto” (CASTELO BRANCO, 2019, p. 20). Esse movimento de reflexão, no entanto, exigiria novo fôlego a partir do golpe militar de 1964. A lida de ser um repórter dos desvalidos tornou-se, simultaneamente, um fardo

e uma responsabilidade muito maior, com novas camadas a serem desveladas. Eduardo (2013) aponta para a reconfiguração sofrida pelo ofício de certos profissionais da imprensa. Ele destaca que

[...] a figura do repórter policial passava a ter contato não apenas com crimes corriqueiros e banais, mas também com crimes realizados por grupos de extermínio, e chacinas perpetradas por esquadrões da morte. Era o repórter imerso num contexto opressivo, de perseguição política num regime ditatorial (EDUARDO, 2013, p. 71-72).

Ainda assim, mesmo na escuridão dos anos de chumbo, “Louzeiro foi um dos mais importantes repórteres do momento, e dos mais destacados no ofício de investigar e trazer à opinião pública histórias tristemente famosas à época” (EDUARDO, 2013, p. 72). Pinheiro (2006) em consonância com Eduardo (2013) acrescenta ainda que

Durante a ditadura militar, especialmente nos anos 70, o jornalista José Louzeiro abordou as tragédias sociais em suas reportagens, mostrando uma face do Brasil caracterizada pelo tráfico de drogas, a violência sexual e o banditismo, em contraste com a propaganda governamental ufanista do Brasil potência, que ignorava as desigualdades sociais e econômicas (PINHEIRO, 2006, P. 63).

Por esse motivo seu trabalho foi sistematicamente dificultado pelo Regime desde o seu início, mas com rigor intensificado no período que sucedeu o AI-5. No ano seguinte ao golpe, em 1965, como afirma Durães,

Louzeiro é censurado e obrigado a responder inquérito policial-militar pela publicação em coautoria da obra *Assim marcha à família*. Neste livro são apresentados onze textos de jornalistas que expõem as fraturas da sociedade carioca, indo de encontro aos responsáveis pelo golpe militar (DURÃES, 2012, p. 37).

Ainda de acordo com Durães, durante o período da ditadura, o trabalho do jornalista era incômodo porque, como vimos, suas reportagens apresentavam à população “as tragédias que assolavam a sociedade brasileira” (DURÃES, 2012, p. 37). E para dificultar o acesso à informação e manter a farsa da ordem e do progresso “a censura não permitia expor adequadamente nas páginas da imprensa um Brasil diferente daquele que o milagre econômico apregoava” (DURÃES, 2012, p. 37).

Enquanto Emílio Garrastazu Médici esteve no poder, período que entrou para a história como o mais violento e repressor do regime militar, Louzeiro teve duas reportagens suas proibidas: “uma sobre o caso Aracelli e outra a respeito dos meninos de Camanducaia” (DURÃES, 2012, p. 38). O primeiro caso era sobre um crime bárbaro, em que uma menina foi

estuprada e assassinada por jovens de famílias ricas e influentes de Vitória, Espírito Santo; o segundo era sobre um grupo de mais ou menos cem meninos, recolhidos a força das ruas e de abrigos em São Paulo, para serem “jogados fora” em um penhasco na cidade mineira de Camanducaia. Sobre este último caso, cujo conhecimento foi tomado através de uma denúncia, Durães evoca as palavras ditas por Louzeiro em uma entrevista, onde o jornalista afirma que

De volta ao jornal, escrevi a matéria, que ficou com umas 8 laudas. Passei a J. Baptista Lemos, chefe da reportagem. No dia seguinte, não deu outra: foram publicadas apenas 60 linhas e, assim mesmo, sem qualquer destaque. Orientação dos censores de plantão. Tempos depois, por minha conta e risco, voltei a Camanducaia. [...] Como a época era de ditadura, decidi encerrar a carreira de repórter e passar a escrever livros, a fim de livrar-me da censura. [...]. As dúvidas eram muitas, mas estava certo de uma coisa: Não seguiria produzindo reportagens para os censores jogarem no lixo (DURÃES, 2012, p. 37 apud LOUZEIRO, 1993, p. 28-29).

Migrar para outro suporte foi, então, a saída vislumbrada por Louzeiro à época. E é com base nesse pensamento que, de acordo com Durães, “Louzeiro **abandona** o jornalismo e passa a se dedicar exclusivamente à literatura” (DURÃES, 2012, p. 39, grifo nosso). Há, no entanto, certa problemática com o termo destacado. Se o intuito dessa afirmação foi indicar uma ruptura categórica com o gênero, temos um impasse. Já que muitas características do texto jornalístico marcam forte presença nas obras produzidas por Louzeiro a partir desse período, seja pelo estilo, pela linguagem ou pelo seu processo de produção. Voltaremos a essa questão em momento adequado, mas já é importante que se note a condição fronteira desse gênero inaugurado no Brasil por José Louzeiro: o romance-reportagem.

A obra que deu a Louzeiro o título de fundador do gênero, no entanto, é anterior aos dois casos já citados. Leticia Veiga Vasques verifica que

Em 1975, a Editora Civilização Brasileira lança uma coleção denominada *Romance-Reportagem*. Trata-se da publicação de obras baseadas em casos reais, mas moldadas segundo os preceitos da ficção, como *O Caso Lou*, de Carlos Heitor Cony, texto inaugural da série. Mas é com o lançamento do segundo livro da coleção, *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*, de José Louzeiro, no mesmo ano, que a crítica reconhece o primeiro romance-reportagem brasileiro (VASQUES, 2016, p. 1).

O livro, que dividiu os pareceres dos censores quando foi submetido à apreciação, terminou por ser liberado sem embargos. Nele, Louzeiro conta a história de Lúcio Flávio, “famoso bandido da década de 70 que se tornou conhecido por roubos a bancos e por ajudar a desmascarar o Esquadrão da Morte, grupo de policiais cariocas que operava à margem da lei” (DURÃES, 2012, p. 38). Toda a trama teve como base depoimentos colhidos diretamente com o criminoso pelo próprio autor e revelaram a arbitrária ação da polícia, apontando casos de

tortura e corrupção. Durães salienta ainda que a população ávida por informação fez com que o gênero ganhasse adeptos rapidamente, transformando o livro em um sucesso editorial que atingiu a marca de dez mil exemplares vendidos nos primeiros quatro meses.

Com o sucesso da primeira publicação nesses moldes, Louzeiro vê concretizada a possibilidade de enveredar de fato pelos caminhos da literatura e resolve ambientar as reportagens censuradas anteriormente em formato romanesco. É assim que o caso do assassinato da menina Aracelli se transforma em *Aracelli, meu amor* (1976) e o caso dos meninos de Camanducaia se transforma em *Infância dos mortos* (1977). O mesmo movimento se repete nos anos seguintes, com a publicação de *Os amores da pantera* (1977) *O estranho hábito de viver* (1978), *20º. Axioma* (1980), *M-20* (1981) e *Em carne viva* (1988). Isso só pra destacar alguns exemplos dentro de uma produção que conta com “51 obras, entre biografias, novelas, romances-reportagens e contos” (CASTELO BRANCO, 2019, p. 17). Números que o nascimento de uma bem-sucedida parceria com o cinema ajudaria a aumentar.

Das inúmeras parcerias com a sétima arte, sem dúvida, a responsável por pavimentar o caminho dos roteiros para Louzeiro foi a que estabeleceu com o cineasta argentino ainda pouco conhecido na época, Hector Babenco. Ele foi o responsável por dirigir a primeira adaptação da obra do jornalista, e agora roteirista, para as telas: *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*, em 1977. O sucesso foi tanto que a parceria continuou com a adaptação do livro *Infância dos mortos*, lançado em 1981, com o nome *Pixote – a lei do mais fraco*. Esses dois filmes garantiam notoriedade para ambos no meio cinematográfico enquanto atraíam os olhares do mundo para a realidade brasileira daquele período, angariando, inclusive, prêmios nacionais e internacionais. Entre eles, o Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro para *Pixote – a lei do mais fraco*, em 1982.

Castelo Branco (2019) revisita Eduardo (2013) na tentativa de entender essa aproximação entre a literatura e o cinema. Ainda no contexto da ditadura, mas já se distanciando do seu período mais rígido, a autora ressalta que

[...] os temas urbanos ganhavam força a partir das transformações que ocorriam na conjuntura do país. Paralelo à repressão, o Brasil se firmava como o país do Milagre econômico, com forte êxodo rural e ampliação das desigualdades sociais. Portanto, a intenção em retratar a realidade, herdada do Movimento Cinema Novo, permanecia presente e ganhava mais força, fazendo com que a produção cinematográfica imprimisse características do naturalismo e dialogasse com mais força com a literatura brasileira pois, devido ao momento histórico, estavam mais entrelaçadas com o compromisso de denunciar e propor uma resistência social por meio da literatura. A projeção da realidade, a transgressão para contar histórias sob pontos de vista diferenciados, como, por exemplo, o aspecto do anti-herói, do personagem marginalizado e socialmente invisível trazia ao cinema uma proposta de descortinar aparências (CASTELO BRANCO, 2019, p. 44 *apud* EDUARDO, 2013).

A parceria iniciada com Babenco não impediu, no entanto, que ele estabelecesse outras parcerias. Louzeiro ainda trabalharia “em conjunto com diversos cineastas e figuras importantes do cinema brasileiro” (EDUARDO, 2013, p. 78), com boa parte dos roteiros inspirados em romances-reportagens, tanto seus quanto de outros autores. No currículo de Louzeiro constam mais de quinze filmes nos quais ele assina o roteiro em trabalhos com outros diretores. Entre eles, *Os Amores da Pantera* (1977), *Amor Bandido*, (1983), *Amor Maldito* (1984) e *O Homem da Capa Preta* (1986).

Pinheiro (2008) destaca que “Além do jornalismo, literatura e cinema, Louzeiro levou para a TV sua perspectiva crítica da realidade através das novelas”. Entre elas estão “*Olho por Olho*, *Corpo Santo*, *Guerra sem fim* e *Gente Fina*, exibidas pela extinta TV Manchete e TV Globo”. Uma de suas novelas, *O marajá*, que estrearia em 1993, mesmo depois da redemocratização, foi proibida de ir ao ar pela justiça, “pois a trama inspirava-se no caso Fernando Collor - Paulo César Farias e nas denúncias de corrupção envolvendo integrantes do Governo Federal” (PINHEIRO, 2008, p. 7).

Outro campo explorado pelo jornalista foi a biografia. Como biógrafo, abraçou novos desafios sem abandonar os traços jornalísticos, analisando a vida de figuras importantes para o Brasil e para o imaginário dos brasileiros. Nessa fase,

Desnudou a trajetória de André Rebouças, engenheiro e abolicionista em *André Rebouças* (1968); a vida de Gregório Fortunato, outro personagem da histórica política brasileira, guarda-costas de Getúlio Vargas, foi contada em *O Anjo da Fidelidade* (2000). Entre as figuras femininas, resgatou em 1997, em *Cantando para não enlouquecer*, as tristezas e vitórias da polêmica cantora Elza Soares, e em 2002 a trajetória heroica de Ana Nery, patrona dos enfermeiros, na obra *Ana Nery: A brasileira que venceu a guerra* (PINHEIRO, 2008, p. 7).

José Louzeiro e Plínio Marcos, como vimos até agora, percorreram, cada um a seu modo, caminhos sinuosos até a chegada na literatura. Caminhos que se aproximam e se afastam a depender do foco adotado. Todavia, no fazer literário de ambos ecoa o lastro biográfico de cada um deles e reflete também o compromisso de uma parcela da sociedade que escolheu enfrentar o autoritarismo e a censura não só para trazer à tona sujeitos marginalizados e invisibilizados, mas também para informar a população e documentar um período crítico e controverso da história. A busca por alternativas para driblar a censura, pelo direito de opinar acerca do governo vigente e difundir anseios por mudanças caracterizou a chamada “geração da repressão” (FERREIRA JUNIOR; PINTO, 2017, p. 71 *apud* CANDIDO, 1989). Em meio a esse cenário, dizem os autores,

[...] encontra-se uma classe que ultrapassa as barreiras do jornalismo para resistir à violência do militarismo. Entre os jornalistas está o maranhense José Louzeiro, que, tendo cerceado o direito de livre expressão, vai buscar em um projeto alternativo desnudar faces dolorosas do Brasil durante o período de autoritarismo e preencher, dessa forma, a lacuna deixada pela imprensa àquela época (FERREIRA JUNIOR; PINTO, 2017, p. 72).

Embora Ferreira Junior e Pinto, na análise que tecem em seu trabalho, destaquem a imprensa como o setor mais perseguido pela ditadura e, por isso, o que mais participou da oposição a ela, reconhecem também a forte participação de outros setores da sociedade nessa luta. Setores nos quais Plínio Marcos seria mais facilmente inserido. Para eles

A poesia marginal, os movimentos musicais – como a Tropicália de Caetano, Gil e Tom Zé –, as novas companhias de teatro, o audiovisual, a imprensa nanica – com jornais e revistas de vida curta ou média –, todos eles, de alguma forma, resistiram à asfixia causada pela censura e pela repressão (FERREIRA JUNIOR; PINTO, 2017, p. 71).

Todas essas considerações colocam os nossos autores no epicentro de um movimento de resistência que reagiu à censura, à violência, à desinformação e à caça aos que se mostravam inconformados com os rumos que o país tomava. Plínio e Louzeiro incorporaram elementos factuais ao terreno ficcional da literatura e do teatro, colaborando de forma contundente para a exposição e para o enfraquecimento de um regime que foi responsável, dentre outras coisas, pelo aumento considerável da desigualdade, da população em situação de rua, da crueldade nas forças coercitivas, punitivas e socioeducacionais do Estado, o que configura um extenso rol de violências às quais esses indivíduos foram expostos. Veremos no próximo capítulo, representados nos episódios narrados nas obras em análise, dos mais sutis aos mais flagrantes modos usados pela ditadura militar para violentar a vida e a dignidade da pessoa humana.

4 VIOLÊNCIAS, NO PLURAL

Muitas são as possibilidades de encarar o termo *violência*. Devido a sua complexidade, diversas áreas de conhecimento se debruçam sobre o tema, seja a fim de entendê-lo, conceituá-lo, ou mesmo ressignificá-lo diante das demandas da atualidade. Tal fato encontra impulso no aumento exponencial do fenômeno em sua variante urbana e na sua espetacularização por parte da mídia, cenário em que sua definição é imediatamente oposta à segurança. No entanto, quando encaramos o termo de forma mais ampla, suas definições extrapolam tanto o espaço urbano quanto a noção semântica compartilhada pelo senso comum, deixando de ser visto em sua instância mais flagrante para se revelar como uma estrutura.

Não é pretensão deste capítulo, no entanto, abordar a violência de forma integral ou dar cabo de toda sua complexidade, mas, sim, investigar o fenômeno de maneira mais abrangente. Contudo, para isso, faz-se necessário enfrentar a ambiguidade dos seus conceitos primários, com vistas a fugir de uma abordagem genérica e inconsistente. Para tanto, há que observar as manifestações feitas acerca da temática em diferentes áreas de conhecimento.

Dentro de um viés filosófico, considerando questões éticas e morais, e interessado em refletir sobre a origem, a natureza e as consequências da violência, Paviani (2016) diz que

A violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros. A origem do termo violência, do latim, *violentia*, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética (PAVIANI, 2016, p. 9).

Numa perspectiva histórica, a violência, de acordo com Bernaski (2018), “é tão antiga quanto todas as sociedades” e resulta da soma de poder lançado contra alguém. Posicionamento que é compartilhado por Santos (2009), embora por um olhar sociológico. A violência, afirma o sociólogo, “configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo”, e acrescenta, “A violência seria a relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro”, impedindo as possibilidades democráticas de uma sociedade (SANTOS, 2009, p. 46).

Já para Arendt (2009), que trata o fenômeno em seus aspectos políticos, “A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca” (ARENDR, 2009, p. 33), e, apesar de

geralmente apresentados juntos, “Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro se ausenta” (p. 36). No pensamento arendtiano, o poder é um fim em si, ao passo que a violência é uma estratégia, um meio através do qual se busca obter algo.

Outra definição, mais contemporânea e pragmática, é a dada pela Organização Mundial da Saúde, que, preocupada com os efeitos do fenômeno da violência, ocupa-se mais do tema a partir do início deste século, publicando o Relatório mundial sobre violência e saúde, em que se define a violência como

uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Talvez, o relatório, por ser mais recente, seja mais abrangente na hora de definir o fenômeno da violência. Permanecem os aspectos da força e do poder, visto nas considerações dos outros autores, mas adiciona-se uma camada interessante e cara a este trabalho, que é o fato de ter como um de seus resultados a influência negativa no desenvolvimento dos que são vítimas dele.

A partir das posições que exploramos até aqui, ainda que de modo breve, é possível compreender que o fenômeno da violência não dispõe de um conceito acabado, tampouco consensual, podendo referir-se à diversas práticas e condutas, a depender das circunstâncias e finalidades investigativas. A qualidade polissêmica dos seus conceitos é capaz de significar uma condição inerente ao ser humano ou decorrente das relações sociais, uma manifestação atrelada ao poder ou paralela a ele.

Ainda assim, é possível promover uma aproximação entre os conceitos, destacando, por exemplo, características comuns, senão a todos, ao menos à maioria deles, como é o caso do lugar ocupado pelo outro. Ainda que saibamos que é possível ser violento contra si, o outro, na maioria das concepções frisadas, é o alvo prototípico da ação violenta, seja para nele desferir a força ou dele subtrair os direitos.

A subtração de direitos é recorrente em inúmeras, para não dizer todas, modalidades de violência. Isso porque, fere o conjunto de normas e princípios que constituem os direitos da pessoa humana, entre eles, o Direito Natural, que segundo Nader (2017),

[...] não é escrito, não é criado pela sociedade, nem é formulado pelo Estado. Como o adjetivo *natural* indica, é um Direito espontâneo, que se origina da própria natureza social do homem e que é revelado pela conjugação da experiência e razão. É constituído por um conjunto de princípios, e não de regras, de caráter universal, eterno

e imutável. Como exemplos maiores: o direito à vida e à liberdade (NADER, 2017, p. 79, grifo do autor).

Ainda assim, o chamado Direito Positivo, mesmo constituindo uma ordem distinta, “é o Direito institucionalizado pelo Estado. É a ordem jurídica em determinado lugar e tempo” (NADER, p. 79). De acordo com o jurista, a constituição do Direito Positivo deve observar o Direito Natural, fornecendo ao legislador os princípios indispensáveis para a proteção do homem. Para Nader, o cenário mais propenso à criação de leis injustas se dá quando há um afastamento dessas duas ordens.

A premissa que endossa o Direito Natural também afiança os Direitos Humanos, chamados por Nader de Direitos do Homem, sendo ambos de caráter irrevogável e estabelecidos de forma anterior e superior à lei. Para ele,

[...] a expressão Direitos do Homem é empregada como referência ao conjunto de normas e princípios enunciados sob forma de declarações, por organismos internacionais, dentro do propósito de despertar a consciência dos povos e governantes quanto à necessidade de esses se organizarem internamente a partir da preservação dos valores fundamentais de garantia e proteção ao homem (NADER, 2017, p. 378).

No entanto, essas normas e princípios não decorrem de convenções nem acasos, “mas se apresentam sob embasamento filosófico sólido e calcado em milênios de experiência do homem sobre o homem” (NADER, 2017, p. 378).

Embora o Direito Natural e os Direitos Humanos compartilhem dos mesmos parâmetros básicos e estruturais, Nader destaca uma característica importante que os diferencia:

Enquanto o Direito Natural pesquisa a natureza humana e dela extrai os princípios modelares do Direito Positivo, os Direitos do Homem se desprendem do Direito Natural, com o qual se vinculam umbilicalmente, para apresentarem, de uma forma menos abstrata, aqueles princípios já transformados em normas básicas (NADER, 2017, p. 378).

A instrumentalização da violência através da força é muito mais visível aos olhos da sociedade, e talvez por isso, receba mais atenção da mídia, dos governos, das políticas públicas e até mesmo das produções acadêmicas que se propõem a refletir sobre o tema. No entanto, outros modos de violência são amplamente adotados em diversos contextos através dos tempos. Uma das tipologias, dentre as tantas que adjetivam o fenômeno, e que se caracteriza, sobretudo, mas não só, pela subtração de direitos é a violência institucional.

No contexto desta tipologia as práticas de violência são agravadas pelo fato de serem cometidas pela parte que, em tese, deveria garantir a assertividade dos direitos inerentes a toda

pessoa. Sua abrangência é ampla, e, diferente de outras tipologias, pode ser executada por ação ou omissão. Para Minayo (2009) a violência institucional é

[...] aquela que se realiza dentro das instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas. Uma dessas modalidades de violência ocorre na forma como são oferecidos, negados ou negligenciados os serviços públicos (MINAYO, 2009, p. 33).

Talvez, mais clara e mais objetiva seja a definição dada por Márcio Rogério de Oliveira (2008), especialista em Direito Civil, para quem a violência institucional define-se como

[...] aquela praticada por organizações da sociedade civil e pelo próprio Estado, por ação ou omissão, contra determinadas minorias ou grupos sociais em situação de vulnerabilidade, por fatores relacionados à pobreza, idade, orientação sexual ou deficiência física, apenas para citar algumas hipóteses (OLIVEIRA, 2018, p. 27).

No decorrer da sua análise, Oliveira (2018) ressalta alguns aspectos muito pertinentes ao desenvolvimento deste trabalho, expandindo a noção de violência institucional. Para ele, além da negação ou negligência dos serviços,

[...] há, evidentemente, a violência institucional que resulta de decisões políticas ou ações concretas dos agentes do Estado, não raro em detrimento de pessoas que este deveria cuidar e proteger, de que são exemplos inapeláveis - mas não únicos - a violência policial e a violência praticada por outros agentes do sistema de segurança pública. Neste último caso, tratamos de manifestações de violência institucional que na verdade são atos de pura covardia contra indivíduos ou grupos física e socialmente indefesos. Dentre esses grupos, podemos destacar, sem nenhuma dúvida, as crianças e adolescentes, especialmente aqueles que, por alguma razão, se envolvem com o Sistema de Justiça da Infância e da Juventude e com o Sistema Socioeducativo, em razão da prática de atos contrários à lei penal (OLIVEIRA, 2018, p. 27).

É justamente sobre a violência sofrida por esse grupo, enfaticamente destacado por Oliveira, que se estabelece a crítica de José Louzeiro, em *Infância dos mortos* e de Plínio Marcos, em *Querô: uma reportagem maldita*. A partir das relações entre as obras e o excerto acima é possível, então, entender a violência institucional não só como aquela que ocorre dentro das instituições, mas, também, aquela que, a partir delas, das decisões e posturas que adotam, resultam na ação efetiva dos seus agentes e até mesmo da sociedade, com ou sem uso da força, contra grupos, em geral, vulneráveis. É justamente pela sua diversidade e possibilidades de manifestação que a variante institucional da violência parece se configurar como um guarda-chuva, sob o qual estão resguardadas as demais. É por ela que começaremos.

A primeira questão que se levanta neste ponto é investigar de que forma essa engrenagem estrutural interfere nos processos identitários, de que forma podem moldar o modo como o sujeito é visto e o modo como ele se vê, sobretudo no que tange a marginalização de determinadas identidades. Nesse sentido, busca-se esclarecimento para questões como: É possível que práticas institucionalizadas, tais como a violência, ajam sobre a construção da subjetividade dos sujeitos? De que maneira e até que ponto as relações de poder são capazes de incidir sobre esse fenômeno? E ainda: Que pode fazer a literatura a esse respeito?

Ao evocar o texto literário para analisar os fenômenos sociais e suas implicações teóricas e políticas, busca-se, por meio da sua carga subjetiva, alcançar uma reflexão que exceda o empirismo da análise sociológica ou histórica e o pragmatismo do discurso cotidiano, ampliando as possibilidades investigativas. Com base no percurso dos personagens centrais das narrativas escolhidas, *Pixote* e *Querô*, tentaremos correlacionar conceitos e estabelecer os diálogos necessários para compreender o conjunto de representações identitárias contido nas obras, e a partir de sua análise tentar construir as respostas das questões que julgamos essenciais.

4.1 *Pixote* e *Querô*: dois meninos (quase) sem nome

É através da saga de seus anti-heróis que autores desvelam situações as quais os meninos estão expostos. Uma delas é o apagamento dos sujeitos que decorre da ausência ou da supressão de seus nomes, que é substituído por uma identificação informal ou por um termo categórico. Em um trabalho que investiga o nome próprio como a marca de um sujeito, a psicóloga Nairana Marczewski de Melo afirma que

A questão do nome se apresenta como preocupação desde os pré-socráticos, que acreditavam que o nome pudesse apreender o verdadeiro ser. Esta tal preocupação ainda hoje é observada no social. Considerando o nome e as formas de nomeação como uma prática cultural, essencial para identificar os indivíduos, muitas teorias buscaram ao longo dos séculos darem conta das determinações sociais e culturais da função dos nomes, particularmente os nomes próprios (MELO, 2013, p. 8).

Entre a capacidade de apreender o “verdadeiro ser” e a de “identificar os indivíduos” há diferenças notáveis. Os movimentos são opostos. Se, no primeiro, o nome pode traduzir ou revelar os sujeitos, no segundo, o nome pode apenas representar o indivíduo. Deparamo-nos,

aqui, com a questão da essência e seu antagonismo teórico com o construcionismo. E embora não seja pretensão deste trabalho analisar crenças essencialistas ou construcionistas, porque a amplitude do tema exigiria um espaço exclusivo para isso, voltaremos, oportunamente, à questão.

Melo (2013) segue tentando resolver a problemática do nome, recorrendo, dessa vez, a Foucault. Para o filósofo, ela afirma,

[...] não é possível fazer do nome próprio uma referência pura e simples. Segundo ele, o nome próprio tem “outras funções” que não apenas as indicadoras. “É mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em certa medida, é o equivalente a uma descrição” (MELO, 2013, p. 13 apud FOUCAULT, 2006, p. 42-45).

Nos personagens em foco, o nome perpassa diversas camadas. Querô, que de batismo é Jerônimo da Piedade, ganha o apelido por conta do modo como a mãe morreu: bebendo querosene. “Meteu cachaça na caveira até transbordar pelas orelhas, ou até acabar a grana. Sei lá. O que sei é que, quando estava bem chapada de pinga, bebeu querosene. Foi pras picas. Mas devagar. Devagarinho” (MARCOS, 1977, p. 8). A alcunha, que gradativamente vai ocupando o lugar do nome foi atribuída por Violeta, a cafetina que o criou.

— Filho da puta! Querosene mal-agradecido! — A vaca me botou o nome de Jerônimo, mas só me chamava de Querosene. — Querosene, tu é folgado. Pensa que é alguma coisa, seu filho de corno com puta rampeira? — Porra, eu nunca pensei nada. Mas ela ia em frente. — Eu devia ter te deixado morrer, Querosene. [...] — Querosene, filho da puta! Querosene! Querosene! Querosene! Querosene! (MARCOS, 1977, p. 10-11).

Já Pixote, de quem o nome de batismo não se sabe, tampouco se tem pai ou mãe ou história, é apresentado pelo narrador já com o codinome. Enquanto *Querô*: uma reportagem maldita conta com um prólogo que busca justificar a condição do seu protagonista, *Infância dos mortos* não conta com esse recurso. Na obra de Louzeiro, a princípio, não há uma motivação.

Na breve passagem de Pixote na obra não é possível traçar sua origem nem elencar os acontecimentos que culminaram na situação em que se encontra. Com isso, o narrador cria uma atmosfera favorável à banalidade, com implícita sugestão de que esse é um estado de coisas. Voltamos, pois, à questão da essência. O essencialismo, para Diana Fuss, “é definido classicamente como a crença numa essência verdadeira – naquilo que é mais irreduzível, permanente e, portanto, constitutivo de uma dada pessoa ou coisa” (FUSS, 2017, p. 363). E pontuando as diferenças, continua

Para o/a essencialista, o corpo ocupa um espaço puro, pré-social, pré-discursivo. O corpo é “real”, acessível e transparente; está sempre *aí* e é diretamente interpretável pelos sentidos. Para a/o construcionista, o corpo nunca está simplesmente *aí*, sendo, ao invés disso, composto por uma teia de efeitos continuamente sujeitos à determinação sociopolítica. O corpo é “sempre já” mapeado culturalmente; nunca existe em estado puro ou não codificado (FUSS, 2017, p. 369-370).

A essência seria, então, uma espécie de “porque sim” dado como resposta a uma criança insistente. A essência é o que frequentemente alicerça as categorias homogeneizantes e sustentam jargões como “homem é assim mesmo” ou “bandido bom é bandido morto”. Há, nessa visão, alguma coisa dentro da coisa que explica a coisa. É desse modo que entendemos a construção do personagem Pixote. Essencialmente marginalizado. Sem justificativas para a curta vida que leva nas ruas, sem origem, sem nome. A própria alcunha o despersonaliza, tendo em vista que *pixote* significa menino pequeno (MICHAELIS, 2021), e na época era usado para designar de forma genérica qualquer menino, o que nos põe o personagem como “qualquer um”, expressão que em língua portuguesa pode ser encarada de dois modos: 1) um entre muitos e 2) ninguém. Sendo essa última a mais comum.

Querô também sofre o apagamento pela supressão do seu nome. No entanto, há, ao menos, um pretexto. Se na narrativa de Louzeiro o apelido do personagem o universaliza e o concretiza como parte de um coletivo anônimo, na narrativa de Marcos o apelido empurra o personagem de volta para a sua própria história, obrigando-o a lembrar da mãe morta, o que de certa forma também o caracteriza. Tendo a própria voz como fio condutor da narrativa, Querô se constrói autodiegeticamente em constante contato com o ambiente, numa relação de interdependência que faz com que ele reconheça que sua condição é uma espécie de herança: “Ou a gente nasce de bunda virada pra lua, ou nasce cagado de arara. Não tem por onde. Assim é que é. Uns tem tudo logo de saída. Outros só se estrepam. Não têm arreglo. É um puta jogo sujo de dar nojo” (MARCOS, 1977, p. 7). Nisso as duas narrativas se avizinham. Nascer com sorte ou sem ela, e depender desse fator para justificar a vida também essencializa a condição do personagem.

As tentativas de definição que elencamos até agora, no entanto, não parecem esgotar a problemática desta análise. O nome como aquilo que apreende a essência do ser, aquilo que identifica os indivíduos ou aquilo que os descreve não dá conta das múltiplas possibilidades de enfrentamento ao tema. Convidemos, assim, mais duas perspectivas à nossa investigação.

Ao imbricarmos pelo campo jurídico, veremos que o nome é, em primeira instância, um direito. “Toda pessoa tem direito ao nome, compreendido prenome e o sobrenome”, diz o novo

Código Civil de 2002, no artigo 16. Bethania Mariani, professora titular da UFF, ao visitar Guimarães (2002), conclui que o processo de nomeação

[...] insere-se dentro desse processo social em que se inscreve socialmente um sujeito: é o sistema jurídico que dá existência, e torna visível um recém-nascido em seus passos iniciais como membro de uma dada formação social a partir da necessidade de uma nomeação feita em cartório. Um registro que o localiza em uma descendência familiar, em uma localidade geográfica e em um tempo histórico. É a partir desse nome legalmente validado que podemos ser designados socialmente, mesmo que à nossa revelia (MARIANI, 2014, p. 133, apud GUIMARÃES, 2002, p. 36).

Mas, para além de um direito, a nomeação legal, tem, também, um aspecto indicial, diz a autora. “É o que permite ao Estado interpelar e responsabilizar esse sujeito” (MARIANI, 2014, p. 134).

Se, no entanto, tentarmos nos aproximar da visão lacaniana do fenômeno, ainda de acordo com Mariani, veremos que, em síntese, a nomeação é o que faz o sujeito existir, não havendo existência que preceda o nome. Mas, diferente do que acontece no campo jurídico, a nomeação para a psicanálise, dá-se a partir da inscrição do simbólico no real (MARIANI, 2014, p. 135). O que está em jogo, para a autora, é “um processo de subjetivação, uma operação altamente complexa que humaniza o *infans*, aquele que ainda não tem voz, inserindo-o no simbólico e, por extensão, na lei e na cultura” (p. 236). E continua:

O corpo biológico de um recém-nato, enquanto puro real, para subjetivar-se se inscreve nesse Outro, sendo significantizado por aqueles que dele se ocupam para inscrevê-lo em uma novela familiar, em uma linhagem, em uma discursividade que permitirá o nascimento de um sujeito (MARIANI, 2014, p. 136).

Atentemo-nos à última oração do fragmento. Nela, constatamos que um dos modos pelos quais um sujeito passa a existir é pela sua inscrição na discursividade. Mariani e Lacan ainda continuam a discussão sobre outros aspectos do nome próprio e seu correlato com a função de nomeação, mas a vinda até este ponto já nos permite dizer que a existência, por esse ponto de vista, requer o discurso, a linguagem.

Ora, se é verdade que um nome, como vimos, é capaz de incidir sobre os sujeitos de tantas formas, destituí-los do nome não seria, como num procedimento matemático simples, retirar-lhes ou negar-lhes algo? Pensemos em nossos personagens (quase) sem nome, Querô e Pixote. Se o nome apreende a essência, sua supressão os desessencializa? Se o nome identifica os indivíduos, a falta dele não os torna indistinguíveis? Se o nome equivale a uma descrição, o que não está amparado por um torna-se indescritível? Se um nome inscreve o sujeito no discurso, o sujeito não inscrito pode *se dizer*? E mais: pode dizer *eu*? São questões que a simples

propositura já é resposta. Embora o nome não seja em si um constituinte nas identidades, sua supressão altera o modo como o indivíduo se relaciona com o mundo, despersonalizando-o, recategorizando-o e negando, inclusive, o direito de exercer sua cidadania. Dentro das obras, a violência é, em grande parte, responsável por esse movimento, sobretudo sua variante institucional.

É sobre essa modalidade de violência – mas não só – que violência e identidade criam algumas interseções. Querô, por exemplo, protagoniza diversos episódios repletos de atrocidades cometidas por agentes estatais. Um deles se dá na ocasião da sua primeira prisão. Depois que emboscaram um gringo e roubaram seus pertences, Querô e os colegas de bando entram na mira dos policiais que investigavam o caso. Tainha, o chefe do grupo, é o primeiro a ser encontrado e interrogado, mas para se livrar das acusações aponta Querô como único responsável pelo delito. Querô é recolhido e levado à delegacia para prestar depoimento. E mesmo sem provas contundentes, acusação formal ou direito de defesa, o menino é torturado e encarcerado:

Não tinha nada meu. Mas, apanhei pra caralho. Pau de arara. Choque elétrico e porrada. Me entortaram. Tudo que pediram, confessei, só pra não apanhar mais. Jurei que fui eu que fiz todos os azares sem dono daquele cais do porto, desde o dia em que nasci até aquela data. Jurei. Que é que eu podia fazer? Ficar levando porrada até o cu criar bico? Aqui, ói! Quem gosta de mim sou eu. Pararam de me bater. Me puseram numa surda, até minha cara desinchar. Depois, eu sabia que iam me entregar pro Juiz de Menores (MARCOS, 1977, p. 25).

Após dias de custódia na delegacia, o menino é liberado para o encontro com o juiz. Na saída é alertado pelo carcereiro sobre os perigos de falar sobre o tratamento que teve por lá: “Se espalhar que apanhou aqui, já viu. Botamos a pata em você e aí não sobra nada. O cacete que tu tomou foi só amostra. Se contar pro juiz que apanhou, é que vai sentir o aroma da perpétua”, alerta o homem. E complementa: “Quando a gente te agarrar, nem a puta que te pariu vai te reconhecer” (MARCOS, 1977, p. 27).

Em *Infância dos mortos*, a violência que recai sobre Pixote, embora também seja da ordem institucional, salta menos aos olhos. Isto porque, as noções atribuídas ao termo na contemporaneidade são tão fortes, que mesmo ao qualificá-lo como institucional, o seu aspecto físico não se dissipa facilmente. Não passamos despercebidos, no entanto, pelas definições de Minayo (2009) e Oliveira (2008). Para eles, além da violência explícita que se nota na truculência policial, no encarceramento, na tortura e no extermínio, há, também, aquela que possibilita tudo isso, pois se dá não apenas pela ação, mas pela omissão do Estado, no que se

refere aos serviços públicos e aos direitos básicos. Podendo, inclusive, apresentar-se como resultado de decisões políticas.

Pixote, que, como vimos, acorda em uma estação de trem, depois de dormir sob jornais, rumo ao encontro dos amigos. Ainda na estação, mendiga alguns trocados para o café e para o deslocamento até o ponto de encontro.

Os sapatos de pano que calçava estavam se rasgando, a calça mostrava-lhe boa parte das canelas muito finas. Estendeu a mão amarela e suja, o homem gordo empurrou-o com indiferença, as mulheres que vinham falando alto e rindo esforçaram-se para ignorar sua presença, mas Pixote não desistia, até que a velhota de luto abriu a bolsa e tirou uma cédula de pouco valor (LOUZEIRO, 1977, p. 10).

Já nessa cena é possível atentar à situação de vulnerabilidade em que o personagem se encontra, além do contraste marcado pelo “homem gordo” e suas “canelas muito finas”. Mas é no trajeto de Pixote até os amigos que o narrador vai colocando o leitor a par das desigualdades. A travessia do menino pela cidade é descrita com certo tom poético. A atmosfera lírica desse fragmento se contrapõe à vida de Pixote, seja pela escolha lexical ou pelas imagens que o texto constrói. O menino, da janela do ônibus,

Olhava a rua repleta de carros, as avenidas, as praças, e um certo ar sonolento que a cidade ainda parecia ter. Havia fiapos de névoa nos ramos dos oitizeiros, em torno da igreja, haviam flocos algodoados, boiando nas águas do lago, onde muitas vezes tomara banho [...] Aí começou a passar por casarões cercados de árvores, por um quartel de polícia, por oficinas de consertos e uma ou duas escolas, os estudantes nas calçadas, esperando a sineta tocar (LOUZEIRO, 1977, p. 11).

Chegando ao ponto de encontro, aos portões de um cemitério, o menino se junta aos amigos para rever os detalhes do plano. Eles estavam indo encontrar o traficante Cristal, que recrutara a trupe para um serviço. O cemitério era um ponto estratégico, pois dava para encurtar o percurso cortando caminho por ele. Durante a travessia ocorre um imprevisto. A administração do cemitério, desconfiada de que meninos de rua estavam roubando peças de mármore dos túmulos, tinha intensificado a segurança no local. Por isso precisam agir com muita cautela.

Os garotos dobram a atenção ao passar pelas alamedas, rastejando por entre os túmulos. Pixote lembrava-se do amigo Estralado, morto por policiais, que poderia estar enterrado por ali. Colhera até algumas flores para o caso de passar pela lápide do amigo. Já iam vencendo quase todo o percurso quando ouvem-se tiros. Os meninos se abaixam e depois de verificar que não estão feridos correm para pular o muro. Exceto Pixote. Manguito e fumaça já escalaram o muro, mas Dito, antes de correr, olha mais uma vez para Pixote e vê que “Ele tem os olhos abertos,

filetes de sangue a escorrerem do pescoço. A mão amarela se abriu, com flores murchas que ia levando para Estrelado” (LOUZEIRO, 1977, p. 16). Dito compreende que é inútil tentar tirar Pixote dali e corre para pular o muro.

A breve, mas marcante, passagem de Pixote pela narrativa inaugura um sem-fim de atrocidades pelas quais os meninos passam. A memória do garoto, inclusive, serve para manter ora o desejo de vingança, ora o desejo de superação, o que o mantém vivo na obra. A morte do menino logo nas primeiras páginas dificulta uma abordagem mais ampla quanto aos aspectos identitários, ao contrário do que ocorre com Querô, que tem a subjetividade bem marcada tanto pela permanência na história quanto pela narração em primeira pessoa.

Hoje, entendemos a construção da identidade como um processo relacional, assim como pontua Hall (2006) ao diferenciar as três concepções de identidade que acompanham os sujeitos ao longo da história: “a) sujeito do Iluminismo, b) sujeito sociológico e c) sujeito pós-moderno” (HALL, 2006, p. 10). Em síntese, para o sociólogo, a identidade do sujeito do Iluminismo baseava-se em um indivíduo totalmente centrado, essencialmente contínuo e permanente. O sujeito sociológico, em contrapartida, é constituído pela ideia de que o núcleo interior do sujeito, embora exista, não é autônomo nem autossuficiente, mas, sim, forjado a partir da relação entre indivíduos e sociedade. Já a identidade do sujeito pós-moderno não é fixa ou estável, tampouco parte de uma premissa essencialista, sendo formada continuamente, a todo instante (HALL, 2006, p. 10-13).

Interessa-nos destacar em Hall a diferenciação evidenciada entre *a* e *b*. A passagem desse sujeito estático para um sujeito dinâmico é o que permite debater, dentro das obras, as influências da violência na composição identitária dos meninos. Para Marques (1997) “É impossível falar de identidade sem falar de sociabilidades”. Para ele, entende-se por identidade “um conjunto de representações que a sociedade e os indivíduos constroem sobre algo que dá unidade a uma experiência humana, múltipla, facetada, tanto no plano psíquico como no plano social” (p.67).

Em Querô vemos a violência refletir na construção do personagem através do discurso e do seu fluxo de pensamentos. Podemos, assim, acompanhar o aumento gradativo da sua revolta e das ações decorrentes dela. A incompreensão e a raiva surgem imbricadas: “Não entendi até hoje, e não vou entender nunca, por que a piranha da minha mãe não deu um nó nas trompas. Ou por que não me soltou num purgante desses de fazer cagar até as tripas” (MARCOS, 1977, p. 7). Ao se referir à mulher que o criou, o discurso é carregado de rancor: “A Violeta porca, gorda sebosa, nojenta, remelenta, me batizou na Igreja do Valongo” (p. 9). O menino pensa muito sobre a sua trajetória durante os dias nos quais ficou detido da delegacia.

Esse é um dos episódios nos quais Querô começa a perceber que não há como resistir por outros meios. A urgência em sobreviver à violência que sofre é o que o torna, também, um sujeito violento.

A partir do que foi exposto conseguimos expandir as noções sobre a violência, pensando além da significação cristalizada que o termo tem na atualidade. Com base nos argumentos explorados, vimos que sua variante institucional extrapola a violência física que ocorre dentro de instituições estatais ou a usada por seus agentes no exercício de suas funções. Podendo ser, também, aquela que deriva da postura do Estado mediante a sociedade através de decisões políticas e políticas públicas (ou a ausência delas).

4.2 Outros meninos, outras violências

A ênfase em Querô e Pixote e na influência da violência em seus aspectos identitários serviu ao propósito didático de fornecer um panorama de uma das questões mais importantes para este trabalho: a marginalização de determinadas identidades. Acreditamos que a violência em sua variante institucional integra, com base na leitura das obras, a gênese dessa problemática. No entanto, outros episódios, outros personagens e as situações protagonizadas por eles podem amplificar essa perspectiva.

Em *Infância dos mortos*, nas cenas que antecedem a morte de Pixote, em especial na que ele acorda em uma estação de trem, vimos que apesar de a ação dos guardas traduzir a violência de maneira mais ostensiva, sobretudo pela sugestão de que a conduta é frequente, outro fator merecia atenção: a condição de abandono na qual o personagem se encontrava. Talvez seja essa a violência primeira, cujo exercício viabiliza, no contexto abordado por este trabalho, todas as outras formas de violência. A essa categoria da violência, que dispõe os homens em classes, perpetuando as desigualdades e negando-lhes os direitos mais básicos, chamamos violência estrutural.

Cunhado pelo sociólogo Johan Galtung, o termo violência estrutural refere-se “A violência [que] é embutida na estrutura e aparece como desigualdade de poder e consequentemente como chances desiguais de vida” (GALTANG, 1969, p. 171, grifo nosso). Muitas vezes naturalizada, ou vista como má gestão dos recursos públicos, esse tipo de violência é responsável por criar diferentes padrões de marginalização, entre eles a miséria, a fome e a exclusão social. Um dos matizes da violência estrutural é este, além de criar ambientes

sociais desiguais, banaliza regras e costumes capazes de gerar a “naturalização de gestos e de procedimentos, quase sempre considerados necessários, adequados e normais” (SILVA, 2008, p. 10). Apesar de embutida nas estruturas e, usualmente “invisível”, a violência estrutural, para Silva (2008), pode referir-se também ao

[...] uso da força, não necessariamente física (ainda que não se abdique dela quando necessário), capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza (SILVA, 2008, p.3).

Na condição de vítimas inegáveis dessas estruturas sociais injustas é que se encontram os personagens de *Infância dos mortos* e *Querô*: uma reportagem maldita, que se unem a partir da situação que compartilham e agrupam-se para garantir sua sobrevivência. Além de Pixote, outros meninos, com histórias de vida similares, dividem a rua, a comida, os sonhos e o desprezo da sociedade. Dito, Fumaça e Manguito são alguns deles.

Nos episódios que sucedem a morte de Pixote, o restante do grupo, apesar de enfraquecido pela perda de um integrante, dá segmento ao plano. Encontram-se com Cristal, o traficante, detalham o esquema, apanham as drogas para levá-las a São Paulo e recebem um adiantamento pelo serviço, com o qual resolvem comer e comprar roupas.

Terminado o almoço, foram perambular. Quando chegavam a uma loja vinham os caixeiros e os expulsavam. Dito começou a imaginar que estavam se arriscando e, por isso, mandou que Manguito e Fumaça o esperassem na esquina. Calculou o tamanho dos companheiros e assim comprou os blusões. O caixeiro viu a cor do dinheiro, deu um assovio forte, da calçada, os dois apareceram. — Agora, arranje um sapato pra esse cara! (LOUZEIRO, 1977, p. 24-25).

Nessa passagem, Dito, o líder do grupo, sabe do risco que é ele e seus amigos transitarem naquele espaço, destinado apenas para quem traz na aparência o reflexo de um capital financeiro que permita a aquisição dos bens que estão disponíveis ali. Esse mecanismo que faz com que as pessoas acreditem saber os lugares aonde se pode ir, os espaços em que se é permitido estar, ou seja, a parte que lhes cabe dentro de uma sociedade hierarquizada pela divisão de classes é produto da violência simbólica.

Essa forma de violência figura no campo das ideias, na maneira como os indivíduos incorporam as estruturas sociais externas, dando legitimidade a elas e reproduzindo-as. De acordo com Pierre Bourdieu, essa violência escapa à sensibilidade, à visão e reflete-se, em geral, de forma coercitiva. Nas palavras do sociólogo

A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem essa relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes [...] resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2003, p. 47).

Assim, as condições precárias de sobrevivência, por exemplo, que partem da violência estrutural, justificam-se pela naturalização e internalização das diferenças que não são, mas a partir das forças exercidas pela violência simbólica, apresentam-se como naturais.

Superada a longa viagem de trem, escondido dentro dos vagões, o grupo chega a São Paulo e procura o endereço dado por Cristal, onde deveriam entregar a encomenda. Lá, veem-se numa emboscada. Débora, o contato de Cristal na cidade, apodera-se das drogas e, então, chama a polícia.

Aí, sem que tivessem ouvido qualquer ruído, apareceu um homenzarrão gordo e barbudo, de terno claro e gravata preta. O tipo entrou e foi tratando de fechar a porta. Os garotos correram para um canto, Fumaça meteu-se por trás da cortina. O barbudo segurou Dito pelo braço, sentou-se numa das poltronas, puxou-o (LOUZEIRO, 1977, p. 33).

“Vamos conversar, moleque!” [...] “Onde é que tá a cocaína?” Dito, aterrorizado, diz que não sabe do que ele está falando, mas o homem insiste: “Sabe sim, filho da puta!” [...] “Responde o que pergunto ou vai morrer de porrada. Se soltar a língua as coisas podem melhorar” (LOUZEIRO, 1977, p. 33). Dito tenta explicar que as drogas estão com Débora, mas o homem logo o interrompe, transtornado com a afirmação, e pede para que ele não tente incriminar a mulher. Com apoio de mais dois homens que chegam depois, os meninos são levados à delegacia.

Nesse evento coexistem algumas modalidades de violência, fenômeno corriqueiro no enredo da obra. Uma delas tem a ver com as estruturas sociais, já referidas anteriormente, que definem, nessa situação, quem é marginal e quem não é. A mulher, que recolhe a encomenda enviada pelo traficante carioca, sequer é questionada, ou revistada, ao passo que os meninos são duramente interrogados e ameaçados. A outra modalidade tem justamente a ver com a abordagem atribuída aos garotos. Sob ela estão alguns aspectos da violência psicológica, que de acordo com o Ministério da Saúde “É toda ação [...] que causa ou visa a causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa” (BRASIL, 2001, p. 20-21). Dada

normalmente por meio de intimidação, inclui insultos, humilhação, ridicularização, ameaças, privação arbitrária de liberdade, entre outros.

As situações desumanas às quais os meninos são expostos aumentam de forma vertiginosa a partir dessa captura. A certa altura, os modos de violência aglutinam-se uns nos outros, impossibilitando identificar, em certos momentos, qual deles sobressai, qual deles conduz com mais clareza a ação violenta. Entre prisões e fugas, Dito e seus amigos passam por delegacias e instituições socioeducativas que propiciam a eles toda sorte de violência, entre elas a física, a tortura e a morte.

No mesmo episódio em que os meninos são levados à delegacia pela primeira vez, o interrogatório, feito pelo delegado, dá-se a partir de uma sucessão de ações violentas que atravessam inúmeras categorias. Não tendo surtido efeito as ameaças, delegado e policiais esforçam-se um pouco mais: “O que prometo não costumo falhar. Prometi porrada e é o que vão ter”, diz Dr. Mauro, o delegado (LOUZEIRO, 1977, p. 35). O primeiro a sofrer é Fumaça, o menor deles.

Fumaça olha Dito, olha Manguito, sacode negativamente a cabeça. O tipo moreno não espera, aplica-lhe a primeira bordoadada nas costas, depois no peito, na cabeça, nas pernas. Segura-o com uma das mãos e, com a outra, bate. [...] Fumaça já não consegue mexer-se. Está de pé porque o moreno o segura por um dos braços. Dito sabe que vão matá-lo, caso não fale (LOUZEIRO, 1977, p. 36).

Dito interrompe chamando a culpa para si e inocentando o amigo, na esperança que o espancamento cesse. Os policiais, então, mudam o foco para Dito, perguntando-lhe quem era o fornecedor das drogas e quem era o contato do fornecedor em São Paulo. O menino entrega Cristal e Débora, mas o delegado irrita-se quando ouve o nome da mulher. Golpeia Dito no rosto e pede que ele não minta, que não tente implicar com a “pobre mulher”. Dr. Mauro insiste em saber sobre o contato, mas, diante da recusa do delegado em aceitar a indicação do nome de Débora, Dito responde que não sabe. “Não sabe? Vê se ajudam a imaginação do moço” (LOUZEIRO, 1977, p. 36), ordena o homem aos policiais.

O magricela rasga-lhe as roupas. O moreno ajuda a tirar-lhe o short. Dito esforça-se o que pode para evitar que isso aconteça, recebe uma pancada na altura dos rins, o short é rompido. [...] O magricela pega-o pelos cabelos, mete-lhe a cabeça por baixo das pernas, o moreno forte começa a baixar a borracha. As chibatadas vão deixando marcas vermelhas e Dito não pode gritar, pois a cada movimento que faz o magricela aperta-lhe a cabeça. De repente, solta-o, ele se estatela no chão. Mas as chibatadas não cessam, até que o delegado faz um sinal. [...] O magricela sorri, enquanto prende os braços de Dito para trás. Está com as costas ensanguentadas e um dos olhos tremendamente inchado (LOUZEIRO, 1977, p. 36-37).

Em meio a um turbilhão de perguntas e ameaças a ação continua. Enquanto Dito agoniza, certo prazer desponta no rosto dos agentes. Delegado e policiais intercalam-se no comando da barbárie que parece não ter fim.

Caramelo dobra um longo pedaço de barbante em dois, segura os ovos de Dito, amarra-os, entrega o barbante ao dr. Mauro. [...] Dá o primeiro sacalão no barbante. Dito estremece de dor. O policial ri, Roxão bota a cadeira na frente, o barbante é esticado outra vez, Dito não tem mais o que ceder, Caramelo segura-o pelos cabelos, a fim de que não consiga aproximar-se da mesa onde está o delegado. Depois, pega a borracha de mangueira, prende-lhe a boca com ela, Roxão ajuda a puxar o barbante, Dito está ficando com o rosto vermelho, as lágrimas escorrem. No instante em que ia desmaiar o barbante afrouxa, Caramelo tira-lhe a borracha da boca, ele cai sentado (LOUZEIRO, 1977, p. 37).

A violência física, identificável mais facilmente entre as categorias, ocupa espaço considerável nos episódios citados acima. De acordo com Coelho, Silva e Lindner (2014), a violência física

[...] ocorre quando uma pessoa está em relação de poder com a outra, podendo causar ou tentar causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que possa provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. Abrange ainda agressões físicas ou a intenção de realizar tais agressões [...] (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014, p. 20 apud BRASIL, 2001, p. 19).

A intencionalidade da ação é fator imprescindível para a sua categorização. Segundo Alves (1998), é no propósito da prática que reside o seu entendimento. Para o autor,

A intervenção física, na qual a violência consiste de forma inequívoca, tem por finalidade coagir, para destruir, ofender e causar dano a si mesmo ou a outrem. Se a intervenção física não tiver como fim essa ofensa, destruição ou dano, não se pode considerá-la como violência (ALVES, 1998, p. 248).

Já a tortura, usualmente atrelada à violência física, apensar de desenvolver-se também a partir de outros meios, afasta-se dessa categoria, pois atende, ao menos conceitualmente, a outros propósitos. Segundo especialistas, entre eles, José Ribeiro Borges, é a mais desumana das formas de violência. De acordo com o jurista “a prática da tortura é a que mais fundo procura a desintegração da liberdade, marco fundamental do ser humano” (BORGES, 2014, p. 19).

No âmbito dos propósitos, a tortura difere da violência física ou dos maus tratos porque consiste em um “tipo de conduta com a finalidade de obter algum tipo de informação por parte do supliciado” (GONÇALVES, 2013, p. 274). Além de objetivar confissões, a prática pode manifestar-se, também, como castigo. Nessa perspectiva, é possível, segundo a autora, categorizar a tortura em dois sentidos, “tortura-prova” e “tortura-pena”.

Entende-se por tortura-prova todo tipo de sofrimento físico ou psicológico infligido a alguém com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa, mediante o emprego de violência física ou grave ameaça. A segunda, a tortura-pena, não se diferencia da tortura-prova quanto aos seus mecanismos de produção, mas em relação à sua intencionalidade que, neste caso, será a de submeter à vítima a um intenso e diferenciado sofrimento físico ou psíquico como forma de aplicação de um castigo (GONÇALVES, 2013, p. 275).

Deliberadamente exercida durante a Ditadura Militar brasileira, período do qual, vale lembrar, trata a obra em análise, a prática, ao contrário do que se costuma pensar, não se restringia, enquanto método, apenas aos ditos inimigos do Regime, mas vigorava também no contexto da ação policial comum. E apesar de presente na história da humanidade desde o seu início, durante o regime militar,

[...] a tortura institucionalizou-se de vez no país, acentuadamente nos órgãos da polícia política e nos serviços de repressão das Forças Armadas. As atrocidades cometidas em nome da segurança nacional, o desrespeito a princípios comezinhos de direito foram tamanhos e tão vastos, que atingiram todas as camadas sociais do país, desde políticos, intelectuais e estudantes até operários e seus sindicatos de classe (BORGES, 2001, p. 103).

Em *Infância dos mortos*, a crítica que se estabelece sobre a violência incide, sobretudo, no questionamento dessas práticas adotadas por agentes de segurança do Estado, mas também recai sobre o *modus operandi* das instituições socioeducativas e de assistência social, que, à revelia de suas funções institucionais, operavam como depósito de crianças e jovens e, com frequência, adotavam a violência como método. Em diversos momentos da obra temos contato com a representação dessas instituições, que muito pouco se diferenciam das prisões e das celas de delegacias. Esse tópico, no entanto, será abordado em sessão específica.

Esse depósito, como veremos no próximo capítulo, não acolhiam (se é que esse é o melhor termo) apenas aquelas crianças e jovens que tinham algum problema com a lei. Durante o regime militar, eles funcionavam como uma espécie de lixeira, um tapete para baixo do qual era varrido tudo aquilo que denegria a imagem que o governo tentava construir de si mesmo. Compunham o mesmo grupo de indesejáveis aqueles em conflito com a lei, os ditos menores abandonados, os carentes, os sem família constituída, os em situação de rua e até mesmo aqueles que trabalhavam como engraxates e vendedores ambulantes. A simples presença de tipos como esses nas ruas da cidade já se configurava como um motivo para que fossem recolhidos à revelia e fossem trancados dentro dessas instituições, simplesmente porque distorciam a paisagem urbana.

5 POR UMA CIDADADE IDEAL: A VIOLENTA “LIMPEZA” DOS ESPAÇOS URBANOS

Na iminência de receber uma visita, é de praxe que os donos da casa se empenhem na limpeza. Retira-se a poeira dos móveis, varre-se o chão e joga-se fora o lixo. Em regra, o empenho nessas ocasiões supera aquele empregado nos dias habituais. Espaço privado e espaço público, nesse sentido, nutrem certa similaridade. Basta que um grande evento surja nos calendários oficiais, por exemplo, para que o Estado proceda, também, a sua faxina. A história, porém, nos mostra que, na esfera pública, essa arrumação atende a interesses muito específicos, com acentuada ênfase nas grandes cidades. Os centros urbanos, com grandes eventos à vista ou não, replicam histórica e cotidianamente esse movimento.

O eufemismo usado na apropriação dos termos *limpeza*, *faxina* e *arrumação*, usualmente ligados ao universo doméstico, não perdura, no entanto, na discussão que se pretende estabelecer. A “limpeza” (agora com aspas) da qual falamos tem caráter higienista e refere-se a processos sociais e políticos, constituídos a partir de práticas e diretrizes institucionalizadas. Violentas e desumanas, essas práticas consistem, muitas vezes, em varrer da paisagem urbana figuras incômodas, como, por exemplo, parcelas empobrecidas da população, indivíduos marginalizados e pessoas em situação de rua ou em conflito com a lei.

Nos dias de hoje, esse processo ocorre com o auxílio de fatores que atenuam a sua natureza violenta e dificultam uma percepção mais flagrante. A precarização do trabalho, a especulação imobiliária e o sucateamento da mobilidade urbana são apenas alguns exemplos das razões que mantêm a população mais carente afastada dos grandes centros. Sem contar as muitas ações disfarçadas de políticas públicas, que dispensam o uso de força bruta para relegar certos indivíduos a espaços preestabelecidos, estejam eles em literal situação de rua ou meramente fazendo uso cotidiano de espaços coletivos.

À violência velada dessas práticas incidem alguns padrões que remontam linhas de raciocínio elitistas e classistas, usualmente ancoradas, difundidas e afiançadas por modelos autoritários e não democráticos de poder. No caso brasileiro, a adoção dessa conduta parece encontrar facilidade, e por que não dizer empenho, na institucionalização desse modelo durante a ditadura militar, período em que, para sustentar a farsa de um milagre econômico, foi preciso remover da paisagem aquilo que depunha contra a imagem que se pretendia criar do país. No bojo daquilo que não serve para a cidade estão os personagens de Marcos e Louzeiro,

cotidianamente enxotados e removidos do espaço público, recorrendo-se, inclusive, a prisões arbitrárias, internações em casas de custódia e ao extermínio.

Dois grandes centros urbanos, no auge dos seus processos de industrialização e urbanização, compõem o cenário das narrativas: Rio de Janeiro, em *Infância dos mortos* e São Paulo, em *Querô: uma reportagem maldita*. No contexto de uma expansão econômica desordenada, cidades como essas enfrentam os resultados da má distribuição de riquezas acumuladas com esse processo. Entre eles a alta da criminalidade, o crescimento das favelas e o aumento considerável de pessoas em situação de rua, incluindo crianças e adolescentes. Situação a qual a ditadura responde, e é bom que se diga, com forte apoio de uma elite urbana recém-estabelecida, com o rigor necessário para impedir que esse tipo de problema assolasse as capitais, os centros e os bairros mais tradicionais.

No decorrer deste capítulo analisaremos, a partir da leitura das obras, os episódios que ficcionalizam esse processo, com vistas a compreender de que forma ele interferiu e ainda interfere na configuração dos espaços urbanos, não apenas em seu aspecto físico estrutural, mas também como espaços virtuais de poder, de pensamento e de construção da subjetividade.

5.1 Meninos jogados fora

Partindo do censo comum, é razoável pensar nas cidades como resultado do progresso, do desenvolvimento humano e dos seus modos de se organizar socialmente, politicamente e culturalmente. Da antiguidade à contemporaneidade, homens e mulheres buscam nos agrupamentos coletivos formas de sobreviver e de se relacionar. Dentro de uma linha desenvolvimentista, filiada à lógica capitalista, a sua ideia facilmente se afeiçoa à expansão, à urbanização e ao crescimento econômico. Há, no entanto, outros modos de se pensar esses espaços.

Parte fundamental das sociedades modernas, a cidade configura-se, também, segundo Gilberto Velho (2013), como um espaço de dominação e controle. O antropólogo enxerga esse espaço como sendo fruto de um projeto que tem a sua constituição organizada a partir de determinados interesses, que são responsáveis por introduzir nessa equação uma gama de valores sociais, ou melhor dizendo, uma gama de costumes e comportamentos aceitos socialmente (p. 65-66). É com base nessa concepção que avançamos.

Próximos à ideia de projeto ao qual Velho se refere, Flores e Campos (2007), tecem uma análise com base em um recorte temporal que coincide com aquele tratado neste trabalho. Observando o caso brasileiro, os autores identificam intenções muito pontuais na modernização das cidades que cresciam e se reconfiguravam no o impulso da industrialização. Os trabalhadores do campo que chegam à cidade com suas famílias, em busca de oportunidades nas fábricas atribuem novas características aos centros urbanos. Como enquadrar, então, esse “conjunto de estranhos [...] com seus hábitos, maneiras de vestir, comportamentos e culturas tradicionais, avessos ao trabalho fabril e à economia liberal de mercado?” (FLORES e CAMPOS, 2007, p, 269). É sobre essa nova realidade social que se estabelece um modelo de poder e dominação da cidade. Para Flores e Campos

A cidade passou a ser pensada e construída como um sistema racional, possível de ser pensada como um objeto passível de planificação, apreendido em sua totalidade. Higienistas, médicos e engenheiros são os sujeitos dessa construção. Treinam o olhar, esquadriham a cidade e visibilizam os corpos dos cidadãos para ter sobre eles o controle sobre sua saúde, sua moradia, seus passos pela cidade, seu trabalho, seu lazer e sua sociabilidade, suas organizações sociais e políticas, seu consumo. Assim, a cidade racionalizada, disciplinada, é ela própria pensada como uma cidade-corpo, objeto de detalhadíssimo olhar do médico e do engenheiro, objetivando construir uma cidade estetizada (pela arquitetura), ou uma cidade reformada (pelas obras de engenharia e topografia), ou uma cidade saneada (pela intervenção do médico). Esse conjunto de equipamentos e intervenções sobre a cidade constituiu um modelo de cidade — a cidade moderna — pautada pela racionalidade técnica e científica dos planejamentos urbanos (FLORES e CAMPOS, 2007. P 269).

Desde os meados do século XXIII, é verdade, que essas características marcaram o processo de modernização das cidades ao redor do mundo, impulsionado pela Revolução Industrial. Reconhecidamente tardio, o processo de industrialização brasileiro revela seus efeitos, ainda timidamente, a partir do século XIX, com a instalação das primeiras fábricas em território nacional, e, de forma mais evidente, a partir do século XX, com a abertura da economia ao capital estrangeiro. Essa fase mais ostensiva compreende o período entre 1933 e 1980 (SUZIGAN, 2000, p. 7-10).

É difícil ignorar que dos 47 anos de duração dessa fase, denominada por Suzigan (2000) de *industrialização acelerada*, mais da metade está atrelada a regimes ditatoriais (Estado Novo 1937-1945 e Ditadura Militar 1964-1984). Se, como vimos, o processo de desenvolvimento dos centros urbanos já pressupõe um modelo de poder e dominação sobre os corpos e os modos de vida da população, pensemos em como isso pode se desdobrar, levando em conta um cenário político autárquico e autoritário, cujo apoio mais expressivo advém das elites.

Também muito caras a este trabalho são as considerações tecidas por David Harvey acerca do tema. Em seu consagrado artigo *O direito à cidade* (2012), Harvey revisita Lefebvre para examinar as ligações estabelecidas entre capitalismo e a construção das cidades, cujo crescimento, para o autor, está ligado à “necessidade perpétua de encontrar terreno lucrativo para a produção e absorção de excedente de capital” (HARVEY, 2010, p. 74). A esse respeito o teórico afirma que

Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo (HARVEY, 2010, p. 74).

Isto é, aquilo que excede na produção do capital, seja isso lucro ou o produto propriamente dito, precisa encontrar novos mercados para o consumo (no caso do produto) e para o reinvestimento do excedente (no caso do lucro). Quando esses mercados não existem, precisam imediatamente ser criados, pois o contrário geraria um processo de desvalorização gradativo, com risco iminente de quebra. O processo de urbanização, nesse sentido, aparece na obra de Harvey como um impulso dado pelo capitalismo ao surgimento, crescimento e fortalecimento das cidades, sobretudo, mas não só, as grandes cidades. Caso isso não aconteça,

As mercadorias excedentes podem perder valor ou serem destruídas, enquanto a capacidade produtiva e os ativos podem ser depreciados e abandonados; o próprio dinheiro pode ser desvalorizado através da inflação e, o trabalho, do desemprego massivo (HARVEY, 2010, p. 75).

Essas cidades, que surgem basicamente da necessidade de expansão do consumo, estruturam-se para vender tudo o que ela oferece, desde um “estilo de vida”, passando pelas moradias, até o acesso a serviços básicos e essenciais cada vez mais circunscritos ao seu território. E para que essa lógica obtenha êxito é preciso, então, que ela seja habitada quase que exclusivamente por aqueles que tenham condições de pagar por isso. O que demonstra que “A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade” (HARVEY, 2010, p. 81).

A análise tecida por Harvey é extensa e complexa, mas esse último ponto talvez seja o mais relevante para a ideia de *direito à cidade*. Em linhas sintéticas, o trabalho do teórico nos mostra que as cidades modernas se configuram como uma “tendência de concentração global” que se desenvolve segundo os interesses do capital em detrimento das pessoas. Nelas, concentram-se riqueza (assim como os meios de produção de riqueza), espaços de lazer,

trabalho, cultura e de produção de pensamento. Cenário que é vendido com certa “aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro” (HARVEY, 2010, p. 81).

Mas a luta pela democratização dos espaços urbanos, vista aqui como *o direito à cidade*, e considerado por Harvey como um direito da ordem dos direitos humanos, não incide tão somente na possibilidade do uso prático de seus territórios e serviços, mas também no direito de interferir na constituição desses espaços. De acordo com ele,

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2010, p. 81).

Encararemos, então, esse espaço urbano, descrito nas obras literárias em análise, a partir da associação dos conceitos observados até este ponto. Notadamente, espaços que não são construídos autonomamente, tampouco são o resultado simples e óbvio do progresso e do desenvolvimento. Antes, configuram-se como espaços de dominação e controle que visam, em primeira instância, planificar corpos e modos de vida e, em segunda, ampliar indiscriminadamente o consumo. Processo que, quando alinhados a ideologias políticas perversas, exclui e elimina aqueles que estão em desacordo com essa lógica. Entre os desajustados estão as parcelas mais empobrecidas da sociedade, pessoas em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua, em conflito com a lei, enfim, qualquer um que destoe de uma paisagem urbana esteticamente ideal e economicamente rentável. É desse grupo de banidos que tratam as narrativas em questão. Desse grupo de banidos que são como ciscos na paisagem.

Na primeira passagem narrada em *Infância dos mortos*, Louzeiro apresenta ao seu leitor os personagens e o cenário no qual a trama começará a se desenvolver. Nela, conhecemos o primeiro de um bando de meninos que se relacionam a partir das suas experiências e da condição de vida que compartilham. E já nesse primeiro fragmento é possível notar a situação degradante a qual estão expostos.

A manhã estava clara e leve. Pixote livrou-se das folhas de jornal, olhou o dia que principiava, os que entravam e saíam apressados na estação de trens. Ergueu-se, antes que os guardas aparecessem. Surgiam por volta de seis horas e espancavam os que podiam pegar. Era a quarta vez que dormia na estação e escapava dos guardas (LOUZEIRO, 1977, p. 9).

O que, a princípio, parece ser o início de uma narrativa linear e tranquila, revela-se como um choque possivelmente proposital. Essa manhã que se diz “clara e leve” induz o leitor na contramão do caminho que se pretende percorrer. É quase inevitável que se pense, ao ler a primeira frase do excerto, em um dia bonito, de céu azul e ensolarado. E é contra essa beleza que se argumenta enquanto o fragmento evolui. Rapidamente clareza e leveza são contrastadas com a situação do menino Pixote, que acaba de acordar de uma noite em que dormiu na estação de trem, encoberto por jornais. Na descrição das noites que antecederam essa, ficam mais evidentes os infortúnios e os riscos de tal condição.

Na primeira madrugada, acordou ainda escuro. Na verdade, não chegou a dormir direito. Na segunda, despertou com o barulho dos jornaleiros e do homem do bar, suspendendo as portas de ferro. Na outra, sentiu alguém mexendo nos seus bolsos. Era o crioulo risonho e bêbado, canivete apontado. Não gritou, não disse nada. O crioulo revistou-lhe os bolsos, até encontrar a cédula de cinco. Teve vontade de correr atrás, gritar-lhe palavrões, mas sabia o quanto era arriscado. Por isso, tornou a encolher-se. Chorou baixinho e, chorando, adormeceu. Despertou com a barulheira dos caminhões descarregando jornais (LOUZEIRO, 1977, p. 9).

O menino parece ir se habituando à situação em que se encontra. Aos poucos, acostuma-se com o medo da noite e os incômodos que o faz acordar assustado durante a madrugada, subjugando-se como estratégia de sobrevivência. À medida que se cria uma sugestão de recorrência, também se compõe os aspectos desse cenário. A paisagem citadina vai gradualmente surgindo. A existência de uma estação de trem, a presença de guardas, a barulheira dos caminhões entregando jornais, o som das portas do bar sendo abertas. Indícios que se confirmam enquanto a narrativa avança.

A imagem do garoto, descrito como muito magro, com sapatos rasgados, calças curtas e uma camisa sem botões se opõe às “caras sérias” e aos “olhares raivosos” dos transeuntes que “chegavam em grandes levas” à estação. Pixote estende as mãos sujas para pedir esmolas e é empurrado com indiferença, enquanto outros passantes “esforçaram-se para ignorar sua presença”. Sem desistir, o menino consegue receber de algumas pessoas “uns trocados” e umas notas de pouco valor. Conferindo a quantia que angariou, notou que seria o suficiente para tomar um cafezinho e pagar a passagem do ônibus que pegaria para encontrar seus amigos. Quando para na porta do bar, o comerciante tenta afastá-lo. E continua sendo maltratado pelos que encontra no caminho. Após finalmente tomar seu café,

Depositou a xícara no balcão, quase tão alto quanto ele, correu para a fila, sumiu no bolo que se formara de repente, à entrada do coletivo. Empurrou e recebeu empurrões, a mocinha de óculos chamou-o moleque, o homem da pasta tentou acertar-lhe um cascudo, mergulhou na confusão de pernas e corpos, emergiu ao lado do cobrador, a

cédula e os níqueis, o tipo de cara grosseira gostando porque não tinha de passar troco (LOUZEIRO, 1977, p. 10).

O desacordo entre cidade e personagem fica cada vez mais nítido. Pixote é tratado como se, de fato, não pudesse estar ali, como tais espaços não o pertencessem. Seja em relação à estação de trem, ao bar, ao ônibus ou às “ruas repletas de carro, as avenidas, as praças” que vê das janelas do ônibus durante a viagem. De dentro do coletivo, o menino observa escolas, igreja, cinema e casarões cercados de árvores. Itens aos quais tinha pouquíssimo ou nenhum acesso. O garoto gosta tanto do que vê no decorrer do trajeto que, no momento de descer, “levantou-se com certa pena de não ir até o final da linha” (LOUZEIRO, 1977, p. 11).

Por outra perspectiva de análise, é possível interpretar também, a presença do garoto como um freio indesejável ao curso “natural” das coisas ou ao fluxo frenético dos centros urbanos. Visto que sua presença se configura como um entrave, seja ao ritmo apressado daqueles que correm para suas ocupações cotidianas ou até mesmo para o próprio raiar do dia que perde beleza e leveza a partir da apresentação da sua figura. A maneira como essa cidade trata indivíduos como Pixote mostra-se claramente refletida nas atitudes daqueles que se incomodam, ignoram e repelem sua presença. Atitudes que traduzem não só a maneira como os habitantes lidam com a situação, mas também no modo como certas diretrizes institucionais se estruturam.

Em *Querô: uma reportagem maldita*, Plínio Marcos aborda a trajetória do seu personagem desde o nascimento, pontuando a sua situação de miséria e abandono. Filho de pai desconhecido e órfão de uma prostituta que se matou bebendo querosene, o incômodo apelido é parte da nefasta herança que recebeu. Com a sua chegada ao mundo marcada por desgraças, Querô, em diversos momentos, deixa claro que preferia não ter nascido. Seu nascimento é marcado por rejeição e raiva.

Quem me contou esse lance foi a Ju. Era colega da minha mãe no puteiro da Violeta, uma cafetina gorda, remelenta, porca, que tinha gonorreia até na alma. A Ju viu tudo com seus olhos que a terra vai comer um dia, se é que ainda não comeu. Foi um perreco de entortar patuá. Um salseiro cavernoso, a minha chegada. No primeiro berro, a cafetina remelenta já berrou mais alto: — Tira esse pestinha daqui. Bota ele na roda das freiras. Joga ele lá. Criança em casa de mulher não presta. Criança dá azar. Espanta freguês (MARCOS, 1977, p. 7-8).

Sem conseguir contornar a decisão da cafetina, a mãe e o recém-nascido vão para o olho da rua. Entregue ao desespero, a mulher toma uma difícil decisão: “Pra comemorar a liberdade, minha mãe me embrulhou num chale, me largou na porta do puleiro da velha porca e se abilolou de vez” (MARCOS, 1977, p. 8). Na sequência, encaminhou-se para um bar e bebeu “até

transbordar pelas orelhas”. Já embriagada, decidiu tirar a própria vida bebendo querosene. Sua morte é descrita como lenta e agonizante, o que, ainda sim, não causa empatia ou indignação em ninguém. Enquanto o composto começava a agir em seu corpo, a mulher

Saiu do boteco e foi cair na porta da Igreja do Valongo. Custou paca pra ir pro bebelê. Ficou um cacetão de tempo no chão se contorcendo como uma minhoca. Gemia, chorava, vomitava, cagava, mijava, chamava por Deus, pelos santos, pedia por mim. Tinha um monte de gente vendo. Mas ninguém se doía. Ninguém chamou ambulância, nem porra nenhuma. Aqueles veados miseráveis eram todos surdos para a dor dos outros. Estavam a fim de ver a palhaçada e não iam se arredar dali. Sabe como é. Não é todo dia que uma putana bebe querosene. E depois, nas quebradas desse mundaréu, é de lei “cada um, cada um” (MARCOS, 1977, p. 8-9).

A morte da mãe do menino Querô converte-se em um espetáculo que ilustra a desumanização dos sujeitos que vivem à margem da sociedade. Desprezo e ódio surgem amalgamados nessa cena. O suplício da prostituta, remontado à moda medieval, traduz certo prazer, certo fetiche em contemplar a desintegração total dessa criatura que, apesar de todos os esforços para que ela não exista, ousa existir. Todos “Estavam a fim de ver”, é o que se diz. Há, também, contido nesse episódio uma suposta superioridade ética e moral. Sentimento muito presente na formação e na manutenção das desigualdades sociais.

Esse caráter ético e moral parece acentuar as distâncias criadas pelo projeto de planificação dos corpos e dos modos de vida do qual falamos anteriormente. Além de um distanciamento real, de ordem econômica e territorial, há uma espécie de reforço que, apesar de simbólico e subjetivo, tem, também, natureza estrutural. É a partir desse reforço, promovido pela facilidade de produzir e difundir o pensamento das elites, que o projeto ganha aliados dentro de classes já estratificadas. A ideia meritocrata, por exemplo, tem nesse fenômeno um vetor. É nesse contexto que o mau destino, a miséria, a violência, as prisões e as mortes (sobretudo as espetacularizadas) manifestam-se como o resultado das próprias escolhas, e não como a consequência de projetos políticos e econômicos perversos que realmente é.

A fuga que Querô empreende quando cresce perpassa também essa seara. Maltratado de inúmeras formas pela cafetina, que por pressão das outras meninas da casa decidiu criá-lo, o garoto passou a infância aos cuidados da “madrinha e dona”, com quem desenvolveu uma relação conflituosa muito marcada em seu discurso: “Penei na mão daquela cadela. Seu único tesão na vida era fuder a alma dos outros. E nem de leve a tnhosa tinha dó de alguém” (MARCOS, 1977, p. 9). O reconhecimento pelo amparo dado por ela, não supera o modo com ela o tratava: “Está certo que ela me deu comida, me botou na escola e os cambaus. Porém (e

sempre tem um porém), me deu pancada e curtiu suas broncas em cima de mim” (p. 10). Quando a velha ficava azeda, diz ele, jogava tudo em sua cara.

Eu devia ter te deixado morrer, Querosene. Isso é que eu devia ter feito. Era um a menos pra dar trabalho. Tu não vai ser nunca nada que preste mesmo. Disso estou sabendo. Quem vem do que não presta, não dá boa coisa. Mas quis ser boa. Te recolhi do lixo, onde tu foi largado. Agora tenho que te aturar. Mas eu te endireito. Querosene filho de puta perebenta! E tome pau. Eu só fazia apanhar (MARCOS, 1977, p. 10).

Saturado do tratamento que recebia na casa, o menino se revolta e agride a mulher com um pedaço de pau que ela pegara para bater nele: “Arranquei o pau da mão dela e sem vacilar mandei uma tremenda porretada na testa da vaca [...] Ela só não morreu porque sangue ruim não morre” (MARCOS, 1977, p. 10). O alvoroço começou a juntar gente, obrigando Querô a fugir. É desse momento em diante que passa a viver nas ruas e a ter contato o submundo da cidade paulistana de Santos, onde se vê obrigado a fazer de tudo em prol da sua sobrevivência.

Quando me pinotiei da casa da puta velha perebenta, me juntei à curriola do Tainha. Ai a gente fazia o que podia. Ajudava a carregar barco de pesca, roubava café da sacaria do caminhão, levava recado de puta, comia bundão de marujo veado, afanava qualquer bagulho que estivesse no bom jeito, engraxava sapato, campaneava boca de fumo e de jogo de ronda pros vagaus da pesada. (MARCOS, 1977, p. 15).

Em *Infância dos mortos* a situação é similar. Os grupos nos quais os meninos se organizam formam uma espécie de família substituta, através do qual aumentam as chances de sucesso das suas empreitadas e também as chances de sobreviver. Na ocasião em que Pixote viaja de ônibus pelo centro da cidade, é ao encontro desse grupo que ele vai. Quando o garoto finalmente se junta à sua trupe, outras semelhanças surgem entre os desajustados de Plínio Marcos e os de José Louzeiro.

O motivo do encontro de Pixote com os outros era a execução de um serviço proposto pelo traficante Cristal. O grupo receberia uma quantia razoável de dinheiro para levar um carregamento de drogas do Rio de Janeiro até São Paulo. Dito, o mais velho entre eles, lidera os garotos. É ele quem arrumara o trabalho. A figura de Dito, nesse sentido, opõe-se à figura de Tainha. Embora ambos sejam vistos como os “donos” de seus respectivos grupos, Dito se mostra, em diversos momentos, mais preocupado com os outros, com a divisão da comida que possuíam (quando possuíam) e com a partilha dos recursos que conseguiam.

Zeloso com o trajeto que fariam, Dito repassa o plano para os companheiros. Para chegar até o morro onde Cristal os esperava, ele resolve que o grupo atravessaria por dentro do cemitério na porta do qual tinha marcado o encontro. A parte dos fundos do cemitério fazia

divisa com o lugar que pretendiam chegar. Bastava pular o muro. Caso contrário, “Teriam de chegar ao morro pela subida no final da rua de pedras, onde estavam os alcaguetes e os traficantes. Desejariam saber as coisas, forçariam respostas, todo trabalho estaria perdido” (LOUZEIRO, 1977, p. 15).

Desde os portões do cemitério, Pixote lembrava-se de Estralado, amigo morto por policiais, que ele acreditava estar enterrado ali. Recolhera até algumas flores para depositar à lápide, caso a encontrasse. Enquanto avançam no percurso, o menino nota uma mudança no cenário.

No setor em que conseguiram chegar, os imponentes jazigos haviam terminado. O comum, agora, eram as sepulturas baixas, onde o capim crescia. Algumas ainda ostentavam velhas pinturas, outras estavam completamente enegrecidas. Os vasos de flores haviam se quebrado ou simplesmente não existiam. As inscrições cobriam-se de musgo e não havia qualquer árvore por perto, a fim de dar-lhes sombra. Aquele estado de abandono deixou Pixote alarmado. Se era por ali que haviam enterrado o pobre do Estrelado, então ele tinha sido praticamente jogado fora (LOUZEIRO, 1977, p. 14).

É Dito quem chama o menino para a realidade quando esses pensamentos ocorrem. Pixote, que é o mais novo do bando, vê nele um exemplo de esperteza e autoconfiança. O zelo de Dito, no entanto, não impede que Pixote seja morto a tiros por vigias do cemitério no curso da operação. Ainda assim, os meninos precisam continuar sem ele.

Cabe-nos, aqui, tecer alguns paralelos entre as narrativas. Um deles é, novamente, a condição de desamparo na qual esses meninos se encontram. Tanto em *Querô*: uma reportagem maldita quanto em *Infância dos mortos*, essa condição expõe os garotos não só a degradantes condições de vida como facilitam que sejam aliciados por bandidos realmente perigosos, que os usam para cometer crimes. Enquanto o bando de Dito se submete ao traficante Cristal, a curriola do Tainha presta alguns serviços para os “vagaus da pesada”, isto é, os vagabundos de verdade.

Outro ponto importante é o percebido por Pixote frente às sepulturas baixas do cemitério. As distâncias sociais já tão bem marcadas e estabelecidas dos portões para fora, que influenciam em boa medida o destino de sujeitos como eles, mantêm seus preceitos intactos mesmo em situações como essas. Até morrer gera um serviço que pode ser vendido, e, por isso mesmo, pode ser negado àqueles que não podem pagar por ele. As desigualdades seguem marcando os corpos postos à margem das sociedades, ainda que neles já não exista vida.

Não sendo suficiente que estivessem jogados a essa sorte, os meninos teriam ainda que enfrentar um violento processo de limpeza dos espaços que ocupavam, sendo eles mesmos a

sujeira a ser eliminada. Durante o regime militar brasileiro, esse tipo de limpeza, também existentes em regimes democráticos, ganhou contornos muito específicos. Uma intensa caça às bruxas foi inaugurada, apoiada e financiada pelo Estado. Com a participação, inclusive, de grupos de extermínio e milícias intimamente ligadas ao governo e às forças de repressão policial, encarregados de eliminar a horda de indigentes que se faziam ver aos montes pelas ruas das cidades. Para sustentar a falácia do avanço econômico, que só avançou de fato para uma pequena parcela da população, era preciso se livrar dos fatores que depunham contra ele. Era preciso, como nos olhos, soprar os ciscos da paisagem.

A ditadura militar brasileira, sabemos, não inventou a concentração de renda e a desigualdade social. No entanto, o modo como pensou, organizou e aplicou suas políticas transformou o Regime em um intensificador eficaz desses fenômenos. Isso porque, juntamente com medidas antidemocráticas e de concentração de poder surgem também diligências de ordem econômica e social, que alargam a distância entre os mais ricos e os mais pobres, gerando o aumento da desigualdade, da pobreza e da miséria.

Infância dos mortos, por exemplo, traz em seu prefácio, dados oficiais que destacam, sobretudo, o efeito dessas políticas na população mais jovem, entre eles crianças e adolescentes. Após a indicação de que “Os fatos que substanciam esta narrativa foram tirados do nosso amargo cotidiano” (LOUZEIRO, 1977, p. 6), afirma-se:

Há cerca de 15 milhões de menores abandonados ou em estado de carência no Brasil, à espera de alguma ajuda. Representam pouco menos de um terço dos 48 milhões 226 mil 718 brasileiros entre zero e 18 anos distribuídos pelo Norte (3,83%), Nordeste (31,64%), Sudeste (42,91%), Sul (16,64%) e Centro Oeste (5,08%). *Jornal do Brasil*, 5-7-76 (LOUZEIRO, 1977, p. 5).

Muitas das situações vividas pelos personagens de *Infância dos mortos e Querô*: uma reportagem maldita são reflexos dessas condições. Louzeiro e Marcos nos mostram, através da história desses meninos “à espera de ajuda”, que as políticas adotadas pelo Regime não só não ajudaram, como violentaram seus direitos e suas vidas. Isso porque, durante esse período, a coerção e a repressão integravam a lógica das ações governamentais, inclusive no âmbito da assistência social. Em artigo que investiga a pobreza que infestou os centros urbanos à época, a professora Franciele Becher conclui que

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) não apenas cassou, prendeu, torturou ou matou centenas de adversários políticos. Ela promoveu uma intensa reorganização da sociedade, pautada por princípios conservadores e contrários às liberdades democráticas. Em todos os setores, o governo realizou, em maior ou menor escala, mudanças que conformavam suas ações e seu controle social dentro de modelos

coercitivo-repressivos. Dessa forma, também a assistência social passou para a esfera centralizadora do Estado (BECHER, 2016, p. 92).

No âmbito da assistência social, a camada mais empobrecida da sociedade e a crescente população em situação de rua, entre os quais muitos eram jovens e crianças, não só ficaram desamparados como foram tratados como um problema de segurança nacional. Ainda de acordo com Becher, no período entre 1964 e 1974, durante o governo de Emilio Garrastazu Médici, “os ‘pivetes’, ‘pixotes’, ‘trombadinhas’ e, mais tarde, meninos e meninas de rua foram os personagens centrais” (BECHER, 2016, p. 93). Tornou-se muito comum ver essas figuras nas ruas dos grandes centros urbanos, o que além de causar muito incômodo às elites, desmentia a farsa do milagre econômico. Inclusive, segundo a autora,

[...] foi nesse período que mudanças legislativas importantes foram sancionadas, principalmente o Código de Menores de 1979, que consagrou a “Doutrina de Situação Irregular”, criminalizando abertamente a pobreza. O “menor delinquente”, de “conduta antissocial” ou simplesmente o “marginal” foi um personagem que balizou as políticas de controle da infância e da juventude ao longo do tempo. Foi sempre em função do seu perigo social que medidas mais ou menos arbitrárias foram criadas e implementadas (BECHER, 2016, p. 93).

Em diversos momentos das obras nos deparamos com cenas que ilustram essa postura, na qual o encarceramento tem expressivo destaque. Em *Querô: uma reportagem maldita*, o menino é apreendido enquanto trabalhava descarregando um caminhão de bananas, ocupação que exercia entre um delito e outro. Delatado pelo parceiro Tainha no episódio em que roubaram os pertences de um marinheiro gringo. Levado à delegacia pelos policiais, Querô é interrogado e preso mesmo sem investigação ou julgamento. Na delegacia, é torturado e obrigado a confessar até os delitos que não cometeu.

Enquanto está preso, entre sentimentos de raiva e vingança, Querô reflete sobre sua condição. “Ali, sozinho na surda. Comecei a me ligar na bosta toda”, refletia. “Todas as pancadas que me deram. As sacanagens todas que me fizeram começaram a se escancarar em mim”, pensava. “Não era possível que eu tivesse culpa. Alguém me funicou. Eu não vim até aqui por gosto. Não escolhi. Então me empurraram” (MARCOS, 1977, p. 26-27).

Advertido, sob ameaça de morte, de que não deveria falar do tratamento que tivera ali para o Juiz de Menores, Querô é levado junto com outros menores para o juizado e, em seguida, para um abrigo de menores. Lugar em que as medidas disciplinares se assemelham muito ao tratamento que teve na delegacia. Lugares como esse, eram (e talvez ainda sejam) muito comuns durante o Regime. Essas instituições tinham como base “um modelo assistencial punitivo, com

atendimentos a partir de grandes internatos-prisões, onde havia pouca diferenciação entre a criança considerada ‘abandonada’ e a criança ‘criminosa’” (BECHER, 2016, p. 92-93).

A cumplicidade de parte considerável dos civis foi fundamental para a legitimidade desse modelo. Com os abrigos servindo de lixeira social, tornou-se possível colocar em curso um tenebroso processo de “limpeza” das cidades, que tentou a todo custo sumir com essas pessoas da paisagem, encarcerando, internando compulsoriamente em abrigos e casas de custódia, torturando e matando muitos deles. Além de criar, claro, uma atmosfera favorável à banalização dessas vidas e à adoção de métodos parecidos pela própria sociedade civil. Becher (2016) denominou esse fenômeno com o suavizado termo “ressentimento social”, que segundo ela teve base no discurso moralista do Regime e

[...] se localizava no fato de que os indivíduos que praticavam a mendicância não estariam contribuindo de forma útil para a sociedade; seu comportamento não seria digno para uma cidade que acreditava ter forjado sua identidade social sob o trabalho honesto e o esforço pessoal na busca por realização financeira. Estavam em perigo os valores dos “cidadãos de bem”, pessoas honestas que, feridas em seus valores morais, não podiam mais andar tranquilamente no centro da cidade (BECHER, 2016, p. 97).

A crença nesse discurso afiançou desde o esforço em ignorar a presença dessas pessoas nas ruas da cidade até a tentativa de aniquilá-los. *Em Infância dos mortos*, já no final da narrativa, um acontecimento traduz de forma mais incisiva a atitude higienista do Estado. O eufemismo da “limpeza” alcança a literalidade numa passagem em que quase cem menores, teoricamente infratores, são literalmente jogados fora. Nesse ponto, a maior parte dos meninos que integravam o grupo já está morta, mas Dito, entre fugas e capturas, ainda padece na mão do sistema e de seus agentes.

Escortados por policiais e soldados acompanhados de cães de guarda, os meninos são recolhidos no meio da noite e amontoados em um ônibus. Dito observa os outros garotos e nota que “uns eram de sua idade, outros bem pequenos, como Pixote e Fumaça”. No banco da frente, Dito repara “três garotos que não deveriam ter mais de seis, oito e doze anos” (LOUZEIRO, 1977, p. 158). Assustados com a viagem repentina àquela hora, os passageiros aos poucos se apercebem da situação em que se encontram. Enquanto o ônibus sobe uma estrada de ladeira, ouve-se uma agente comentar: “— Tamos quase chegando — disse aos policiais que seguravam os cães. — Ainda se faz outra viagem hoje?” (p. 160). Quando finalmente o ônibus para, os receios se confirmam.

— Agora, cambada, vamos tirando a roupa. Pra onde vão não precisam de nada. Um dos garotos tentou escapar, foi seguro pelos policiais que começaram

a espancá-lo. [...] Em meio ao tumulto os primeiros garotos rolaram pela porta. [...] Dito não conseguia mais saber o que se passava [...], quando um cão mordeu-o nas pernas e o policial segurou-o pelo pescoço e começou a puxá-lo, até a porta. Ali, empurrou-o com o pé e ele sentiu o espaço faltar aos seus pés. A noite era escura, os primeiros matos que passaram pelo seu corpo e por seu rosto, numa velocidade de vertigem, pareciam-lhe frios, à proporção em que se distanciava, perdia-se como se mais uma vez estivesse caindo num mergulho e procurasse as profundezas do rio, impossível de alcançar (LOUZEIRO, 1977, p. 161-162).

Vale lembrar que esse fragmento ficcionaliza um acontecimento real e é fruto da investigação de José Louzeiro, a partir de uma denúncia recebida de uma fonte anônima. A denúncia, como alega Eduardo (2013), “afirmava que ‘incompreensivelmente’ inúmeras crianças, certamente dezenas, apareceram no município de Camanducaia, em Minas Gerais”. As crianças, acrescenta o autor, “teriam sido largadas no local, ‘desovadas’, como restos deixados num lixão ou num ferro-velho. Nus, machucados, espancados, alguns próximos à morte” (EDUARDO, 2013, p. 87).

Com *Querô*, o desfecho não é diferente. O menino passa a vida entre apreensões e fugas de reformatórios e casas de custódia. É aliciado por agentes públicos. Dois policiais o capturam e, em troca da sua liberdade, pedem que o menino cometa atos ilícitos e que pague uma parte para eles. Revoltado, o garoto mata violentamente os agentes e, com isso, passa a ser alvo de uma mega operação, que termina com a sua morte.

É a partir da representação desses eventos que acessamos os mais elevados graus de desumanização alcançados pelo regime militar e suas políticas, não só na violência contra seus opositores, como é sabido, mas também contra a camada mais empobrecida da sociedade. A herança desse período nos ronda até os dias de hoje, muitas vezes camuflada e não associadas de forma clara, como é o caso do aumento da desigualdade social e da configuração forçada dos centros urbanos. Reinterpretar esses eventos mostra-se, então, como um movimento necessário tanto para um exame mais eficiente da história quanto para um olhar mais atento ao presente. Só diacronicamente parece ser possível suplantar os postulados já tão consolidados e explorar suas incongruências.

Deste modo, numa abordagem dialógica entre textos teóricos, históricos e literários, foi possível entender a ditadura militar brasileira como um forte agravante do processo de configuração das cidades. As diretrizes políticas e econômicas do Regime não só acentuaram como multiplicaram em larga escala as situações desiguais de sobrevivência já tão presentes. Com o intuito de esconder o resultado óbvio dessa operação, disponibilizou-se a máquina e as forças estatais para por em prática um hediondo processo de limpeza dos centros urbanos, que,

além de segregar, perseguiu, torturou e matou a população marginalizada, tirando-os desde o direito à cidade até o direito à vida.

Na sequência, trataremos de refletir acerca das instituições que protagonizaram as políticas de controle social durante o regime militar. Instituições as quais já abordamos de modo introdutório, mas que carecem de um olhar mais paciente e atento. O modelo assistencial punitivo ao qual Becher (2016) faz referência tem nesses espaços o seu maior expoente. Instrumentalizadas de forma ímpar pela ditadura, sob o pretexto de educar e ressocializar, essas instituições funcionavam, na verdade, como depósitos de seres humanos, sobretudo no que se refere ao tratamento dado à criança e ao adolescente marginalizado durante o período. Nelas, os menores recolhidos das ruas, eram escondidos do olhar reprovador de uma cidade ressentida.

5.2 Um lugar onde morrer mil mortes (ou uma máquina de fazer marginais)

A questão dos menores e sua relação com as leis nunca foi assunto fácil. Tanto é verdade que, hora sim, hora não, esse debate emerge nas sociedades contemporâneas. No caso do Brasil, sobretudo nos últimos anos, o tema muitas vezes se reduz à questão da redução da maioridade penal. Deixando claro que, enquanto país, parecemos estar muito mais preocupados com políticas punitivas do que com políticas assistenciais ou educativas, por exemplo.

Essa lógica é representada de forma explícita nas narrativas abordadas. À exceção de Querô, não há menções de que os meninos já tivessem frequentado espaços de escolarização, lazer ou cultura. Ainda assim, quando Querô relata a experiência com a escola é para retratar seu insucesso: “[...] já estava no terceiro ano do grupo, repetindo pela segunda vez – eu não tinha cabeça pra aprender, não gostava da escola, uma porra, as coisas não entravam em mim” (MARCOS, 1977, p. 12).

Sem acesso a direitos básicos, e muitas vezes sem casa, sem família e sem perspectivas de vida, as únicas instituições nas quais ingressam são as de caráter socioeducativo. Espaços que, em tese, deveriam ressocializar, escolarizar e até mesmo profissionalizar esses indivíduos. No entanto, falham drasticamente em suas funções primordiais, concentrando-se quase que exclusivamente no ato de punir. Punição essa que, aliás, não aparece imputada somente aos atos infracionais eventualmente cometidos pelos meninos, mas, também, à condição de abandono, à pobreza e à miséria.

Já se disse em momento anterior que, durante a ditadura militar, o Estado alterou drasticamente suas políticas de assistência social. A partir dessas alterações, como vimos, questões como o crescimento da população em situação de rua e a forte presença de menores nesses grupos passaram a ser tratadas como problema de segurança nacional. Essa recategorização transformou espaços destinados à ressocialização de crianças e adolescentes abandonados ou em conflito com a lei em verdadeiras prisões de menores, e seus efeitos atingiram até mesmo instituições não correcionais, como, por exemplo, internatos e orfanatos. Pixote, quando vai ao cemitério encontrar os amigos, mesmo com um olhar infantil, tece algumas comparações:

Segui pela rua lateral, passeio de cimento esburacado, restos de vela queimadas no pé do muro longo e triste, os portões de ferro pesados, tapados com folhas de lata pintadas de preto. Chegou a imaginar que os portões e o muro servissem para as almas não fugirem. Como nas prisões ou no internato onde estivera seis meses, até que Estrelado conseguiu que fugisse (LOUZEIRO, 1977, p. 11).

São inúmeros os momentos em que a proximidade entre essas instituições são exploradas nos romances. Além da similaridade estrutural, como percebe o menino, há, também, aproximações de caráter funcional e procedimental. Prisões, orfanatos, internatos, abrigos, casas de custódia, reformatórios etc., durante o Regime, cumprem mais ou menos a mesma função: manter fora da vista e sob irrestrito controle os indignos que ocupar o espaço urbano. Muros, cercas, grades tapadas e quartos-cela, características comuns a esses espaços, assumem, nesse contexto, não só a função de impedir a fuga, mas, também de invisibilizar os aprisionados e as barbáries praticadas contra eles dentro desses lugares.

Querô, depois de ser preso e torturado por policiais é mantido em uma cela na delegacia, esperando que os hematomas sumissem para ser encaminhado ao juiz de menores, como bem lembramos. E quando colocado na presença do Juiz, o menino passa por uma espécie de interrogatório:

— Como é seu nome?
 — Jerônimo da Piedade.
 — Nome do pai?
 — Desconhecido.
 — Nome da mãe?
 — Alzira da Piedade. Falecida.
 — Onde nasceu? [...]
 — Em santos.
 — Tem apelido?
 — Querô.
 — Tem algum sinal característico?
 — Um talho no joelho.

- Tem alguma doença?
- Acho que todas.
- É possível. Mas também pode ser que seja sujeira e fome só. Quem é responsável por você?
- Ninguém (MARCOS, 1977, p. 29-30).

Esse fragmento evidencia algumas questões. A primeira se refere ao fato do menino ter sido condenado antes mesmo do encontro com o juiz, sem a apresentação de uma acusação formal e sem direito à defesa. A segunda tem a ver com o modo como se dá o interrogatório, que se assemelha ao preenchimento de um simples formulário. Não há análise de provas ou oitiva de testemunhas. Inexiste também a presença de alguém capacitado (advogado ou assistente social) para intermediar a relação do garoto com o magistrado. E mesmo sem todos esses elementos que caracterizariam a situação como um julgamento, é proferida uma sentença: privação de liberdade. O que nos leva a crer que a decisão tomada sofre forte influência de aspectos sociais. Sujo, com fome, sem pai, sem mãe, sem ninguém que zele por ele. À situação de abandono constatada, o juiz responde: “Está bem. Nós cuidaremos de você. Chamou um paspalhão que passava por ali e deu a ordem: — Acompanhem este menino. Ele vai ficar conosco” (MARCOS, 1977, p. 30).

A criminologista Vera Malaguti Batista chama atenção para o fato desse formulário, que classificamos como simples, conter, na verdade, perguntas de cunho moralista e preconceituoso, que tinham como objetivo obter informações sobre a estrutura familiar e a condição socioeconômica daqueles que eram apresentados aos juizados. A partir dos aspectos que eram identificados nesse momento é que a decisão seria fundamentada. Batista transcreve perguntas reais contidas nesses interrogatórios, que muito se aproximam das feitas no episódio ficcionalizado por Plínio Marcos.

Algum ascendente ou colateral é, ou foi, alienado, deficiente mental, epilético, vicioso ou delinquente? Há concordância doméstica, respeito conjugal, sentimentos familiares? Qual caráter e moralidade, seus hábitos e inclinação? É cruel, violento, hipócrita, tímido, generoso ou egoísta, viril ou afeminado, mentiroso, desobediente, preguiçoso, taciturno (calado, fala pouco) ou loquaz (fala muito) rixoso, desonesto ou vicioso, dado ao roubo ou furto? Sua linguagem é correta ou usa de calão, de expressões baixas e indecorosas? (BATISTA, 2003, p. 69).

A figura do juiz de menores assume centralidade nesse período, no que se refere ao trato de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social ou em conflito com a lei. Muitas vezes, como vimos na obra de Plínio Marcos, sem distinguir vulnerabilidade e prática de ato infracional. Conduta que se justifica a partir da legislação vigente na época. Samuel Gachet, em pesquisa recente sobre adolescentes em privação de liberdade e medidas socioeducativas, traça

um panorama evolutivo acerca das instituições socioeducativas e assistenciais no cenário brasileiro. Em sua tese de mestrado, o professor revisita os postulados e as leis que, durante boa parte do século XX, deram o tom das políticas públicas que trataram da temática antes e durante a ditadura militar.

De acordo com Gachet (2019, p. 35), a preocupação referente a crianças e adolescentes no Brasil tem sua gênese na segunda metade do século XIX, a partir de dois marcos históricos: a implementação da Lei do Ventre Livre (norma que determinou que os filhos de escravizados nasceriam livres) e a implementação da Lei do Sexagenário (norma que tornou livres os escravizados com idade igual ou superior a 60 anos). Como as leis liberavam os escravizados, mas não lhes garantia condições de vida e de desenvolvimento, uma crescente população marginalizada começou a se formar. Nesse cenário, muitas crianças, filhas de escravizados, passam a ser abandonadas na *roda dos expostos*, instaladas em instituições assistencialistas como, por exemplo, Casas de Misericórdia.

Só em 1902, no entanto, por intermédio da lei da Lei n. 844, é criado o Instituto Disciplinar, que posteriormente passou a se chamar Unidade Educacional Modelo e Colônia Correccional. A instituição tinha como objetivo reeducar, instruir e profissionalizar jovens entre 9 e 21 anos, mas na prática, as atividades do local eram basicamente repressivas e correccionais. É desse modo que, de maneira muito rudimentar e notadamente pautada em aspectos sociais, tem início a história jurídica associada à infância e à juventude no país (GACHET, 2019, p. 35-36).

Esse cenário só teria perspectivas de mudança em 1924, com o surgimento da Declaração dos Direitos da Criança, reconhecida posteriormente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. A repercussão do documento influenciou o mundo inteiro, proporcionando a inauguração do primeiro Juizado Privativo de Menores da Capital Federal e a nomeação do primeiro Juiz de Menores do Brasil, o jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, em 1924. Nome que, posteriormente, ressurgiu na criação do Código de Menores de 1927, ficando conhecido como Código Mello Mattos, em homenagem ao seu idealizador.

O código, visto com entusiasmo à época, de fato, representou inúmeros avanços, muitos deles, inclusive, influenciaram boa parte da doutrina contemporânea sobre o tema. O maior deles, talvez, tenha sido a transformação da infância em objeto de Direito. Sem contar que previa, em caráter inédito, que esse problema social obtivesse intervenção estatal. Essa intervenção garantiria, em tese, que o tratamento dispensado à criança e ao adolescente em situação de abandono ou em conflito com a lei não fosse mais de caráter punitivo, e sim, assistencial, através de dispositivos educacionais e profissionalizantes.

No entanto, na contramão dos avanços, o código também mantinha a visão conservadora de que menores em situação irregular (expostos, abandonados ou delinquentes) representavam uma grave ameaça à sociedade e ao cidadão de bem. Embora não mais subordinados ao tratamento penal comum, os menores em situação irregular eram submetidos à internação compulsória em instituições muito semelhantes a prisões regulares. Internações essas determinadas pelo juiz de menores, com base em conceitos muito abertos como, por exemplo, desvio de conduta. O código também dotou o juiz de menores de amplos poderes normativos, que possibilitava que decidissem “ao seu prudente arbítrio”, o que, na prática, admitia apreensões e internações não fundamentadas. Gachet (2019), revisitando Boarini e Cunha (2010), analisa os impactos dessa mudança.

Com a mudança legal, os juízes de menores passam a concentrar o poder de decisão sobre as possibilidades de intervenção sobre os *menores*. Em contrapartida, o juiz podia determinar a classificação do *menor* como abandonado, delincente, vadio, libertino, mendigo ou pervertido, além de definir para ele o tempo de internação ou manutenção sob tutela nos casos em que o julgasse como potencialmente perigoso, mesmo que nada tivesse feito para justificar esse julgamento. O Estado julgava e separava crianças e adolescentes das famílias tidas como incapazes de cuidar deles. Assim, o Estado criminalizava os abandonados e propunha medidas que não tocavam nas causas condicionadoras de sua situação (GACHET, 2019, p. 38 apud BOARINI; CUNHA, 2010, p. 212).

Com a base do problema ainda sem atenção adequada, a questão não pode ser, de fato, resolvida. Outra tentativa foi a criação do Serviço Assistencial ao Menor (SAM), em 1941, que priorizava a recuperação pelo trabalho e tinha alguns objetivos pedagógicos. Todavia, ainda era visto com um “instrumento de repressão, [...] por sua natureza mais restritiva e corretiva do que protecionista” (GACHET, 2019, p. 39). Apesar de ter funcionado bem no início, o tratamento inadequado e a falta de recurso transformou essas instituições em escolas para aprendizado de crimes. Com o advento da industrialização da urbanização decorrente, o cenário piorou ainda mais.

Vários fatores, entre eles, a má distribuição de renda, proporcionaram um aumento vertiginoso no número de pessoas em situação vulnerabilidade, inclusive entre crianças e jovens, o que logicamente também aumentou o número de internos dentro dessas instituições. O fracasso do SAM frente ao problema persistente dos menores abandonados e infratores estabeleceu o cenário perfeito para a sua extinção, em 1964, pela ditadura militar. Evidente que, no lugar, seriam criados modelos mais condizentes com a política do Regime. Tem início, assim, um período trágico e de incalculável retrocesso.

Os tímidos avanços alcançados com o Código de Menores de 1927 estiveram suspensos durante o governo dos militares. Esse período coincide com a implantação da chamada Política Nacional do Bem-estar do Menor (PNBEM), que proporcionou a criação da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM) e das Fundações Estaduais de Bem-estar do Menor (FEBEM's). Com esse novo modelo sob a tutela dos militares, através da Escola Superior de Guerra, a questão passou a ser tratada como um problema de segurança nacional. Essas fundações, na prática, tornaram-se exclusivamente punitivas e funcionavam como uma espécie de cadeia de menores, que, com táticas de guerra, violentavam, castigavam fisicamente, torturavam e matavam os internos, fossem eles infratores ou não. O projeto deu cabo da necessidade histórica de controle sobre a população pobre e marginalizada. A partir dele,

[...] os adolescentes sofriam com julgamentos unicamente punitivos, realizados pelo Juizado de Menores, mesmo que não estivessem envolvidos com práticas consideradas atos infracionais. As unidades da Febem separavam seus internos do restante do mundo por meio de seus muros, mas o abismo maior era construído pelo processo de destruição das identidades, feito pelo corte padrão do cabelo, dos uniformes e uso excessivo de violência dos agentes. A instituição dominava fortemente todos os que por lá passavam e as rebeliões eram frequentes e desastrosas para quem as praticava. O grito desesperado para que pudessem ser ouvidos e para que de alguma maneira a violência pudesse diminuir gerava ainda mais repressão e controle (GACHET, 2019, p. 39).

Michel Foucault, em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2017) analisa essa histórica necessidade burguesa de controlar as massas através da vigília e da punição. O filósofo argumenta que com o passar do tempo, sobretudo com as alterações nos modelos políticos e econômicos, surge um novo sistema de controle dos indivíduos. Baseado na docilidade e na disciplina, esse sistema tem nas instituições prisionais seu maior instrumento. Substituindo, em tese, o espetáculo punitivo, onde os castigos físicos e as execuções públicas eram frequentes.

Essa categoria de punição, que tem o corpo como alvo principal, é como o autor define o suplício, uma espécie de ritual que impõe ao condenado uma pena corporal dolorosa, intensa e prolongada, que tanto marca as vítimas quanto evidencia o poder de punir. Para Foucault,

Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decapitação – que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e num só instante: o grau zero do suplício – até o esquetejamento que os leva quase ao infinito, por meio do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo: a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em “mil mortes” [...] O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. [...] Há um código jurídico da dor: a pena, quando é suplicante, não se abate sobre o corpo ao acaso ou

em bloco: ela é calculada de acordo com regras detalhadas (FOUCAULT, 2017, p. 36-37).

O suplício se configura, então, como uma liturgia punitiva que perpassa a camada das mil mortes, através dos critérios estabelecidos pelo filósofo. Dos três critérios anunciados, dois encontram-se claramente marcados no excerto: 1) a adoção dor como pena e 2) a correlação do sofrimento causado com o delito praticado. O terceiro critério e, talvez, o mais elucidador, trata da simbologia do suplício, cujo efeito esperado alterna-se entre marcar e impressionar. Foucault subdivide o último critério em duas partes, a primeira delas estabelece a relação com os punidos. Nesse sentido, o suplício,

Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; traça em tomo, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados (FOUCAULT, 2017, p. 37).

A segunda, por sua vez, estabelece relação com quem pune, com o poder de punir, ou seja, a justiça. Além disso, pela ostentação da sua força, observada por todos em seu extremo, induz o medo naqueles que também são passíveis de punição. O controle do corpo, então, não se sobrepõe apenas aos condenados, mas também àqueles que assistem, ou que por outro meio tomem ciência. Pela perspectiva da justiça,

[...] o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo. O próprio excesso das violências cometidas é uma das peças de sua glória: o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes não constitui algo de acessório e vergonhoso, mas é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força. Por isso sem dúvida é que os suplícios se prolongam ainda depois da morte: cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos à beira das estradas. A justiça persegue o corpo além de qualquer sofrimento possível (FOUCAULT, 2017, p. 37).

Fato é que, como argumenta Foucault no decorrer de sua obra, esse modo de punir encontra seu declínio entre o final do século XVIII e o começo do século XIX. A pena, que agora não tem mais no sofrimento sua maior arma, é deslocada para a restrição de liberdade, sobretudo em seu caráter temporal e espacial. O controle que se fazia através da quantidade de dor aplicada, é exercido agora sobre o lugar no qual esse indivíduo é mantido e sobre as atividades que ele pode ou não realizar. É quando “O corpo e o sangue, velhos partidários do fausto punitivo, são substituídos” (FOUCAULT, 2017, p. 21).

Não é isso, no entanto, que constatamos nas obras de Marcos e Louzeiro. A representação das instituições punitivas é evidente, mas a manutenção do suplício também. Enquanto o aparato jurídico ao redor do mundo, sobretudo no ocidente, pareciam caminhar em uma direção hipoteticamente mais humanista, o Brasil do século XX percorria o caminho oposto. Fundamentadas por um regime de exceção, as práticas punitivas do período resgatam a memória do poder soberano, visto em Foucault. Ainda que não mais concentrado na figura de um rei, o poder de punir direciona-se outra vez ao corpo, seja para humilhar, castigar, torturar ou matar. Sem se desligar, porém, da restrição de liberdade, que, nesse contexto, não substituiu integralmente o suplício, mas proporcionou novos lugares para a sua execução.

As prisões e as celas de delegacias certamente representam esses lugares, como constatado em muitos dos episódios em que os meninos são espancados, torturados e mortos. No entanto, a descrição dos episódios que ocorrem dentro de instituições socioeducativas demonstra, em boa medida, muitas semelhanças. Sentenciado a cumprir medida socioeducativa, Querô chega a acreditar que seria vantajoso ficar em um abrigo, mas logo descobre que as promessas de cuidado feitas pelo juiz de menores não se concretizariam.

Aí, nessa merda de cadeia de pivetes que eles chamavam de Abrigo de Menores, eu pensei que ia pegar moleza. [...] Pensei. Mas, me enganei. Logo de saída, bateu sujeira. Cheguei bem na hora do recreio. A turma toda estava no pátio, mas tarde fiquei sabendo que ali, o dia inteiro, era assim. Ninguém fazia nada (MARCOS, 1977, p. 30).

Querô imediatamente percebe que a estrutura da unidade é bem parecida com a da delegacia; os quartos-cela, as grades, os banheiros, os guardas e a solitária. É, inclusive, nesse último espaço, de confinamento extremo, que o menino é colocado após se envolver em uma briga com outros internos. O castigo para os maus comportados era ficar isolado dos demais. A clausura dentro da clausura. Após separarem a briga,

Os guardas me arrastaram para outra cela-surda, que ali eles chamavam de chiqueirinho e que era pior do que a da cadeia. Mais escura, fedorenta, com mais ratos, baratas, muquirana e muito mais apertada. Mal dava pra gente se mexer. Um nojo. [...] Ali, naquele escuro, chorei. Não foi de raiva. Chorei de medo. Das baratas, dos ratos, do escuro, das pessoas, da vida, da puta da vida. E tudo que cresci na cela-surda da polícia, encolhi ali no chiqueirinho (MARCOS, 1977, p. 32-33).

Em *Infância dos mortos*, os episódios se desenvolvem de maneira similar. Dito e o amigo Fumaça, entre capturas e fugas, são apreendidos por policiais mais uma vez. Enquanto voltavam de um encontro com o traficante Cristal, foram encurralados por um carro com três homens, que Dito prontamente reconhece: o delegado e os capangas que o prenderam e

torturaram quando foi detido pela primeira vez. Um dos policiais confisca o pagamento feito pelo traficante aos meninos e adverte que não precisarão daquilo no lugar para onde vão. Dito e Fumaça são jogados dentro do carro e a viagem segue até que um deles ordena que parem. Tem início, então, um violento interrogatório. Os homens querem saber quem é o mandante dos delitos cometidos pelos meninos e não economizam forças para tentar obter tais informações.

Dito não responde. Pega-o pelos cabelos, puxa-o para frente, aplica-lhe uma joelhada no estômago. O garoto protege-se como pode, o parrudo acerta-o com um pontapé, ele roda, nova pancada é aplicada nas costas, agora o parrudo tirou o cinto, bate-lhe do lado da fivela. O soco no rosto o derruba. O branco volta a segurá-lo pelos cabelos. [...] Dito é agarrado, os braços torcidos, uma das pernas estiradas. O carro está perto. [...] — Vê bem, garoto, tu te abre, ou vai ficar com o pé debaixo do carro. E não pensa que se tá com pressa. O carro vai parar no teu pé, até dar o serviço (LOUZEIRO, 1977, p. 91).

Fumaça assiste tudo de dentro do carro, sob a vigília de um dos policiais que o alerta: “— Aguarda tua vez. Não fica te gastando à toa” (LOUZEIRO, 1977, p. 92). Um dos agentes que está segurando Dito faz sinal ao motorista para que pare o carro com a roda em cima do pé de do garoto. O menino reage aos berros. Quando “o policial solta-o, ele tenta arrancar com as mãos o pé sob a roda do carro, bate-se na lataria, cai e levanta, ergue os braços e cobre o rosto, Fumaça chora só de ouvir o companheiro sofrer [...]”(p. 92). O agressor sorri ao ver que “Dito tem uma perna encolhida, as lágrimas misturam-se à baba que escorre dos beiços” (p. 92). O outro policial “aplica-lhe uma cutelada no pescoço, ele desmaia” (p. 92). Em seguida, ordena que trouxessem o próximo.

Aos gritos, “O pequeno é arrastado e atirado ao lado de Dito. Fumaça olha o pé achatado, o sangue correndo” (LOUZEIRO, 1977, p. 92). Fumaça implora e diz não saber de nada, mas o policial “diverte-se com a aflição do garoto” (p. 92). Um deles “[...] segura-o pelas orelhas. Abaixa-lhe violentamente a cabeça, bate-lhe com o joelho no rosto. O pequeno cai de costas na grama (p. 92). É erguido novamente por um dos homens e imobilizado com um canivete no queixo. “— Um pio mais, seu corno de merda, e te espeto até o céu da boca” (p. 92), ele diz. No intuito de cessar a tortura, Fumaça dá uma informação falsa e diz que Dito pode confirmar. Os homens mostram-se temporariamente satisfeitos e concordam em terminar o trabalho na delegacia. “— E o pé do pivete?”(p. 92), indaga um deles”. “— Deixa ele com o plantão do pronto-socorro. Foi atropelamento e ponto final” (p. 92), responde o outro. Antes de partir, Dito, ainda desmaiado, e Fumaça, ainda aos prantos, são jogados dentro do carro.

Esse episódio remonta muitos outros que vimos durante o desenvolvimento deste trabalho. Já tratamos, inclusive, sobre a delimitação conceitual acerca da tortura na sessão 4.2

do capítulo 4, intitulado *Violências, no plural*, onde se buscou diferenciar os tipos de violência às quais os meninos são constantemente expostos durante as narrativas. . Na ocasião, com base em Gonçalves, vimos que a tortura difere da violência física pura e simples porque evidencia aspectos de intencionalidade. A autora divide a prática em dois campos, que embora não se diferenciem em seus mecanismos, buscam resultados distintos. A primeira, chamada de “tortura-prova”, aplica-se com o intuito de obter informação ou confissão, como é o caso do último episódio destacado. Ao passo que a segunda, denominada “tortura-pena”, aplica-se como forma de castigo, onde se submete a vítima “a um intenso e diferenciado sofrimento físico ou psíquico” (GONÇALVES, 2013, p. 275). Essa última forma de tortura é a que predomina dentro dos espaços nos quais os garotos são mantidos. A ela, também, ligam-se mais facilmente as considerações de Foucault sobre os suplícios.

Foucault, analisando o contexto francês entre os séculos XVI e XVIII, no que se refere ao desaparecimento dos suplícios, constata que “talvez, tal desaparecimento tenha sido visto com muita superficialidade ou com exagerada ênfase como “humanização” que autorizava a não analisá-lo” (FOUCAULT, 2017, p. 13). E mesmo considerando as transformações institucionais, a adoção do júri e a definição do caráter essencialmente corretivo da pena, observa que o que se estabelece de fato são “Punições menos diretamente físicas, uma certa discricção na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação” (p. 13).

Somente entre o final do século XVIII e começo do XIX é que é possível correr o risco de dizer que “[...] desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal” (FOUCAULT, 2017, p. 13). Esse momento é denominado pelo filósofo como a “época da sobriedade punitiva”, na qual se pode “considerar o desaparecimento dos suplícios como um objetivo mais ou menos alcançado” (p. 19). Foucault chama atenção ainda para o problema de tal evolução em termos globais, visto que “as transformações não se fazem em conjunto nem de acordo com um único processo” (p. 19). Houve atrasos e resistência de correntes conservadoras. Sem contar “a distorção entre a teoria da lei e a prática dos tribunais (longe de refletir o espírito da legislação)” (p. 20).

Esses percalços fizeram da redução do suplício uma tendência que não culminou no seu desaparecimento de fato. A prática da tortura continuou a fazer parte do sistema penal, “embora os mecanismos punitivos tenham adotado novo tipo de funcionamento” (FOUCAULT, 2017, p. 20). Além da discrepância entre a letra e a aplicação das leis, os espetáculos violentos e as

execuções públicas se mostravam uma prática cada vez menos aceita pelos populares, o que implicou uma recondução. De acordo com Foucault,

Foi necessário deslocá-la [...]; substituir a carroça por uma carruagem fechada; empurrar, rapidamente, o condenado do furgão para o estrado; organizar execuções apressadas e em horas tardias; finalmente, **colocá-la no interior das prisões e torná-la inacessível ao público** [...]; bloquear as ruas que davam acesso à prisão onde estava oculto o cadafalso e onde a execução se passava em segredo [...]; processar as testemunhas que relatavam o ocorrido para que a execução deixasse de ser um espetáculo e permanecesse um estranho segredo entre a justiça e o condenado (FOUCAULT, 2017, p. 20, grifo nosso).

Alguns dos procedimentos descritos restringem-se, pelo seu aparato, ao século XIX. No século XX, não existem mais, em regra, a carroça, a carruagem, as execuções marcadas ou o cadafalso (forca, guilhotina). No entanto, a lógica de perpetuar tais práticas tornando-as inacessíveis, perdura. Com as instituições prisionais construídas cada vez mais distantes dos centros e protegida por muros cada vez mais altos, também não é preciso bloquear estradas.

Longe do alcance dos olhos da lei e do povo, o corpo dos condenados sofria, e ainda sofre a dor dos suplícios. Esse poder sobre o corpo, argumenta Foucault, “tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX” (FOUCAULT, 2017, p. 20). E ainda que a pena não fosse mais centralizada no suplício, “[...] castigos como trabalhos forçados ou prisão — privação pura e simples da liberdade — nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra” (p. 20-21).

Dentro das narrativas, um exemplo bem categórico desse caso, é o que sucede o interrogatório sofrido por Dito e Fumaça. Após ser jogado desacordado dentro do carro em companhia do amigo e dos policiais, Dito acorda, ainda tonto pelos efeitos da anestesia, em um lugar desconhecido e tenta compreender onde está: “Olhou o teto baixo, as paredes brancas e sujas, a lâmpada acesa. Tentou mover-se, percebeu que um dos braços estava preso à cama. O salão era uma espécie de enfermaria, embora as outras camas estivessem desocupadas” (LOUZEIRO, 1977, p. 95). O menino sente tanta sede que “Não se recorda de ter, anteriormente, tanta vontade de tomar água” (p. 95). Enquanto se move, percebe que uma das pernas está engessada e vai lembrando lentamente do ocorrido.

Consumido pelo desejo intenso de beber água, Dito pensa em maneiras de conseguir sair da cama. Considera tentar quebrar a algema que o prendia, ou mesmo arrastar a cama na qual estava preso por ela. No entanto, “verificou que os pés de ferro estavam chumbados no cimento como todas as outras. [...] Nunca vira fixar camas no chão, como se jamais fossem necessitar removê-las dali” (LOUZEIRO, 1977, p. 98). Cogita, então, estar em algum setor do

Departamento Correccional de Menores. Enquanto o tempo passa e nenhuma ideia nova de como fugir lhe ocorre, o menino ouve algumas vozes.

E, com as vozes, os passos. Eram pelo menos dois homens. Apoiou-se no colchão, viu-os entrar. Um era bastante gordo, estava metido num uniforme e trazia uma bandeja. O outro usava blusão e um chapuzinho de feltro. Teve vontade de rir quando os viu se aproximando. De onde teriam surgido, já tão tarde, quando a sede o havia afastado de qualquer possibilidade de crença? Agora, estavam perto. Bem perto. O de chapéu de feltro pegou um mocho, colocou-o ao lado da cama, o gordo depositou a bandeja sobre ele. Os olhos de Dito fixaram-se na jarra de água, com pedras de gelo. E, infantilmente, pôs-se a rir e a dizer: água! água! O tipo de chapéu de feltro chegou-se mais perto. O que trouxera a bandeja apenas sorria. — Já sei. Tá querendo água. Mas aqui, para se querer uma coisa, tem de dar outra. Dito não podia entender. O que desejavam, em troca de alguns goles d'água? Os tipos não pareciam ter pressa (LOUZEIRO, 1977, p. 99-100).

Os homens prometem dar-lhe água em troca de informações. Diante da recusa do menino, um dos homens “Chega-se junto a Dito, derrama-lhe boa parte na cabeça. Ele se apressa em conseguir apanhar um pouco que seja com a língua, a água desce por sua roupa, desaparece no colchão” (LOUZEIRO, 1977, p. 100). Recolocando a jarra na bandeja, o homem se despede: “— Vamos embora. Quando quiser falar ele berra” (p. 100). Quando fica novamente sozinho, Dito tem um acesso de fúria e consegue quebrar a algema puxando o braço com força: “Agora, chorava baixinho e apalpava o braço que principiava a ficar adormecido. Enxugou o sangue com a fronha, correu logo para a jarra” (p. 101). Livre da algema e da sede, põe-se a observar a parte externa do lugar pelas grades da janela. Nota, então, “Só umas poucas lâmpadas acesas, longe, provavelmente em outro pavilhão” (p. 101). Em seguida, descobre que não é o único ali naquelas condições. Existem muitos outros em situação igual ou pior que a dele naquele local.

Caminhou pela varanda escura, viu o muro, os arames, as lâmpadas fracas. Não poderia fugir facilmente. Teria de atravessar o pátio e, depois, escalar o muro. Um dos guardas aproximava-se. Entrou num dos prédios. Estava todo escuro. Um garoto chorava, outros gemiam. Não tinha dúvida de que era uma espécie de solitária [...] As celas apareceram. Em todas elas havia muitos garotos. A maioria ainda estava caída ao chão. Só uns dois resistiam, magros, olhos fundos. Encostavam-se nas paredes, pernas alongadas, como se não tivessem mais ânimo de levantar-se. Um dos pequenos apenas acompanhava os movimentos de Dito. Mesmo que abrisse a tranca de ferro, não conseguiria mais sair dali. Simplesmente não tinha condição de mover-se. Dito se esforçou. Muniu-se de um pedaço de pau e terminou destravando a grade. Puxou o portão que se abriu com ruído, Chegou-se ao garoto. A voz era frágil e lamentosa. — Desde que botaram a gente aqui não nos deram comida. Cada semana vão tirando os que morrem primeiro. — Quem tá fazendo isso? — O inspetor-geral (LOUZEIRO, 1977, p. 101).

Nesta cena, Louzeiro ficcionaliza o que vimos em Foucault (2017, p. 20) e em Gonçalves (2013, p. 275). A prática da tortura converte-se em sanção, acentuada por condições degradantes e negligência. A privação de liberdade não corresponde à totalidade da pena. Dentro da instituição, os meninos são deixados sem comida por um longo período de tempo, tanto que são encontrados visivelmente fracos, magros e debilitados.

Dito resolve voltar à enfermaria em busca de água e comida que pudesse dar aos garotos, e, no caminho, continua a descobrir o local. Parece estar distante da cidade. Já ouvira a água do que julgou ser um lago, e agora “Sentia o cheiro da terra e das ervas penetrando-lhe as narinas” (LOUZEIRO, 1977, p. 102-103). Percebe, também, que há indícios de que os internos são forçados a trabalhar. Nota um “canto com carrinhos de mão, outro com enxadas e facões” (p. 103). Julga estar, então, em uma espécie de colônia agrícola e que os meninos estariam sendo punidos por problemas com o trabalho. Encontra, ainda, um almoxarifado com outros materiais. Vasculhando prateleiras e armários, encontra uma faca, e depositando-a em sua cintura, segue.

No caminho de volta, Dito ouve vozes e risos. Verifica que os sons procedem de um cômodo cuja porta trazia uma inscrição: inspetoria-geral. Anima-se com a possibilidade de encontrar o responsável por toda aquela barbárie. Nota, no entanto, três homens conversando. Põe-se à espreita para ouvir os casos que contavam aos risos. É quando ele percebe que o que descobrira até agora era apenas uma fração de um todo. Havia pavilhões para moças também. E pela conversa que ouvia, além de maltratadas como os meninos, também eram estupradas e feitas de escravas sexuais.

— Vai ser um mulherão. Tou acostumando no que quero, desde agora.
 — E ela não estrila?
 — No começo não queria. Depois viu que não havia outro jeito. [...]
 — E a crioulinha do pavilhão 3? Já foi com ela?
 — Tu acha que vou perder tempo com bagulho, cara!
 — Tá enganado. Fiquei umas duas horas com ela e quase passo a noite toda.
 — Eu prefiro a lourinha. A que tem cara de boneca chorona.
 — De que pavilhão?
 — Do 7. É na frente e atrás sem reclamação. [...]
 — Vai dar aporrinhção? Coisa nenhuma, cara! No máximo alguém sugere um inquérito.
 — E quem é que faz os inquéritos? — indaga o gordo.
 A risada é geral (LOUZEIRO, 1977, p. 103-105).

Diferente do período dos suplícios, a ilegalidade dos atos é clara nesse cenário. Tão clara quanto a certeza de impunidade. O que o carrasco representava, ao torturar ou executar um condenado, era a justiça em sua última instância, a vontade e a vingança do poder soberano do rei. Mesmo com toda a barbárie, as sentenças mantinham relação com as leis. As mudanças nas

formas de punição além de não abolirem de fato os castigos corporais, em boa medida ainda proporcionam o surgimento de novas maneiras de executá-los. O abuso sexual, nesse sentido, instaura-se como uma nova forma de punir, muito atrelada à condição privativa de liberdade.

No romance de Plínio Marques, *Querô*, após ser liberado da solitária, volta ao convívio com outros internos e é vítima de um estupro coletivo. Em busca de vingança pelo episódio da briga, os comparsas do outro menino envolvido anunciam de que forma se dará a revanche, com dia e hora marcados. Fato ao qual os guardas parecem indiferentes e, de certa forma, coniventes.

Na fila do refeitório, o garoto se apavora e perde a fome diante das ameaças que recebe. Um dos amigos chega a sugerir que a única maneira de se livrar era se relacionando com um dos funcionários, pois assim lhe dariam proteção: “O que tem aqui é gorgota. Esses vigias todos gostam de garoto. Tudo fanchona” (MARCOS, 1977, p. 37). Situação à qual Querô não cede. A tortura psicológica perdura até à noite, horário em que todos se juntavam na sala de TV.

Quando um vigia cismou, desligou a televisão. Foi uma zorra. A curriola fez um escarcéu. Vaiou. Mas, logo começaram a me olhar e rir. Foram saindo devagarzinho. E assobiando para mim. Um vigia, quando me viu sozinho ali, me empurrou pra fora, dizendo: — Vai, vai lá, que é tu mesmo que eles querem. Não esperneia, que é pior. Me levou pro alojamento, mostrou a cama vazia e disse: — É aí teu lugar. Virou as costas e saiu. Logo a luz se apagou. Eu não tive tempo de me mexer. Todos pularam em cima de mim. Me agarraram pelo pescoço e me taparam a boca com um travesseiro pra eu não gritar. Me deram pontapés e socos. Me derrubaram no chão, me rasgaram a calça, nem mexer as pernas eu podia. Estava preso pelos braços e pelas pernas. E me enrabaram. Quantos foram, não sei. Mas foram quantos quiseram (MARCOS, 1977, p. 38).

A situação vivida por Querô nesse episódio se assemelha àquela vivida por Dito quando acorda algemado à cama de uma enfermaria. As semelhanças não se limitam aos fatores degradantes aos quais são expostos. Elas se dão, também, na esfera subjetiva dos personagens, pois marcam de forma muito clara uma drástica alteração na tentativa de resolução dos seus conflitos. Em ambas as narrativas, é a partir desse momento que os personagens compreendem sua condição, e na impossibilidade de fugir dela por outros meios, adotam a vingança como a única saída possível, instrumentalizando a raiva, o ódio e o rancor que trazem dentro de si.

Dentro do abrigo de menores, Querô vai se tornando cada vez mais quieto e afastado dos outros internos. Sua quietude, no entanto, não reflete seu estado interior. Querô ocupa a maior parte do seu tempo pensando em modos de fugir e de se vingar de todos aqueles que julga responsáveis pela sua situação. Desacreditado da possibilidade de que as coisas seriam diferentes um dia e sem confiar em mais ninguém, o menino tece seus planos.

Jurei pra mim que eu ia ser mais eu. Ia ter banca no cais do porto. Ia arrumar um revolver e cagar e pisar em cima de meio mundo. Com uma arma eu virava o jogo. Ali no cubículo eu tinha certeza disso. Tá certo, de meu só tinha a raiva. Mas, nesse embalo é que eu ia. Raiva é um negócio que ninguém pode tirar da gente. Só podem dar mais. E com isso, eu ia ser a zorra mais sentida da vida de tudo quanto é filho da puta. Iria cobrar até o último tostão furado que negaram pra minha mãe. Pena! Que pena que minha mãe não pôde esperar pra me ver botando pra quebrar. Quando eu estalasse o gatilho na fuça do primeiro desgraçado que atravessasse o meu caminho, ela ia rir, rir muito. Assim é que tinha que ser comigo, eu pensava, ali, naquele momento. Na bala. No braço não ia dar sempre. [...] Sem quás-quás- quás, apertava em cima dos filhos da puta. E são todos filhos da puta. Todos. Ligado no revólver, cresci (MARCOS, 1977, p. 34).

Solitário, sem responder aos estímulos dos colegas, sem participar das atividades em grupo, Querô, durante quase um ano de reclusão, alimentava silenciosamente a sua raiva: “Só ia fazendo uma lista de todos que eu ia matar quando saísse dali. Se desse, não escapava ninguém” (MARCOS, 1977, p. 34). Ainda na instituição, o menino demonstra a seriedade dos seus planos.

Durante a fila do almoço, um amigo lhe contou que o encarregado pela cozinha, Seu Edgar, tinha demonstrado interesse por ele. O funcionário prometeu comida, trabalho, cama, quarto com televisão e geladeira para que o menino saísse do alojamento e fosse morar com ele nas dependências anexas ao refeitório. Conforme a fila avança, o cozinheiro aproxima-se por trás do garoto, esfregando-se nele e falando coisas em seu ouvido. Querô pensa em dar-lhe uma cabeçada no nariz, mas avista uma faca no balcão. Decidiu, então, suportar a situação até ter oportunidade de alcançar o objeto.

Aí, não vacilei. Pulei na faca. E antes do velho otário, porco, nojento perceber o que ia acontecer, ferrei ele. Espetei até o cabo na barriga e puxei pro lado. Virei as tripas do desgraçado. Ainda lhe dei duas facadas. Aí, começou a gritaria. Rodei a faca na mão e todo mundo se afastou. Eu fui me encaminhando para a porta. Os vigias andavam como baratas tontas. O mais palhaço dos vigias gritava: — Peguem ele! Peguem ele! Matou o Seu Edgar. Matou um dos nossos. Não sai vivo daqui. O primeiro que avançou levou uma cutucada. Pulou pra trás e os outros perderam a vontade de me agarrar. Fui me afastando. Um pivete deu um grito: — Pinote, gente! A hora é essa (MARCOS, 1977, p. 40-41).

Apesar dos esforços em conter a confusão, a rebelião seguida de fuga não foi impedida. Após quase doze horas fugindo, o garoto passa a noite dormindo em um casco de navio. Em seguida procura ajuda com conhecidos antigos, consegue algumas roupas e também algum dinheiro. Passa um tempo se escondendo, mas logo em seguida instala-se em uma pensão e as coisas começam a apresentar perspectivas de melhora: “Não me metia em confusão, não me enturmava, não queria enguiço, nem porra nenhuma. Fazia as coisas que sempre fiz antes de ir

em cana. Mas, sem alvoroço. Sozinho. Trabalhava nos biscates do cais do porto” (MARCOS, 1977, p. 51).

Embora a vida parecesse mais calma naquele instante, Querô ainda se sentia muito sozinho e atormentado psicologicamente por tudo que tinha passado. O fardo da vida que levava até ali começava a ser pesado demais para suportar, sobretudo sem auxílio: “De dia, pegando as sobras, e de noite tendo cada puto sonho fodido. [...] Tudo isso me assombrava. Eu estava ficando meio pirado da cuca. Até dei pra acordar gritando apavorado de noite” (MARCOS, 1977, p. 51). Todavia, o garoto começa a se estabilizar emocionalmente a partir da entrada de três personagens na narrativa: Gina de Obá, Pai Bilu de Angola e a menina Lica.

Aos cuidados de Gina e espiritualmente amparado pelo pai de santo, sua carência afetiva era progressivamente suprida. No terreiro, o menino ia a festas, comia, bebia e conversava com os santos e pretos velhos. Foi lá, inclusive, que conheceu Lica, por quem ficou prontamente apaixonado. O interesse romântico pela menina torna sua vida mais leve e faz com que ele comece a pensar em seu futuro.

Pensando nela, quando ficava sozinho no meu quarto, eu ficava numa boa. Não me lembrava da desgraça que me fizeram e que eu fiz. Já me sentia à vontade. Já não ficava mais nas encolhas. Me chegava nos pedaços que a curriola se juntava. Escutava papo, jogava sinuca, escutava histórias e tudo. Até pensava em dar um capricho em mim, pra ela me ver bem vestido. Parei de pensar tanto em arrumar um revólver, pra pensar em roupa. Era do caralho curtir aquela menina, a tal de Lica. Minha vida melhorou. Pai Bilu de Angola ia por mim e dizia sempre que eu ia me aprumar na vida. Eu estava botando fé. E sem me meter em salseiro, fiquei quase dois anos (MARCOS, 1977, p. 52).

Porém, para ir a uma noite de festa no terreiro, Querô precisava arrumar dinheiro para a passagem de ônibus. Queria muito ver Lica, “Só que não tinha um puto de um tostão furado no bolso” (MARCOS, 1977, p. 52). O menino busca pela cidade alguém que pudesse ajudá-lo, mas a procura não surte efeito. É quando decide apostar jogando sinuca em um bar. Ao perder a aposta e avisar que não tinha o dinheiro para pagar, Querô é xingado, humilhado, ameaçado e empurrado contra a parede. “Voltei a sentir a mesma vergonha que sentia lá no reformatório, com aquela gente me olhando como se eu fosse um esparro”, diz o menino. “Voltei a cismar com a porra do revólver” (p. 58). Com a promessa de que pagaria até a meia-noite daquele dia, o garoto deixa o bar.

A raiva e a vergonha eram tanta que o menino não percebe que estava sendo seguido. Quando viu, já era tarde. Eram os dois policiais que o haviam prendido no caso do gringo no cais do porto. Os homens fazem uma proposta: Querô daria um jeito de pagar a eles uma determinada quantia por dia e, em troca, eles não o prendiam de novo. E, de brinde, dariam um

jeito no homem por quem fora humilhado e ameaçado no bar. Declinar da proposta, no entanto, não era uma opção. Os policiais o espancaram até que ele aceitasse. Depois de socos nas costelas, joelhadas no peito e chutes na barriga, o trato é selado e Querô é largado jogado no chão quase morto.

Enquanto se recupera da surra, aos cuidados de Gina, Querô pensa em como matar os policiais: “Ou eu matava os dois, ou ia me foder pro resto da vida. Eles nunca mais ia sair de cima de mim” (MARCOS, 1977, p. 64). A oportunidade surge quando Querô encontra um ex-colega do reformatório. Zulu, que limpava os banheiros com ele, ressurgiu alinhado, bem vestido e tirando vantagem da visível diferença entre eles. Diz que melhorou de vida, que agora vende drogas, tem muitas mulheres e até uma arma: “trinta e oito. Novinho. Uma máquina bonita. Dessas que ganham a guerra só com a presença” (p. 74). Querô não sente medo. Apenas reconhece a oportunidade e aguarda uma chance de tirar a arma da mão de Zulu. Quando consegue tomar a arma para si, depois de brigas e ameaças, o garoto resolve começar ali mesmo sua vingança.

E mandei ver. Dei no gatilho. O arrebite entrou bem na testa do Zulu, no meio dos bicos de luz da cara preta. Escutei o estouro do tiro e da cabeça do negritinho. Foi um barulho de bolha furada. O melado correu. O miolo dele pulou. Devagar, bem devagarinho, o Zulu foi tombando pro lado e desabou. [...] Tinha matado um e o primeiro é que é difícil. Quem faz um, faz mil. Eu era mais eu. Com o revólver não seria mais esparro de ninguém (MARCOS, 1977, p. 79-80).

A vingança contra os policiais, Nelsão e Sarará, também não tardaria. Dito sai à procura dos homens e encontra os dois em um cabaré. Planejara ser discreto, mas quando os encontra não consegue se controlar.

Aquele cheiro de perfume de puta entrou no meu nariz, senti gosto de sangue na boca, meus olhos começaram a arder e eu aí não vi mais porra nenhuma. Puxei o trinta e oitão e despejei. [...] Aceitei o Nelsão e vi o putto cair. Mas, errei o Sarará. Adivinhei que ia ter pra troca. Só que eu estava doido. Corri pra dentro. Jogando todas. Bala não tem leme. O Sarará atirava bem. Senti uma picada no ombro. Outra na perna. Vi uma puta sangrando e berrando. Avancei. Avancei. Bam. Bam. Bam. Botei três no Sarará. Três. Uma na cara. Ele quis correr. Sei lá. Meti uma nas costas e uma na bunda do filho da puta. O rato nojento caiu. Caiu gelado. Juro, tenho certeza que ele caiu apagado. Apagou antes de cair no chão. [...] Encostei no balcão e senti a perna. Era uma picada. Só uma picada. Carreguei a arma de novo. Nesse movimento, meu braço, meu ombro doeu. Doeu pra caralho. Olhei em mim e vi que estava todo melado. Me apavorei. Eu fui trouxa. Armei o salseiro, mas não armei direito. Não me cobri. [...] Mas foda-se. Fiz minha parte. Os ratos deitaram. Chegaram no inferno antes de mim (MARCOS, 1977, p. 83-84).

O episódio prossegue com a fuga de Querô, que busca asilo no terreiro do pai Bilu, onde é capturado e morto por policiais em uma mega operação. Sua morte foi sentida por Gina, por

Lica e pelo pai de santo, mas foi muito comemorada pelos policiais, que “muito alegres, entraram em seus carros e partiram com as sirenas ligadas” (MARCOS, 1977, p. 98).

A questão da violência, em suas mais diversas formas, que abordamos no decorrer deste trabalho, a essa altura já está clara. No entanto, nesta última etapa, voltamo-nos para a análise dos efeitos produzidos por um sistema correcional autoproclamado socioeducativo. Os episódios protagonizados por Querô servem de mote para que possamos compreender os resultados que decorrem de um modelo punitivo que tem como recursos principais a privação de liberdade e o domínio violento dos corpos dos indivíduos.

Como foi possível notar nos excertos literários, o tempo que o personagem passa no abrigo de menores está longe de ser um período de recuperação. Até o momento de sua fuga, o que se nota é a degeneração constante e gradual da sua condição de vida, seja em aspectos físicos, emocionais ou psicológicos. A violência e as injustiças sofridas terminam, na verdade, por acentuar traumas já existentes ao passo que cria inúmeros outros, fazendo com que a instituição falhe em seus principais objetivos: reeducar, ressocializar e reintegrar.

Outro aspecto nítido na evolução das narrativas é o fato de que aqueles indivíduos que são submetidos à privação de liberdade e ao tratamento violento que recebem dentro das instituições não são, em nenhuma instância, reabilitados. Os resultados alcançados se mostram, no mínimo, contraditórios. Visto que estigmatiza, segrega e torna os sujeitos exponencialmente mais violentos, apáticos e propensos a reincidir no ato infracional.

Em trabalho que investiga o comportamento violento de adolescentes internos da FEBEM/SP, Gabriela Balaguer, pelo viés da psicologia social, busca estabelecer os fatores responsáveis pela intensificação dessa conduta. De acordo com a autora, “a violência é a maneira mais imediata e a mais frequentemente usada para responder a uma outra violência”, se configurando como uma “reposta prevista e esperada” diante das condições vivenciadas nesses espaços (BALAGUER, 2005, p. 100).

Essa violência que surge como resposta é a manifestação de “um descrédito absoluto de outra alternativa de existir socialmente que não seja matar ou morrer, ser agressor ou ser vítima” (BALAGUER, 2005, p. 101), sentimento que é somado ainda à sensação de “não ser nada” e de “não ter nada a perder”. Esses jovens, como os personagens de *Infância dos mortos* e *Querô*: uma reportagem maldita, são desprovidos de

[...] qualquer esperança em relação às promessas de um mundo melhor, feito de reconhecimento dos seus direitos e do valor de cada uma de suas vidas. Trata-se de viver apenas com o único objetivo de se livrar da ameaça dos outros; já que a vida deles se apresenta como não fazendo diferença no mundo, por que não mostrar

violentamente a mesma indiferença em relação à vida dos outros? (BALAGUER, 2005, p. 101).

O episódio em que Querô mata os policiais se alinha com essa perspectiva tanto no sentido de matar para se livrar da exploração e da ameaça quanto no de devolver a violência sofrida. Balaguer afirma que, embora não haja uma única forma de entender a violência que emerge desse contexto,

[...] ela pode portar sim uma esperança de reencontro com um mundo rompido, um mundo que não suporta a subjetividade; e, no limite, ela também parece ser o recurso único de se viver já sem esperança alguma de obter qualquer reconhecimento como um verdadeiro sujeito, superando os polos da vítima e do agressor. Há um sentimento de ser ou não ser, ser ou ser aniquilado pelo mundo: “ou eu ou o outro”. Isso aparece como “não vale a pena sair da vida do crime, pois de que adianta já que se pode ser, em algum momento, aniquilado pela polícia?” De que adianta a tentativa de confiar no mundo, se ele pode pegar de surpresa e arrebentar a vida? Entre estes, a dimensão da culpa e da responsabilidade pelo ato parece inexistir, pois, entre eu e o outro, sou mais eu (BALAGUER, 2005, p. 102).

Em *Infância dos mortos* também é possível notar elementos que corroboram a falência dessas instituições e depõem contra o discurso humanista por trás de práticas tão perversas. O produto resultante, é claro, dificilmente poderia ser outro. Esse mecanismo, que sequestra socialmente, configura-se nas narrativas como a última e decisiva etapa de um sistema que interfere desde muito cedo na vida dos personagens. Primeiro como abandono, passando por condições desiguais de sobrevivência, por invisibilização das suas identidades, até, por fim, a criminalização.

É seguindo essa linha que figuras como Pixote, Querô e Dito passam da situação de vulnerabilidade para o conflito com a lei. Deixam de ser “menores abandonados” e se transformam (e por que não dizer *são transformados*?) em sujeitos verdadeiramente perigosos, violentos e, a julgar pelo que foi abordado, irre recuperáveis. É comum que essa condição de *Ser irre recuperável* seja, muitas vezes, internalizada. Fato que não só altera a percepção da própria subjetividade, mas também faz com que, simultaneamente, os indivíduos aceitem a condição imposta e ignorem as dimensões de culpa e responsabilidade, como vimos em Balaguer (2005).

Assim como Querô, com Plínio Marcos, Dito, com José Louzeiro, percorre o mesmo trajeto, do abandono ao crime, cujas consequências já foram amplamente abordadas neste trabalho. No entanto, o resultado mais flagrante desse comportamento violento que se apresenta como resposta, talvez esteja na sequência de acontecimentos que sucedem o episódio em que escuta os vigias conversando sobre o pavilhão das moças.

Dois dos três homens que conversavam na sala saem para patrulha. Dito vê, então, uma oportunidade para usar a faca que trazia presa à cintura. Com a certeza de que a ação deveria ser rápida, o menino aguarda a hora certa para surpreender o vigia que restou. Certo de que era aquele o momento,

Tirou a faca da cintura, a porta se abriu silenciosamente. Deu apenas alguns passos, cravou-a. A lâmina afundou por entre as costelas, o homem esperneou e caiu, repetiu o golpe, desta vez no peito, o tipo tentava erguer-se, remexia-se e caía, Dito segurou-o pelos cabelos, mantinha a faca apontada no pescoço. — Onde é que tou, filho da puta? O homem tinha os olhos arregalados, as palavras se perdiam. Mesmo assim Dito foi tendo confirmação de que aquilo era uma colônia agrícola, para onde os delinquentes eram trazidos, e de onde não retornariam. — E quem é o inspetor-geral? (LOUZEIRO, 1977, p. 105).

As suspeitas acerca do lugar são confirmadas. De fato, tratava-se de um morredouro para onde os delinquentes eram levados para receber suas sentenças finais. Não sem antes, padecer de outras mortes, através da subjugação, da desumanização, da violência, da tortura, da fome, da sede e da exploração sexual. E, de acordo com o que o homem lhe dizia, tudo propositalmente arquitetado para ser lento e doloroso, como no suplício.

Dito sorri. Não consegue conter a alegria de ter o vigia em seu poder, sangrando, morrendo e implorando pela vida. A inversão de papéis o satisfaz. Poucas vezes na vida esteve nessa posição. A alegria, no entanto, “foi se convertendo em ódio, com muitas lembranças. Da armadilha que lhe preparou Cristal, do carro com a roda parada no seu pé, das algemas prendendo-o na cama, a sede o enlouquecendo” (LOUZEIRO, 1977, p. 106). Em posse da sua raiva e das informações que conseguiu arrancar do homem, o menino segue em busca do inspetor-geral, “um tipo baixo e forte, de costeletas e sobranceiras grossas” (p. 107). Embora não tivesse certeza de como tudo terminaria, não importava. Dito só pensava em matar o responsável por toda aquela barbárie.

Ah, como ansiava por esse momento! Se morresse, até que não teria muita importância. Tudo que desejava era que a morte o surpreendesse após ter conseguido botar as mãos no inspetor. [...] Só que a coisa seria mais lentamente. Não faria perguntas. Não teria nada o que indagar. Usaria a faca como nunca antes fizera e sentiria o careta estremecer de medo. Seria o momento de lamentar todas as misérias praticadas (LOUZEIRO, 1977, p. 106).

De alguma forma, consciente ou inconscientemente, as atitudes do garoto espelham o tratamento que teve durante a vida e o modo como aquela instituição trata os internos. Os reflexos parecem claros. A felicidade estampada em seu rosto se conecta ao sorriso dado pelos policiais quando o batiam ou torturavam, ou a alegria dos guardas ao contar os absurdos que

faziam. A morte prolongada e sofrida é a mesma morte que planeja para o inspetor, que, assim como ele, não teria oportunidade de dizer nada, de se defender, de explicar o porquê de tudo. Se durante a vida inteira não tiveram pena dele, ele também não teria.

Quando Dito encontra o inspetor, chega a duvidar da sorte, tamanha a facilidade que o cenário apresenta. Após o banho, enrolado em uma toalha, o homem se prepara para dormir. O menino se esconde, observa e espera até que ele apague a luz e se deite. Frio e duro, o garoto, então, avança.

Nem o mais leve tremor nas mãos ou na voz. [...] O cabo da faca estava firmemente preso entre os dedos e se arrastaria até a cama. O primeiro golpe seria nas costas. Depois outro no peito. Tomara que não fossem decisivos, pois queria tanto que o inspetor se pusesse a falar. O quarto sumira na penumbra. A pouca iluminação que recebia vinha do lado de fora do pavilhão. Arrastou-se, olhos fitos no vulto que continuava estendido, procurando mergulhar no sono. Ergue o braço, aperta os dedos, a lâmina baixa com força, o tipo geme e tenta voltar-se, aplica mais dois golpes e já estava sobre a cama. O homem esforçava-se para levantar. Furou-o no peito. Não ouviu mais qualquer rumor, acendeu a luz, verificou com tristeza que havia morrido (LOUZEIRO, 1977, p. 108).

Dito não demonstra remorso ou pena, apenas lamenta não ter proporcionado sofrimento semelhante ao que tivera durante a vida. “Sem tempo de lamentar-se. [...] Abriu a gaveta, lá estavam as enfiadas de chaves. Não sairia dali sem abrir as celas e jogar as chaves fora” (LOUZEIRO, 1977, p. 108-109). Antes de fugir, liberta todos os internos, meninos e meninas, mesmo sabendo que a fuga era impossível para a maior parte deles, devido ao grau de debilidade. Uns não conseguiriam nem se levantar, outros mal passariam do pátio, mas “Ao menos por uns momentos, teriam a sensação de poder fugir para longe dali” (p. 109). Enquanto fugia com dificuldade, chorando e se apoiando em um bastão de madeira, Dito ouviu o grito das meninas e os cães que começavam a ladrar. “Sabia muito bem o que estava se passando” (p. 109), mas na situação na qual estava, dificilmente conseguiria ajudar. Todavia, “[...] era preferível que morressem naquela noite, a ficar secando por trás das grades, sem água e sem comida” (p. 109).

O ato heroico, não suplanta, no menino, a consciência de que a vida seria aquela dali em diante. Como em *Querô: uma reportagem maldita*, o episódio de *Infância dos mortos* também denota uma drástica alteração na forma como o personagem reage frente às demandas que encara. Ser sempre a vítima tornara-se demasiado árduo, por isso a única opção que restara era ser ele mesmo o agressor. Como forma vingança, evidentemente, mas, sobretudo como defesa, sobretudo como modo de sobreviver e ser, de alguma forma, respeitado.

Já estava decidido: não adiantava mais pretender evadir-se dos acontecimentos. Seu trabalho era aquele, seu ofício tinha as cores do sangue. Nada de carretos em feiras livres, de flanelas nos para-brisas dos bacanas, de venda de jornais e bilhetes de loteria. Ligara-se ao sangue desde cedo e dele não poderia mais fugir. O ódio arrebatava-o por dentro [...] Não interessava o que dali para frente qualquer um da turma pudesse pensar. Em última análise, tratariam de respeitá-lo. [...] Formaria um grupo de impor respeito. Os próprios tiras não iriam gostar de enfrentá-los. E, se por acaso não quisessem entrar numa pesada, procuraria outros caras que estivessem dispostos a topiar. O certo é que não continuaria como trombadinha, desses que o tira pega e sai arrastando na direção do juizado. Com ele a parada seria diferente. Iam pensar duas vezes antes de tentar localizá-lo. [...] Acho que é o que se deve fazer, sem dó nem pena. Deveria ter pensado naquilo, antes. Mas foi dando corda. Foi-se deixando amolecer. [...] Agora, sabia exatamente o que queria e como ia proceder. Nada de planos mirabolantes, de ideias malucas, como aquela de morar numa caverna, na beira do mar. [...] Tudo estava traçado. Fora traçado naquela colônia, entre pavilhões e pátios escuros, com poucas lâmpadas acesas (LOUZEIRO, 1977, p. 108-111).

O trecho em tela corrobora aquilo que vimos durante o desenvolvimento deste trabalho, e, mais recentemente, nas considerações de Balaguer (2005). O fluxo de pensamento do personagem fornece um panorama conciso dos resultados obtidos a partir de um sistema que produz em série indivíduos despedaçados em sua subjetividade, devastados em sua humanidade, além de traumatizados e compelidos a agir de forma responsiva ao extenso rol de violências às quais foram expostos. Fato que, vale ressaltar, não se configura como um acidente de percurso ou um efeito colateral. Antes atente com presteza o resultado lógico de um sistema ideologicamente pensado para falhar. Ou pior. Apresenta o exato resultado que deveria apresentar, sendo, em última instância, exatamente aquilo que foi criado para ser: uma máquina de fazer marginais. Máquina essa que opera ainda hoje a partir de um modelo muito similar. Modelo do qual, passados tantos anos, mesmo levando em conta consideráveis avanços, não conseguimos superar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão histórica realizada inicialmente proporcionou um contexto essencial para a análise das obras de Plínio Marcos e José Louzeiro. A análise do período da ditadura militar brasileira (1964-1985) evidenciou suas características econômicas, políticas e sociais. Nesse cenário, observamos como o regime implantou um modelo econômico que se desenvolveu à custa da superexploração da classe trabalhadora, da concentração de renda, do arrocho salarial e da entrega de setores estratégicos à influência estrangeira. O exame de dados revelou as desigualdades crescentes no Brasil durante esse período, mostrando como a maioria da população enfrentou dificuldades econômicas enquanto uma pequena elite se beneficiava do Regime.

Além da restrição de liberdade e da suspensão de direitos, os impactos foram profundos também no âmbito da cultura e nas manifestações artísticas, incluindo a literatura. Nesse contexto, a produção literária de Plínio Marcos e José Louzeiro foi responsável, juntamente com o aporte teórico, por fornecer ferramentas que nos auxiliam na compreensão de questões como a desigualdade social, a violência, a repressão institucional e a busca por condições de vida em um contexto de opressão.

Neste ponto, podemos afirmar com clareza que o contexto sociopolítico que cercava o período de produção e publicação das obras analisadas exerceu uma influência direta e substancial sobre o seu conteúdo. Além da influência temática, foi possível identificar uma série de adaptações que se tornaram necessárias para contornar as limitações impostas pela censura e pela repressão, abrangendo tanto aspectos da produção cultural quanto intelectual. Estas adaptações emergiram como traços distintivos e marcantes da produção literária desse período, sobretudo no que se refere ao surgimento do gênero *romance-reportagem*, um gênero resultante da intersecção entre o discurso jornalístico e o discurso literário.

A origem do gênero configurou-se como resposta à situação política e social do Brasil durante o período da ditadura Militar, pois o Regime imprimiu uma forte marca autoritária e antidemocrática ao país, impondo censura rigorosa à imprensa. Como resultado, a imprensa jornalística enfrentou dificuldades para desempenhar seu papel de informar e questionar a realidade. Nesse contexto, a literatura emergiu como uma forma alternativa de dar voz às questões sociais e políticas, preenchendo uma lacuna deixada pela imprensa.

A partir desse movimento foi possível, então, que os escritores abordassem questões sociais e políticas de forma mais ampla, combinando a objetividade do jornalismo com a

subjetividade da literatura. Tendo em vista a conjuntura, a violência foi uma temática fortemente explorada. Mas não só aquela desferida aos opositores políticos, mas também a direcionada aos grupos vulneráveis e marginalizados, como crianças e adolescentes carentes, em situação de rua ou conflito com a lei.

Acerca do fenômeno da violência, constatamos a complexidade do termo, tendo em vista sua estrutura multifacetada e sua significação enraizada no imaginário popular. No entanto, com apoio de diversas áreas de conhecimento, observamos que, embora a violência não possua um conceito único e consensual, variando de acordo com as circunstâncias e objetivos de investigação, os episódios das narrativas chamam atenção para o fenômeno em seu caráter institucional.

A partir das informações apresentadas, podemos ampliar nosso entendimento sobre o conceito de violência, indo além da definição convencional que prevalece na sociedade hoje em dia. Ao considerar os argumentos discutidos anteriormente, podemos observar que a violência institucional vai além da violência física que ocorre dentro de instituições governamentais ou aquela perpetrada por seus agentes no cumprimento de suas obrigações. Também podemos compreendê-la como resultante das ações do Estado em relação à sociedade, por meio de suas decisões políticas e políticas públicas, ou até mesmo pela falta delas.

Vimos também que violência desempenha um papel importante na formação da identidade dos personagens, moldando suas reações e comportamentos diante das adversidades. Isso ressalta a complexidade das identidades em contextos de vulnerabilidade social. Identidades que, nas condições do estudo realizado, são invisibilizadas, marginalizadas e criminalizadas.

Em *Infância dos Mortos e Querô: uma Reportagem Maldita*, a crítica principal se concentra na análise das práticas violentas realizadas por agentes de segurança do Estado. Mas além disso, também questiona o funcionamento das instituições socioeducativas e de assistência social, que, ao invés de desempenhar suas funções institucionais adequadamente, agiam como locais de armazenamento de crianças e jovens, muitas vezes recorrendo à violência como método. Ao longo das obras, encontramos representações dessas instituições que, em muitos aspectos, se assemelham a prisões e celas de delegacias.

O exame desses espaços e dos mecanismos através dos quais eles operam, evidenciou que a falta de acesso a direitos básicos, como moradia, família e educação é um dos principais motivos que levam à institucionalização de menores, estejam eles em situação de vulnerabilidade ou em relação conflituosa com a lei. Foi possível notar também que, uma vez

institucionalizados, são entregues a um sistema que, ao contrário do que se propõe, não cumpre suas funções de ressocializar, educar e capacitar para o futuro.

Muito do insucesso desse modelo se deve às alterações nas políticas de assistência social, feitas durante a ditadura militar brasileira, quando a referida questão passou a ser tratada como um problema de segurança nacional. Fato que resultou na transformação de instituições destinadas a crianças e adolescentes em verdadeiras prisões para menores, e os efeitos negativos se estenderam a instituições não correcionais, como internatos e orfanatos. Durante esse período, as práticas punitivas nas instituições socioeducativas se intensificaram, transformando-as em locais de violência, tortura, abusos e mortes.

As narrativas analisadas mostram claramente como as instituições socioeducativas falham em reabilitar e ressocializar os jovens. Em vez disso, muitas vezes, exacerbam traumas existentes, tornando os jovens mais propensos à reincidência e à violência. Portanto, as histórias de Querô, Pixote, Dito e seus amigos refletem os resultados de um sistema correcional que, longe de proteger direitos e oferecer assistência, contribui significativamente para a produção de jovens marginalizados e violentos. Assim sendo, é essencial repensar as políticas públicas relacionadas não só aos menores em conflito com a lei e adotar abordagens mais humanas e eficazes que visem à reabilitação e à reintegração social desses jovens.

Além disso, este trabalho suscita reflexões profundas sobre o significado intrínseco da literatura como uma forma de expressão que transcende as fronteiras estéticas e se consolida como uma ferramenta sólida para a exposição das mazelas sociais e políticas, mesmo em cenários de opressão e repressão governamental. Essa perspectiva remete ao compromisso social que a literatura pode assumir, ao se tornar um veículo para denunciar as injustiças que corroem a estrutura da sociedade e a integridade dos direitos humanos.

A obra literária não se limita apenas a um exercício artístico, mas adquire uma dimensão maior como um instrumento de questionamento e crítica da realidade. Assim, autores como Plínio Marcos e José Louzeiro emergem como indispensáveis neste contexto, dado que suas obras se destacam como testemunhos corajosos e valiosos de um período obscuro na história do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. C. **A violência oculta na violência visível: a erosão da lei numa ordem injusta.** In: PINHEIRO, Paulo César et al (Org.). São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- ARENDT, H. **Sobre a violência.** Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BALAGUER, Gabriela. **Violência e adolescência: uma experiência com adolescentes internos da FEBEM/SP.** Imaginário, São Paulo, v. 11, n. 11, p. 91-109, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200005&lng=pt&nrm=iso. acessos em 13 mar. 2023.
- BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Drogas e Criminalização da Juventude pobre no Rio de Janeiro.** 1997. Tese de Mestrado – Curso de História da Universidade Federal Fluminense, UFF, Rio de Janeiro.
- BECHER, Franciele. **A pobreza que infesta a cidade: os pequenos mendigos e “esmoleiros mirins”, e as representações da miséria em Caxias do Sul na década de 1970.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS Vol. 8 N° 15. Rio Grande de Sul, Julho de 2016.
- BENJAMIN, Walter. **As Teses sobre o Conceito de História.** In: Obras Escolhidas, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BERNASKI, J. **História da violência e sociedade brasileira.** Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 11, n. 1, jan./jun. 2018.
- BIANCHIN, N. T. R. **Romance-reportagem: onde as semelhanças não são meras coincidências.** Dissertação de Mestrado. Santa Catarina, UFSC, 1994.
- BORGES, J. R. **Tortura: aspectos históricos e jurídicos: o crime da tortura na legislação brasileira – análise da Lei 9.455/97.** Campinas: Romana, 2004.
- BORGES, J. R.. **Novas formas de tortura no século XX.** Cadernos de direito. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 95-106, set. 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Decreto n. 17943A** (Código de Menores Mello Mattos), de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. 1927. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Lei n. 844, de 10 de outubro de 1902. Autoriza o governo a fundar um instituto disciplinar e uma colônia correcional. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 14 out. 1902.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. **Novo código civil**. Organizado por José Guilherme Soares Filho. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BULHÕES, M. **João do Rio e os gêneros jornalísticos no início do século XX**. Revista FLAMENCO: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, n. 32, p. 78-84. abr. 2007.

CANDIDO, A. **Textos de intervenção**. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 2002.

CASTRO, S. de. **Condescendência: estratégia pater-colonial de poder**. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª reimpressão, 2020.

CHAUÍ, M. **Uma Ideologia Perversa**. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais!, p. 3, 1999, 14 de março.

COSSON, R. **Romance-reportagem: o gênero**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

CURIEL, O. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª reimpressão, 2020.

EDUARDO, A. G. de P. **José Louzeiro, do romance-reportagem ao cinema: estudo da adaptação literária para o audiovisual a partir de Lúcio Flávio e Infância dos Mortos**. Dissertação de Mestrado. Bauru, UNESP, 2013.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1971.

FLORES, M. B. R; CAMPOS, E. C. de. **Carrosséis urbanos: Da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas)**. Revista Brasileira de História, v. 27, n. 53, São Paulo, 2007, p. 267-296.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42ª edição. Petrópolis: Vozes, 2017.

FUSS, D. **O 'risco' da essência**. In: Izabel Brandão (Org.) *Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 362-397.

GACHET, S. **Adolescentes em privação de liberdade e medidas socioeducativas: a lógica capitalista de um “modelo pedagógico”**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, UNIMEP, 2019.

GALTUNG, J. **Violence, peace and peace research**. Journal of Peace Research. Oslo, v.6, n.3, p.167-191, set. 1969.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva das sociologias compreensivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, V. C. **A tortura como violência instituída e instrumento para a simulação do réu confesso**. Tese de Doutorado. Paraná, UFP, 2011.

GONÇALVES, V. C. **Rediscutindo a definição do delito de tortura e sua relação com o crime de maus-tratos**. In SANTIAGO, N. E. A. et al. Direito penal e criminologia. Florianópolis: FUNJAB, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Lutas sociais, n. 29, São Paulo, 2010, p. 73-89.

HERKENHOFF, J. B. **Gênese dos direitos humanos**. 2. Ed. Aparecida do Norte: Santuário, 2011.

HOLLANDA, H. B. de, e GONÇALVES, M. A. **Política e literatura: a ficção da realidade**. In Anos 70 Literatura, Rio de Janeiro: Ed. Europa, 1980.

JANEIRO: Civilização Brasileira, 2010.

KRUG, E.G. et al. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

LOUZEIRO, J. **Infância dos mortos**. Rio de Janeiro: Record, 1977.

MARCOS, P. **Querô: uma reportagem maldita**. 3 ed. São Paulo: Global Editora, 1977.

MARIANI, B. **Nome próprio e constituição do sujeito**. Letras, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 131-141, jan./jun. 2014.

MARQUES, M. O. da S. **Escola noturna e jovens**. Revista Brasileira de Educação. Juventude e Contemporaneidade, n. 5-6. Número especial, 1997.

MELO, N. M. de. **Nome próprio: marca de um sujeito**. Monografia. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. IJUÍ, p. 37. 2013.

MINAYO, M. C. S. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva**. Em: NJAINE, K. et al (org.). Impactos da violência na saúde. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

NADER, P. **Introdução ao Estudo do Direito**. 40ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2017.

O'DWYER, G.; MATTOS, R. A. **Teoria da Estruturação de Giddens e os estudos de práticas avaliativas**. In: Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2010, p. 609-623.

OLIVEIRA, L. S. **O direito ao nome e à identidade pessoal** URL: <www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html>. São Paulo SP, v.9, n.2, p. 249-263, maio/2021.

OLIVEIRA, M. R. de. **Violência Institucional no Sistema Socioeducativo: Quem se Importa?** Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte (Org.). Desafios da socioeducação: responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais. Belo Horizonte: CEAF, 2015.

PAVIANI, J. **Conceitos e formas de violência**. In MODEMA, R. M. (Org.). Conceitos e formas de violência. Caxias do Sul. Educs, 2016.

PENA, F. **O jornalismo literário como gênero e conceito**. Revista Contracampo, n. 17, p. 43-58, 2007.

SANTOS, B. S. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In SANTOS, B. S. & MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Livraria Almedina, 2009, p. 30-65.

SANTOS, J. V. T. dos. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SCHOLLHAMMER, K. E. **A cena do crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SILVA, J. F. S. da. **O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural**. Rev. Katálysis. vol.11. no.2. Florianópolis, July/Dec. 2008.

SILVA, J. F. S. da. **Violência e Serviço Social: notas críticas**. Rev. Katálysis. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 265-273 jul./dez. 2008.

SILVA, J. F. S. **"Justiceiros" e violência urbana**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUZIGAN, W. **Industrialização Brasileira em Perspectiva Histórica**. Revista história econômica & história de empresas, v. 3, n. 2, São Paulo, 2000, p. 7-25.

VELHO, G. **Memória, identidade e projeto**. In: VIANNA, H.; KUSCHNIR, K.; CASTRO, C. (org.). Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. cap. 5, p. 62-68.